



UNIFAP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA**

DAYSE MONTEIRO MARIA

**DESAFIOS PARA O USO DO TERRITÓRIO NA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA FAZENDINHA, MACAPÁ/AP**

Macapá/AP

2022

DAYSE MONTEIRO MARIA

**DESAFIOS PARA O USO DO TERRITÓRIO NA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA FAZENDINHA, MACAPÁ/AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Sociedade e Dinâmicas Territoriais.

Orientado pela Prof^a Dr^a Daginete Maria Chaves Brito.

Macapá/AP

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

M332 Maria, Dayse Monteiro.
Desafios para o uso do território na área de proteção ambiental da Fazendinha, Macapá-AP / Dayse Monteiro Maria. - 2022.
1 recurso eletrônico. 100 folhas.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Geografia, Macapá, 2022.
Orientadora: Daguiete Maria Chaves Brito.
Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Área de Proteção Ambiental da Fazendinha. 2. Unidades de Conservação - Amapá. 3. Gestão Ambiental. I. Daguiete Maria Chaves Brito, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.
CDD 23. ed. – 363.7

MARIA, Dayse Monteiro. **Desafios para o uso do território na área de proteção ambiental da Fazendinha, Macapá-AP.** Orientadora: Daguiete Maria Chaves Brito. 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Coordenação do Curso de Geografia. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

DAYSE MONTEIRO MARIA

**DESAFIOS PARA O USO DO TERRITÓRIO NA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DA FAZENDINHA, MACAPÁ/AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Daginete Maria Chaves Brito.

Em sessão pública realizada no dia xx de xx de 2022, a banca examinadora abaixo, considerou a mestranda APROVADA.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Daginete Maria Chaves Brito
Orientadora

Profª Drª Patrícia Rocha Chaves
Avaliadora Interna ao PPGEO

Prof. Dr Flavio Gatti
Avaliador Externo - UNIFESSPA

Macapá/AP

Abril-2022

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem”

(Chico Mendes)

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, que com o seu infinito amor, me sustenta e me conduz em todos os dias da minha vida.

Aos meus pais amados, Amadeu Coutinho de Maria e Maria Deuza Costa Monteiro Maria, que me apoiam em todos os meus projetos, me levantam em meio aos fracassos e nos dias mais felizes, choram e vibram junto comigo.

Às minhas irmãs queridas, Geyse Monteiro Maria, Tayse Monteiro Maria e Tayla Monteiro Maria, que são incríveis e tornam meus dias mais leves e divertidos.

À minha linda Yasmin Monteiro Corrêa, que é a melhor filha que alguém poderia ter, fonte da minha força e de todo o meu amor.

À Shirley Costa Monteiro, que é, além de tia, uma grande amiga e incentivadora, é minha eterna inspiração.

Aos meus queridos avós, Zilda Coutinho, Manuel de Maria, Catarina Costa e em memória de Carlos Barros Monteiro, meu avô amado, que sempre foi meu amigo e estaria cheio de orgulho nesse momento da minha vida.

Aos meus amigos, em especial, ao meu melhor amigo Hugo Almeida, que está sempre comigo, ao amado Kércio Jesus, que com sua expertise, me auxiliou nesta pesquisa em diversos momentos, às queridas Hilda Helena e Luana Sabatinga, colegas de curso que tanto me ajudaram e aos demais integrantes do PPGE02020, pelo companheirismo nessa longa jornada.

À minha estimada orientadora, Prof^a Dr^a. Daginete Maria Chaves Brito, obrigada pela dedicação, compreensão e companheirismo.

RESUMO

Esta pesquisa, apresenta uma discussão acerca da gestão e planejamento territorial da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, em Macapá-AP. Seu objetivo foi e analisar as implicações decorrentes da ausência de instrumentos de gestão e planejamento na unidade de conservação, como por exemplo, a ausência do plano de manejo. De modo específico, este estudo buscou caracterizar legal e teoricamente a gestão socioambiental das unidades de conservação brasileiras, com enfoque na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no Amapá; identificar e conceituar as principais ferramentas de gestão de áreas protegidas e sua importância para a unidade e finalmente, analisar as problemáticas decorrentes da ausência de plano de manejo na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha. Também, é de interesse desta investigação, embasar o estudo de acordo com as categorias de análise geográficas: Paisagem, Território e Lugar. Como hipótese para o problema identificado, destaca-se que, a partir de pesquisas é plausível considerar que a efetivação dos instrumentos de gestão territorial é efetiva na redução de impactos, a exemplo de outras realidades no Brasil em que esses instrumentos são bem consolidados e ajudam na promoção do desenvolvimento territorial sustentável por meio de direcionamento ao desenvolvimento de algumas atividades. O método científico utilizado nesta pesquisa, para a coleta de dados, foi o qualitativo, a partir dos procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação não participante e entrevistas. A análise dos dados qualitativos foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardan, com auxílio do software Atlas Ti. Como principal resultado desta investigação, tem-se a identificação dos principais impactos socioambientais e socioeconômicos recorrentes na APA da Fazendinha, ocasionados principalmente pela ausência de instrumentos de gestão e planejamento territorial na unidade.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental da Fazendinha. Unidades de Conservação. Gestão Ambiental. Planejamento Territorial.

ABSTRACT

This research presents a discussion about the management and territorial planning of the Environmental Protection Area of Fazendinha, in Macapá-AP. Its objective is to identify and analyze the implications arising from the absence of management and planning instruments in the conservation unit, such as the absence of the management plan. In a specific way, this study seeks to legally and theoretically characterize the socio-environmental management of Brazilian conservation units, focusing on the Environmental Protection Area of Fazendinha, in Amapá; identify and conceptualize the main management tools of protected areas and their importance to the unit and finally, analyze the problems arising from the absence of management plan in the Environmental Protection Area of Fazendinha. Also, it is of interest to this research to base the study according to the categories of geographic analysis: Landscape, Territory and Place. As a hypothesis for the identified problem, it is highlighted that, from research, it is plausible to consider that the implementation of territorial management instruments is effective in reducing impacts, as in other realities in Brazil in which these instruments are well consolidated and help in the promotion of sustainable territorial development by directing the development of some activities. The scientific method used in this research for data collection was qualitative, based on the following procedures: bibliographic research, documentary research, non-participant observation and interviews. The analysis of qualitative data was performed using Bardan's content analysis technique, with the aid of atlas ti software. As the main result of this investigation, we have the identification of the main socio-environmental and socioeconomic impacts recurrent in the APA of Fazendinha, mainly caused by the absence of management instruments and territorial planning in the unit.

Keywords: Fazendinha Environmental Protection Area. Conservation Units. Environmental Management. Territorial Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise de Conteúdo de Bardan	17
Figura 2 - Desenho da pesquisa.....	19
Figura 3 - Unidades de conservação no Amapá.....	42
Figura 4 - Tipos de vegetações no Amapá	43
Figura 5 - Áreas protegidas do Amapá.....	44
Figura 6 - Localização da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha	46
Figura 7 - Mosaico de áreas protegidas do oeste do Amapá e norte do Pará.....	52
Figura 8 - Plantação de açaí encontrada na APA da Fazendinha	54
Figura 9 - Grupos de Zoneamento Ambiental em unidade de conservação.....	62
Figura 10 - Proposta de zoneamento para a APA da Fazendinha	64
Figura 11 - Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental.....	73
Figura 12 - Área Portuária do Igarapé da Fortaleza: (A) Porto; (B) Rodovia	76
Figura 13 - Processos erosivos na área de proteção ambiental da Fazendinha .	78
Figura 14 - Atividades econômicas: (A) Material de Construção; (B) Lojas de roupas; (C) Bar/restaurante e (D) Estaleiro	79
Figura 15 - Feira da área de proteção ambiental da Fazendinha	80
Figura 16 - Descarte irregular de caroços de açaí na área da APA da Fazendinha	81
Figura 17 - Extração artesanal do óleo de andiroba.....	83
Figura 18 - Trilha interpretativa aberta por moradores da APA da Fazendinha ..	84
Figura 19 - Fabricação de Couro Ecológico	85
Figura 20 - Loja de produtos artesanais da Flona Tapajós	86
Figura 21 - Trilha do Piquiá na floresta nacional do Tapajós.....	87
Figura 22 - Catamarã Flor de Samaúma	89
Figura 23 - Descarte de lixo na área de proteção ambiental da Fazendinha	91
Figura 24 - Infraestrutura das moradias e passarelas	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação de áreas legalmente protegidas - UICN/1994	21
Quadro 2 - Normatização da proteção ambiental - década de 1960	25
Quadro 3 - Categorias de unidades de conservação previstas pelo SNUC/2000	28
Quadro 4 - Número de unidades de conservação por bioma no Brasil	30
Quadro 5 - Unidades de Conservação no Brasil	31
Quadro 6 - Zoneamento de Unidades de Conservação	62
Quadro 7 - Fases do plano de manejo	66
Quadro 8 - Fases do plano de manejo da área de proteção ambiental	70
Quadro 9 - A Missão das APA.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Problemas ambientais identificados pelos moradores.....	92
Gráfico 2 - Pontos Negativos.....	95
Gráfico 3 - Pontos Positivos	96
Gráfico 4 - Melhorias para a área de proteção ambiental da Fazendinha.....	97

LISTA DE SIGLAS

ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APA	- Área de Preservação Ambiental
APP	- Área de Preservação Permanente
CAAE	- Certificado de Apresentação e Apreciação Ética
CDB	- Convenção Sobre Diversidade Biológica
CEP	- Comitê de Ética e Pesquisa
CIMI	- Conselho Indigenista Missionário
CNUC	- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONEP	- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ESEC	- Estação Ecológica
CRQ	- Comunidade Remanescente de Quilombo
FCP	- Fundação Cultural Palmares
FLOTA	- Floresta Estadual
FLONA	- Floresta Nacional
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
GQA	- Gestão de Qualidade Ambiental
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
ONU	- Organização das Nações Unidas
PNAP	- Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNM	- Parque Natural Municipal
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
REBIO	- Reserva Biológica
RESEX	- Reserva Extrativista
RDS	- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RL	- Reserva legal
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SIG	- Sistemas de Informações Geográficas
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	- Terras Indígenas
TRCQ	- Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas
UC	- Unidades de Conservação
UICN	- União Internacional para a Conservação da Natureza
UNIFAP	- Universidade Federal do Amapá
WWF	- World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E AS ÁREAS PROTEGIDAS	20
1.1 ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	20
1.2 PERCURSO DA INSERÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA....	23
1.3 SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL	27
1.4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS CATEGORIAS GEOGRÁFICAS	34
2 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA	41
2.1 A PROTEÇÃO LEGAL DE ÁREA NO AMAPÁ	41
2.2 TIPOLOGIAS DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS NO AMAPÁ	47
2.3 ASPECTOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA..	53
2.4 HISTÓRIA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA	55
2.5 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - SOCIOECONOMIA	57
3 O USO DO TERRITÓRIO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA	60
3.1 O PLANEJAMENTO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	60
3.1.1 Zoneamento ambiental em unidades de conservação	60
3.1.2 Plano de Manejo para unidades de conservação	65
3.1.3 Roteiro para a gestão da Área de Proteção Ambiental	69
3.2 O PLANEJAMENTO E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA	74
3.2.1 Impactos socioambientais e possibilidades sustentáveis	75
3.2.2 Uso e ocupação do solo na área de proteção ambiental da Fazendinha	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Segundo a historiografia, a degradação ambiental é motivo de preocupação mundial, tendo em vista que a perpetuação da raça humana depende diretamente dos elementos da natureza. Diante deste cenário, muito se tem feito desde que os primeiros danos foram percebidos, como tentativa de frear os avanços destas ações nocivas ao meio ambiente do planeta.

No Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, em seu artigo 225, garante que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]” (BRASIL, CRFB, 1988, Art. 225, *Caput*). Além deste, a política ambiental brasileira, possui outros instrumentos normativos de igual relevância para a conservação da sustentabilidade no país, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O SNUC, aprovado com a publicação da Lei Federal nº 9.985, em 2000 e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), aprovado em 13 de abril de 2006, além da própria CRFB/1988, formam parte do arcabouço legal brasileiro que objetiva respaldar as atividades de estudo, criação, gestão e manejo (uso e ocupação) de áreas legalmente protegidas no país.

O estabelecimento de áreas legalmente protegidas é uma tendência mundial que visa a conservação (permite o manejo do uso humano da natureza) e preservação (é o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas) de ecossistemas e biomas, incluindo neste contexto a proteção da fauna e flora nativas, além do uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, LEI Nº 9.985/2000). As áreas protegidas, são geridas e planejadas por meio de instrumentos previstos no SNUC, como por exemplo: o zoneamento e o plano de manejo.

O plano de manejo, diz respeito ao principal instrumento de gestão e planejamento de unidades de conservação (UC), por sua intervenção, toda a dinâmica de funcionamento da unidade é estudada, avaliada e planejada. Segundo o SNUC, toda UC deve possuir um plano de manejo vigente em até cinco anos a partir de sua criação e deve conter o seu zoneamento ambiental.

Levando em consideração a importância das UC para a manutenção de um ambiente saudável e sustentável para as gerações futuras, esta pesquisa promove um debate acerca da importância, gestão e planejamento dessas áreas, além de como esses processos influenciam na sustentabilidade socioambiental desses espaços.

Para isso, utilizou-se como objeto de estudo a Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha. Trata-se de uma UC de uso sustentável localizada no município de Macapá, no estado do Amapá. A APA da Fazendinha tem 17 anos de existência, e ainda não se utiliza de instrumentos de gestão como o plano de manejo e o zoneamento.

Dessa forma, como questionamento principal desta investigação tem-se: considerando que a APA da Fazendinha, em Macapá, no estado do Amapá, é uma UC de uso sustentável e que não dispõe de plano de manejo e consequente zoneamento, questiona-se: Como a ausência destes instrumentos de gestão e planejamento territorial tem afetado as dinâmicas socioambientais da APA da Fazendinha?

A hipótese sugerida como resposta para este questionamento é a de que, a partir de pesquisas preliminares é plausível considerar que a efetivação dos instrumentos de gestão territorial é efetiva na redução de impactos, a exemplo de outras realidades no Brasil em que esses instrumentos são bem consolidados e ajudam na promoção do desenvolvimento territorial sustentável por meio de direcionamento ao desenvolvimento de algumas atividades.

O uso da natureza, considerando um plano de manejo para a área, tem a finalidade de promover melhores condições de vida para a população residente e do entorno com a coleta, extrativismo e a pesca sustentável, além de propiciar a satisfação da sociedade com atividades turísticas. Estas ações têm o propósito de auxiliar o desenvolvimento sustentável da APA da Fazendinha, possibilitando que as condições de vida da população ali residente sejam alteradas positivamente e sejam conservados e preservados os elementos da natureza.

Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar como a ausência de planejamento ambiental está prejudicando as dinâmicas socioambientais da APA da Fazendinha. Por fim, pode auxiliar o poder público na tomada de decisões.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi: analisar as implicações decorrentes da ausência de plano de manejo na APA da Fazendinha, observando gestão, conflitos socioambientais e impactos ambientais, para pensar o desenvolvimento sustentável da população residente. Como objetivos específicos: Caracterizou-se legal e teoricamente a gestão socioambiental das UC brasileiras, com enfoque na APA da Fazendinha, no Amapá; Identificou-se e conceituou-se as principais ferramentas de gestão de áreas protegidas e sua importância para a APA da Fazendinha e analisaram-se as problemáticas decorrentes da ausência de plano de manejo na APA da Fazendinha.

Cada objetivo específico mencionado, refere-se a um capítulo desta dissertação, de forma que os resultados sejam facilmente definidos. No primeiro capítulo, encontra-se a caracterização da área de estudos, no segundo, as definições e conceituações das áreas legalmente protegidas do país, bem como suas características principais, baseadas na política ambiental brasileira.

No terceiro capítulo, são apresentados os principais instrumentos de gestão e planejamento territorial para UC, ou seja, o plano de manejo, o zoneamento ambiental e o roteiro metodológico para a gestão de áreas de proteção ambiental e estão dispostos os principais resultados desta pesquisa, isto é, os impactos socioambientais e socioeconômicos visualizados durante a pesquisa. No estudo, ainda é possível observar exemplos de boas práticas em outras UC, que poderiam ser adaptadas para a APA da Fazendinha, objetivando o desenvolvimento sustentável da unidade.

A estrutura desta pesquisa, caracteriza-se então, pela introdução, três capítulos de resultados e pelas considerações. Para a produção desta investigação sobre o futuro sustentável da APA da Fazendinha, foram adotados procedimentos metodológicos que auxiliassem na obtenção de dados e informações adequados à temática pesquisada, além de objetivar respostas ao problema de pesquisa.

A área pesquisada, diz respeito à uma UC, e requer pedido de autorização de pesquisa científica ao órgão gestor da unidade para andamento dos trabalhos. Desse modo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP), órgão responsável pela área, concedeu parecer favorável a realização da pesquisa, tendo como registro o processo Nº 0037.0285.2002.0278/2021, no Comitê de Ética (CEP), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Neste sentido, levando em consideração toda a estruturação da pesquisa, principalmente no que diz respeito aos objetivos da APA da Fazendinha, constatou-se que o método mais adequado para a pesquisa, seria o hipotético-dedutivo com abordagem qualitativa, tendo em vista que por meio de uma pesquisa qualitativa os fenômenos existentes na APA da Fazendinha seriam compreendidos com maior eficiência. Epistemologicamente falando, a compreensão destes fenômenos foi interpretativista.

Sobre a pesquisa qualitativa, Denzin e Lincoln (2006), explicam que este método envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Ou seja, este tipo de pesquisa leva em consideração os depoimentos dos atores sociais envolvidos, os discursos e os significados transmitidos por eles.

Para Silva e Menezes (2001), a pesquisa científica deve ser considerada tendo em vista quatro aspectos: quanto à natureza, aos objetivos, à forma de abordagem, e aos procedimentos adotados. Quanto à natureza deste estudo, pode-se concluir que se trata de uma pesquisa aplicada (prática), que objetiva desenvolver e ou apontar soluções aplicáveis para a sociedade, ou seja, desenvolvida em prol da sociedade. Assim, a pesquisa desenvolvida neste contexto, servirá para melhorar a gestão e planejamento da APA da Fazendinha. O objetivo então, é apresentar uma pesquisa explicativa, em que buscou-se identificar os fatores que causam ou que colaboram para a ocorrência dos fenômenos existentes na UC. Para isso, os procedimentos metodológicos utilizados foram:

- a) Pesquisa bibliográfica: realizada em livros, artigos científicos, dissertações e teses já publicados, que tratam sobre a temática pesquisada;
- b) Pesquisa documental: elaborada com base em leis, resoluções, diretrizes e outros como os documentos oficiais do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), SEMA/AP e no site do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC);
- c) Observação não participante: que se caracteriza pelo contato do pesquisador com a comunidade, grupo ou realidade estudada, sem integrar-se a ela. Apenas participa do fato, sem participação efetiva ou envolvimento, age como

espectador (MARCONI e LAKATOS 2008). Neste estudo, esta técnica foi utilizada para coleta de dados *in lócus* por meio de trabalhos de campo e entrevistas.

- d) Trabalhos de campo: os trabalhos de campo nesta perspectiva, foram realizados com o intuito de observar os aspectos socioambientais, socioterritoriais e socioeconômicos da área estudada, desse modo, foram feitas fotografias e anotações para posterior interpretação de dados.
- e) Entrevistas: este procedimento metodológico, foi utilizado na pesquisa para complementar e para confirmar as observações e informações obtidas em campo, mediante a observação não participante. Para tanto, o projeto desta pesquisa precisou passar por análise do CEP/UNFAP, o qual apresentou parecer favorável a realização das entrevistas com os moradores da APA da Fazendinha, com o registro CAAE nº 50149921.9.0000.0003.

As entrevistas foram do tipo estruturadas, com roteiro pré-definido das perguntas a serem feitas aos participantes (Apêndice 1). O roteiro constituiu-se de orientações gerais para a coleta de informações pessoais do entrevistado, bem com a melhor forma de apresentar a pesquisa, seus objetivos e o entrevistador. Além disso, o roteiro continha 10 perguntas abertas, 8 questões para averiguação da situação econômica e considerações finais, onde o entrevistado poderia fazer as contribuições que considerasse pertinente.

De acordo com a resolução 466/2012 CNS/CONEP, foi solicitado ao colaborador da entrevista, que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conferindo sua anuência para a utilização das informações repassadas por ele, nesta pesquisa científica. Dessa forma, além de ficar ciente do que se trata a pesquisa e de seus objetivos, recebeu uma cópia do documento com a assinatura do entrevistador e contato para posterior acesso aos resultados da pesquisa.

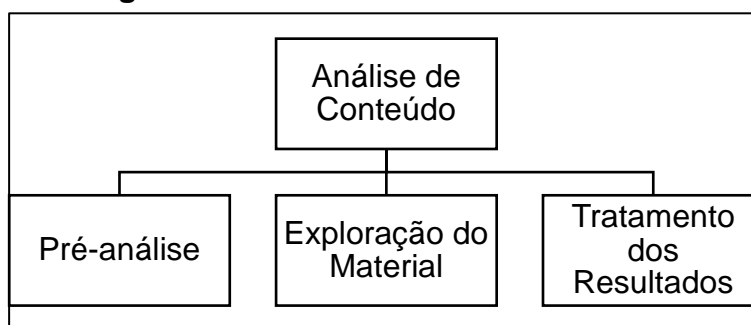
Os colaboradores das entrevistas fazem parte das comunidades do Igarapé Paxicu e Igarapé da Fortaleza, onde se concentram as maiores ocupações populacionais da APA da Fazendinha. Foram escolhidos 10 participantes de forma aleatória, buscando o máximo de aprofundamento do fenômeno pesquisado e confirmação dos dados coletados por meio de observações prévias.

Durante as entrevistas, as falas dos participantes foram gravadas em sua totalidade, posteriormente foram transcritas e no ensejo das entrevistas foram feitas fotos e anotações. Para garantir a veracidade das informações apresentadas, todo este material foi arquivado em bando de dados pessoal, bem como os TCLE assinados, certificando dessa forma, a confidencialidade dos entrevistados. Após prazo previsto, este material será descartado. Para analisar os dados qualitativos obtidos durante esta investigação, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin, que consiste em

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p.47).

A técnica de interpretação qualitativa de Bardin (2010), consiste na obtenção de diagnósticos/proposições a partir dos dados coletados em formulários, documentos, entrevistas, observações, dentre outros. Neste tipo de análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração (CÂMARA, 2013). A análise de conteúdo de Bardin contempla três fases fundamentais, conforme se observa na figura 1.

Figura 1 - Análise de Conteúdo de Bardan



Fonte: Organizado pela autora (2022)

A fase de pré-análise, nesta pesquisa, baseada em Bardin (2010), diz respeito a organização do material feita no início da pesquisa, verificou-se então, o que estava disponível na literatura, o que fazia sentido analisar e o que ainda

precisava ser coletado, para responder o problema de pesquisa. Desse modo, foi realizada uma leitura flutuante do material escolhido, após isso, os documentos a serem analisados foram selecionados.

Ainda nesta fase, foi construído o corpus da pesquisa, baseado na exaustividade, ou seja, foi utilizado todo o material selecionado, sem deixar nenhum sem análise; na representatividade, em que a amostra coletada representou o universo da pesquisa e na homogeneidade, pois os dados se referem ao mesmo tema, foram obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes (CÂMARA, 2013). A partir disso, foram formulados os objetivos e a hipótese.

Na segunda fase, denominada exploração do material, foi quando as entrevistas com os moradores da APA da Fazendinha começaram a ser codificadas, ou seja, onde se iniciou o processo de análise das mesmas. Segundo Bardin (2010) nesta fase, é necessário submeter os textos das entrevistas transcritas a um processo de codificação, de onde será extraído as unidades de registro e as unidades de contexto.

As unidades de registro nessa conjuntura, dizem respeito a temática abordada nessa pesquisa, ou seja, a questão ambiental e seus desdobramentos na APA da Fazendinha. Todas as vezes que essa temática foi citada pelos entrevistados, por meio de palavras ou frases, uma marcação foi realizada no texto, evidenciando a fala do morador dentro da temática pesquisada. As unidades de contexto por sua vez, dizem respeito ao lugar onde as unidades de registro se encontram no texto, pode ser em uma frase, um parágrafo ou o texto inteiro, necessário para interpretar o contexto da fala.

Ainda nesta fase, está previsto o processo de categorização, em que as unidades de registro foram organizadas em categorias, para posterior análise, por exemplo, a categoria problemas ambientais, nela está previsto quais e quantos códigos relacionados a este tema foram citados nas entrevistas, tudo com base na literatura a cerca a temática.

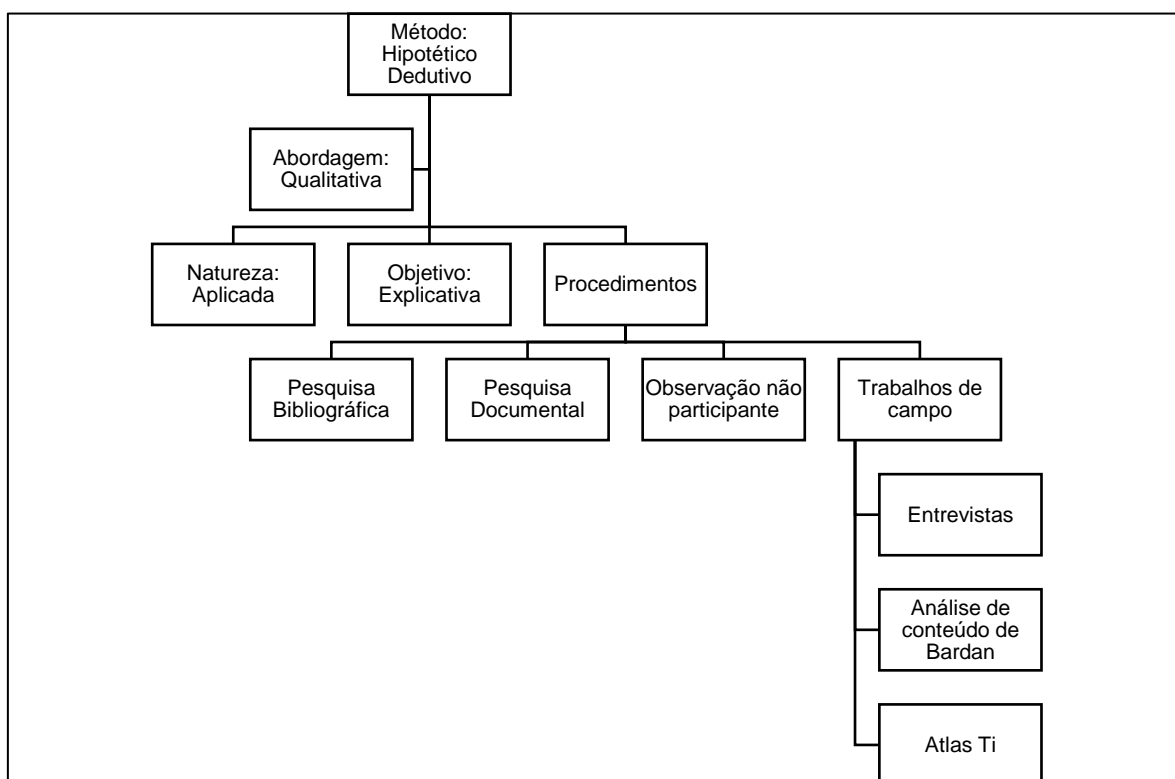
Neste estudo, tendo em vista a quantidade significativa de transcrições, optou-se por fazer a codificação deste material utilizando um *software* especializado em análises qualitativas, o Atlas Ti. Este *software* auxilia na codificação, categorização e disponibiliza relatórios e gráficos com os dados

inseridos no projeto, materiais estes que estão presentes no corpus textual desta pesquisa.

Por fim, a análise de conteúdo de Bardin, prevê uma terceira fase, denominada: tratamento dos resultados. Nesta fase, foi realizada a interpretação dos resultados qualitativos obtidos anteriormente, por meio de inferência, ou seja, por dedução baseada nos dados e informações previamente estabelecidos que levaram a uma conclusão.

A dedução neste contexto, diz respeito ao processo de codificação realizado no *software* Atlas Ti, que só foi possível realizar mediante trabalho prévio de delimitação de aspectos e dimensões da pesquisa, ou seja, já se sabia o que procurar nas transcrições dos entrevistados. Essa delimitação foi realizada principalmente na fundamentação teórica desta pesquisa. A partir disso, a análise de conteúdo foi comparada a teoria e as conclusões estão dispostas ao longo do trabalho.

Figura 2 - Desenho da pesquisa



Fonte: Organizado pela autora (2022)

1 POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E AS ÁREAS PROTEGIDAS

No Brasil, historicamente a principal estratégia de proteção, preservação e conservação da biodiversidade está voltada para a criação de áreas legalmente protegidas, em especial as UC. Considerando este contexto, objetiva-se avaliar como as categorias de análise da geografia se inserem nas discussões sobre a gestão e planejamento destes referidos espaços protegidos. Nesta análise, as categorias avaliadas serão: Território, paisagem e lugar.

1.1 ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

Internacionalmente a instituição de áreas legalmente protegida remonta a idade antiga, com os parques de caça. Na idade medieval há registro de criação de áreas, pela realeza, aristocracia e clero, para a prática da caça, proteção de recursos florestais e madeireiros para a subsistência das sociedades e por motivos religiosos (COLCHESTER, 1994). Entretanto, o moderno conceito de áreas legalmente protegidas começa a ser delineado com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos.

Uma instituição internacional importante neste contexto de proteção legal de áreas é a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) que formulou, pelo menos, duas diretrizes importantes para a gestão e manejo de áreas legalmente protegidas no mundo. A primeira foi a elaboração de uma definição para essas áreas, determinando que é “[...] ou manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes” (UICN apud BRITO, 2000, p. 19).

Outra proposta da UICN é com relação as categorias de áreas legalmente protegidas. A instituição formulou e propôs, em 1993, uma categorização para essas áreas. A proposta foi divulgada por meio de um relatório denominado de *Talking the same language: An international review system for protected areas*¹ e sua aprovação e publicação, pela UICN, ocorreu em 1994. A finalidade de categorizar áreas legalmente protegidas é adequar uma linguagem comum sobre o

¹ Tradução livre: Falando a mesma língua: um sistema internacional de revisão para áreas protegidas.

tema, o que facilita o intercâmbio de informações técnicas e científicas entre as diversas nações, além de orientar estudos, implantações e manutenções das áreas naturais legalmente protegidas e propor a formulação de sistemas em cada país (BRITO, 2010).

Esta categorização é atualmente dominante internacionalmente, foi adotado por múltiplos países e por organizações internacionais como a organização da Nações Unidas (ONU) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). A UICN considera seis categorias de áreas legalmente protegidas, sendo que a primeira é subdividida em duas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação de áreas legalmente protegidas - UICN/1994

Categoria	Nomenclatura	Finalidades
Ia.	Reserva Estrita da Natureza	Área protegida com fins científicos.
Ib.	Área Selvagem	Área protegida para preservação de condições naturais.
II	Parque Nacional	Área protegida para preservação de ecossistemas e para recreação.
III	Monumento Natural	Área protegida para preservação de características naturais específicas.
IV	Área de Manejo de Habitat/Espécie	Área de terra e/ou mar sujeita a intervenção ativa com o propósito de manejo para garantir a manutenção de <i>habitats</i> e/ou satisfazer as necessidades de espécies específicas.
V	Paisagem Protegida	Área para preservação do equilíbrio tradicional existente e para recreação.
VI	Área Protegida de Manejo de Recursos	Área para a manutenção sustentada de ecossistemas naturais.

Fonte: Adaptado do relatório/UICN (1994)

Neste cenário, destaca-se como objetivo principal dessa classificação a padronização de áreas legalmente protegidas, além de tornar claras as funções de administração e manejo de cada categoria, pois existe um grande leque de tipologias, grupos e categorias, que abrange desde a preservação estrita até o uso sustentável dos elementos da natureza. Esta categorização foi considerada no Brasil, a partir do planejamento, elaboração e aprovação da Lei Federal nº 9.985/2000, que estabeleceu o SNUC.

Considerando as diretrizes da UICN, Milano (2012, p. 16) afirma que as “Áreas protegidas são espaços territoriais onde o uso humano, em diferentes níveis e com diferentes propósitos, é legalmente limitado ou proibido”. De acordo com a afirmação do autor, as áreas legalmente protegidas são instituídas e delimitadas levando em consideração os interesses humanos para com a natureza, os quais procuram utilizar seus recursos de modo sustentável ou combater aqueles que procuram somente a exploração predatória. Ou seja, promover a perpetuidade dos elementos naturais presentes nestas áreas.

Principais aliadas da natureza, as áreas legalmente protegidas têm função de extrema importância no combate a degradação ambiental, atuando como incentivo complementar a outras ações (como por exemplo, a educação ambiental, fiscalização e monitoramento). O estabelecimento destas áreas possibilita o uso sustentável da biodiversidade, inclusive no seu entorno. Além disso, as áreas legalmente protegidas preservam espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção e promove uma relação saudável entre homem e natureza. Corroborando com Milano (2012), Dudley (2008) explica a importância das áreas protegidas afirmando que

Las áreas protegidas son esenciales para la conservación de la biodiversidad. Son la piedra angular de prácticamente todas las estrategias nacionales e internacionales de conservación, están destinadas a mantener ecosistemas naturales operativos, actuar como refugios para las especies y mantener procesos ecológicos incapaces de sobrevivir en los entornos terrestres y marítimos con un mayor nivel de intervención (DUDLEY 2008, p. 01).

De acordo com o destaque anterior a função essencial das áreas legalmente protegidas são a conservação da biodiversidade e a manutenção dos ecossistemas naturais. Entretanto, além destas, outra importante função destas áreas é a de atuar como um abrigo seguro para a preservação do patrimônio natural, geológico e arqueológico existentes nessas áreas (DUDLEY 2008). Assim, com estes achados é possível realizar estudos que expliquem os processos pelos quais o planeta passou, a história dos primeiros habitantes destes territórios e, possivelmente, sua relação com o meio ambiente.

Portanto, é importante que porções do planeta sejam preservados para se conhecer cientificamente a sua dinâmica ambiental. Entretanto, somente proteger

áreas não são suficientes para resguardar os potenciais naturais, é necessário utilizar outras medidas como a fiscalização, monitoramento, controle e o processo educativo somados a proteção legal de áreas.

Diante do exposto, para melhor compreensão acerca das dinâmicas (estudo e criação) das áreas legalmente protegidas, é necessário analisar como as áreas protegidas estão inseridas no cenário nacional, apresentado uma breve cronologia da política ambiental brasileira. É perceptível que a instituição de áreas legalmente protegidas no país é um desdobramento da política internacional de proteção de áreas, além de motivos econômicos.

1.2 PERCURSO DA INSERÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

Para entender os procedimentos adotados no Brasil para a proteção de áreas legalmente protegidas é necessário realizar um percurso histórico. Assim, no Brasil colônia as preocupações com a manutenção dos recursos naturais já eram percebidas, porém, giravam em torno das atividades socioeconômicas, ou seja, a prioridade era garantir o desenvolvimento das cidades, com a produção de energia, abastecimento com água potável e exploração da madeira para a construção civil e naval.

Após a Proclamação da República, em 1889, para garantir a manutenção dos elementos da biodiversidade, essenciais para política desenvolvimentista da época, o poder executivo, comandado pelo então presidente Epitácio Pessoa, em 1920, elaborou um anteprojeto de normas que daria origem ao primeiro código florestal do país (AHRENS, 2003).

Entretanto, apenas em 1934 o projeto foi transformado no Decreto nº 23.793/1934, que ficou conhecido como o Código Florestal de 1934. Neste mesmo sentido, outras normas legais foram elaboradas, aprovadas e publicadas no país. Datam do mesmo ano, 1934, a criação do Código de Águas (Decreto nº 24.643/1934) e Código de Caça (Decreto nº 23.672/1934), ambos pensados para atender aos interesses socioeconômicos da elite brasileira. A esse respeito Ramos (2012) explica que

O Código de Águas, por exemplo, muito mais que a proteção a esse recurso natural, privilegiava sua exploração para geração de energia

elétrica. O Código Florestal de 1934 trata as florestas como bem de uso comum e é o primeiro a instituir a restrição de uso das propriedades rurais (RAMOS, 2012, p. 45).

Além da publicação destas normas legais, ainda em 1934 foi Promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. A Constituição Federal de 1934 e o Código Florestal/1934 introduziram na legislação brasileira algumas diretrizes para a gestão ambiental, como a que está expresso no Art. 10, inciso III, da Constituição/1934, que determina que é competência da União e dos Estados “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1934, INCISO III).

A partir da publicação do código florestal de 1934 foram instituídas algumas categorias de áreas legalmente protegidas, como: Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, que foram previstas como Florestas Protetoras e Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, no contexto das Florestas de Rendimento (BRASIL, LEI Nº 23.793/1934). A respeito desta temática Brito (2010) argumenta que era responsabilidade do estado promover a proteção e preservação destes espaços, afirmando que

A Constituição Federal/1934 definiu como competência da União e dos Estados a proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico do país. Determinação que concedeu a natureza o valor de patrimônio nacional, devendo o poder público ser responsabilizado pela sua preservação e fiscalização (BRITO, 2010 p. 39).

Amparados legalmente pela Constituição e pelo Código Florestal, ambos de 1934 e considerando as diretrizes que fundamentaram a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, foi publicado, em 1937, o Decreto Federal nº 1.713, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas que criou a primeira área legalmente protegida no Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia, sendo uma categoria de proteção integral. Posteriormente, no ano de 1939, mais dois Parques foram criados, o de Iguaçu (Decreto-Lei nº 1.035/1939) e o de Serra dos Órgãos (Decreto-Lei nº 1.822/1939). Atualmente, todas as UC, sejam elas sob tutela da união, dos estados ou dos municípios são normatizados pela Lei Federal nº 9.985/2000, que estabeleceu o SNUC.

Durante o governo militar, a partir da década de 1960, a política ambiental ganha força legal no país, sobretudo, pelas pressões internacionais, como contrapartida aos investimentos e empréstimos que o Brasil buscava acessar. Neste período uma série de decretos e leis foram instituídas a fim de estabelecer uma organização na dinâmica, especialmente, exploratória de recursos naturais. Das motivações para este impulsionamento, Ramos (2012) explica que o cuidado com a natureza ainda advém dos interesses econômicos.

A legislação dessa época já demonstra preocupações com a utilização dos recursos naturais de forma racional, uma vez que já se reconhecia que a transformação destes em riqueza dependia de uma exploração mais equilibrada, principalmente pela necessidade de atender a diferentes finalidades (RAMOS, 2012 p. 45).

O autor defende que a preocupação que se vislumbrava, por meio da legislação, com os elementos da natureza, na realidade eram preocupações com o fornecimento de matéria prima para subsidiar o sistema econômico. Ou seja, não era uma preocupação focada na proteção, conservação ou preservação da natureza. No Quadro 2 estão dispostos os principais instrumentos legais estabelecidos para a gestão e manejo do ambiente, na década de 1960.

Quadro 2 - Normatização da proteção ambiental - década de 1960

Instrumento Legal	Definição
Lei nº 4.771, de 15.09.1965	Novo Código Florestal
Lei nº 5.197, de 03.01.1967	Lei de Proteção à Fauna
Lei nº 4.504, de 30.12.1964	Estatuto da Terra
Decreto-lei nº 227, de 28.02.1967	Código de Mineração
Decreto-lei nº 221, de 28.02.1967	Código de Pesca
Decreto-lei nº 289, de 28.02.1967	Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)

Fonte: Compilação de normas legais federais, <http://www.planalto.gov.br/> (acesso em 22.02.2022)

Avançando no percurso da historização do tema, encontram-se marcos importantes como os eventos internacionais que impulsionaram a política ambiental brasileira, como exemplo, cita-se a Conferência de Estocolmo, realizada pela ONU, no ano de 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia. O evento promoveu o debate

sobre a questão ambiental e as desigualdades entre as nações desenvolvidas e em processo de desenvolvimento.

Como resultado deste encontro, após análise de documentos importantes como o Relatório do Clube de Roma e Os Limites do Crescimento, um novo documento foi instituído, o denominado 'Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta', pelo qual ficou acertado que a solução para a problemática ambiental seria o controle populacional e a redução do crescimento econômico, ou seja, frear a partir daquele momento, o desenvolvimento a qualquer custo das nações (RAMOS 2012).

Neste sentido, países como o Brasil ficariam impedidos de se desenvolver economicamente em detrimento da manutenção da riqueza dos países desenvolvidos. Esse evento foi importante para dar maior visibilidade aos problemas ambientais e impulsionar o planejamento ambiental de cada nação, Ramos (2012) cita que umas das principais iniciativas, no Brasil, advindas da conferência foi a criação de um órgão federal para gerir o meio ambiente. A autora explica que

No rastro da Conferência, o Brasil criou, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, primeiro 'órgão autônomo da Administração Direta' voltado '[...] para a conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais' (RAMOS, 2012, p. 46).

Ainda no cenário internacional de eventos importantes, tem-se, em 1980, a publicação do documento 'A estratégia mundial para a conservação' organizado por importantes instituições como Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), UICN e *World Wildlife Fund* (WWF), em que a expressão desenvolvimento sustentável aparece pela primeira vez na história. Em 1982 foi elaborado um relatório denominado 'Nosso futuro comum', que apontou para a uma relação contraditória entre desenvolvimento sustentável e os modelos de produção e de consumo vigentes no planeta.

Neste sentido, após percorrer todo este caminho, é importante ressaltar que a criação de áreas legalmente protegidas no mundo teve objetivos diversos, não somente a proteção da natureza, como o esperado. Em muitos casos a motivação está relacionada a garantia de fornecimento de recursos naturais para o

desenvolvimento econômico dos países, o que nem sempre se reverte em uso sustentável.

No caso do Brasil, o processo de inserção da política ambiental está relacionado, especialmente, com a criação de UC, que é uma das tipologias de áreas legalmente protegidas que o país adota e que é uma nomenclatura utilizada internamente de forma exclusiva. Para Brito (2010) a instituição, gestão e manejo de UC no Brasil envolve pontos importantes e defende que

A criação e gestão de áreas legalmente protegidas no Brasil envolvem três pontos: *construção histórica da política ambiental*, com pressupostos teóricos baseados nas concepções preservacionistas; *formalização da legislação*, com várias normas que baseiam o desenvolvimento de ações de comando e controle; e *aparelhamento estatal*, conjunto de órgãos gestores, envolvendo as três esferas de governo (BRITO, 2010, p. 40. Grifo da autora).

O arcabouço apresentado por Brito (2010) baseia o atual modelo de gestão e manejo das UC no país e essa estruturação, surgiu a partir dos anseios de parte da sociedade brasileira e para atender aos acordos internacionais. Por conta dos inúmeros dispositivos legais de gestão e manejo, as UC receberam, com passar dos anos, diversas nomenclaturas e categorias, as quais tem funções distintas. Inclusive, outras tipologias de áreas, como exemplo, as que foram demonstradas no capítulo anterior.

1.3 SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

De acordo com Milano (2012) existe algo entre 18 e 21 milhões de km² em áreas protegidas no mundo, dos quais cerca de 14 milhões de km² correspondem à superfície terrestre e 4 milhões de km² de mares territoriais protegidos, os quais somados atingem a marca de 13% da superfície terrestre e 6% do conjunto territorial marítimo do planeta.

Neste sentido, se todos estes números fossem comparados a uma faixa de terra contínua, teria aproximadamente a extensão territorial do Brasil, Austrália e Argentina juntos. No Brasil as UC somam uma parcela significativa da porção territorial, ainda, segundo Milano (2012), em 2012 o país contava com cerca de 150

milhões de hectares de áreas protegidas (1,5 milhão de km²), correspondentes a mais de 17% do território continental, portanto, acima do percentual global, de 13%.

Em pesquisa mais recente no ano de 2019, foi apurado que 18% do território nacional está protegido por UC, que somam aproximadamente 1,6 milhão de km², no entanto, apenas 1/3 destas áreas compõe o grupo de UC de proteção integral, onde o uso direto dos elementos da natureza não é permitido. Os demais (2/3) integram o grupo de UC de uso sustentável, nas quais são permitidas o desenvolvimento de atividades socioeconômicas (WWF, 2019).

O SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000 estabelece um sistema que envolve o conjunto organizado de áreas naturais protegidas que, planejado, manejado e gerenciado como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação e preservação da natureza. Assim, estabelece critérios e normas para estudo, criação, implantação, gestão e manejo das unidades no país, envolvendo as três esferas de poder (federal, estadual e municipal), além de determinar os dois grupos de UC e os objetivos de cada categoria, conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3 - Categorias de unidades de conservação previstas pelo SNUC/2000

Grupo	Categorias	Finalidades
Proteção Integral	Estação Ecológica	Preservar a natureza e a realizar pesquisas científicas.
	Reserva Biológica	Preservar a integridade da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites.
	Parque Nacional	preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais assegurando condições de existência e reprodução de espécies e comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter ecossistemas naturais de importância regional e local e regular o seu uso de modo a compatibilizar com os objetivos de conservação da natureza.

Uso Sustentável	Floresta Nacional	Usar sustentavelmente os recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
	Reserva de Fauna	Possibilitar estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza assegurando as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Lei nº 9.985/2000

O SNUC estabelece em suas determinações (Quadro 3) apenas dois grupos de UC, as unidades do grupo de Proteção Integral e o de Uso Sustentável, cada grupo é composto por categoria de acordo com o manejo e características específicas de cada área, o primeiro grupo possui severas restrições de uso, pois essas unidades têm por objetivo básico preservar a natureza (BRASIL, LEI Nº 9.985, Art. 8º, 2000).

Enquanto o segundo grupo é mais permissivo com relação ao uso, pois objetiva a conservação aliada a sustentabilidade (BRASIL, Lei nº 9.985, Art. 14, 2000). Considerando o SNUC e as estatísticas apresentadas por Milano (2012) e WWF (2019) é possível afirmar que as UC destinadas para uso sustentável de recursos naturais, sobressai-se sob as de proteção integral. Neste aspecto Milano (2012) defende que

A explicação para tal situação é simples. Com o território cada vez mais ocupado, o atual processo de criação de unidades de conservação raramente é consensual e pacífico, especialmente em nível local. Isso sem contar interesses em mineração, grandes projetos de infraestrutura, posicionamentos ideológicos e interesses eleitorais, entre outros inibidores (MILANO 2012, p. 22).

O elevado número de UC de Uso Sustentável na territorialidade brasileira pode ser percebido no Quadro 4. Analisando este cenário é possível compreender que embora haja um alto número de unidades no Brasil, estas protegem

parcialmente os elementos da natureza e como a fiscalização, o controle e o monitoramento são falhos no país, os ecossistemas e biomas estão sendo degradados, inclusive, com incêndios como pode ser visualizado nos noticiários nacionais e internacionais, sobretudo na Amazônia.

Quadro 4 - Número de unidades de conservação por bioma no Brasil

Bioma	Tipo	Quantidade de UC	Área (Km)
Amazônia	Proteção Integral	95	428.833
	Uso Sustentável	257	775.598
Cerrado	Proteção Integral	144	58.459
	Uso Sustentável	300	115.089
Caatinga	Proteção Integral	60	20.365
	Uso Sustentável	148	57.173
Mata Atlântica	Proteção Integral	477	29.091
	Uso Sustentável	960	91.031
Pantanal	Proteção Integral	6	4.401
	Uso Sustentável	19	2.584
Pampa	Proteção Integral	17	1.218
	Uso Sustentável	17	4.659
Total		2500	1.588.501

Fonte: Elaborado pela autora com base no site do CNUC (2020).

Analisando os dados do quadro 4 é possível constatar que o maior número de unidades está no bioma da Mata Atlântica, tanto nas áreas destinadas para uso sustentável, quanto para as de proteção integral. Entretanto, o maior percentual em extensão territorial, encontra-se na Amazônia. É importante destacar que uma UC pode compreender mais de um bioma e ser compartilhada entre estados.

Destaca-se, ainda, que 22 (vinte e duas) UC estão sobrepostas a outras áreas. Com destaque para a superposição de RPPN em APA, como é o caso, no Amapá, da RPPN Retiro Paraíso que se localiza dentro dos limites da APA do Rio Curiaú, no município de Macapá/AP. Sendo assim, a somatória de unidades que são apresentadas no Quadro 4 difere da somatória exibida no Quadro 5.

Quadro 5 - Unidades de Conservação no Brasil

Grupo	Categoria	Esfera Administrativa			Total
		Federal	Estadual	Municipal	
Proteção Integral	Estação Ecológica	30	61	8	99
	Reserva Biológica	31	27	8	66
	Parque Nacional	74	224	198	496
	Monumento Natural	05	35	23	63
	Refúgio de Vida Silvestre	09	57	16	82
	Total	149	404	253	806
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	37	202	147	386
	Área de Relevante Interesse Ecológico	13	31	17	61
	Floresta Nacional	67	41	-	108
	Reserva Extrativista	66	29	01	96
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	02	32	05	39
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	670	354	02	1.026
	Reserva de Fauna	-	-	-	-
	Total	855	689	172	1716
Total Geral		1.004	1.093	425	2.522

Fonte: Elaborado pela autora com base no CNUC (2021).

De acordo com o CNUC o número de UC existentes no território brasileiro é de 2.522 unidades até março de 2021, distribuídas por todos os biomas, em todas as categorias. Quanto a administração dessas áreas, elas podem ser de responsabilidade federal, estadual ou municipal (BRASIL, LEI Nº 9.985, Art. 3º, 2000). No Quadro 5, é possível visualizar os dois grupos de UC (Proteção Integral e Uso Sustentável) e as categorias pertencentes a cada grupo, suas quantidades dispostas no território brasileiro e quantas delas são administradas pelo governo federal, estadual ou municipal. As unidades geridas pela união são de

responsabilidade do ICMBio, as estaduais e municipais são geridas, respectivamente, pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Os dados presentes no Quadro 5, apontam para o protagonismo dos estados na esfera administrativa quanto as UC do grupo de proteção integral, com 404; seguido pelo poder municipal, com 253 e, posteriormente, pelo governo federal, com 149. Quanto as UC de uso sustentável, a maioria delas está a cargo do governo federal, com 855, seguido pelos governos dos estados, 689 e, em terceiro lugar pelos governos municipais, administrando 172 áreas. Entretanto, este *ranking* se altera quando são desconsideradas as RPPN. Sendo que os governos estaduais novamente se sobressaem na gestão deste grupo de UC, com 335; seguidos pela esfera federal, com 185 e por último, os governos municipais, com 170.

Nesta análise é prudente a retirada da categoria RPPN, pois estas áreas representam um percentual muito pequeno da territorialidade brasileira e são unidades de domínio particular, embora componham o rol de áreas legalmente protegidas no Brasil. No art. 1º, do Decreto nº 5.746/2006 que regulamenta esta categoria de UC, determina como seu objetivo “conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis” (DECRETO nº 5.746, ART. 1º, 2006).

O Parágrafo Único deste artigo define que esta categoria de unidades será criada em áreas de posse e domínio privados. Sendo que no âmbito federal serão instituídas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Lembrando que desde 2007 todas as categorias de UC federais são criadas e geridas pelo ICMBio.

A categoria APA, objeto de estudo desta investigação, apresenta o quantitativo, de acordo com o CNUC (2021), de 386 áreas. É uma UC constituída por terras públicas e privadas, com normas e restrições para uso dos recursos, permite pesquisa científica e visitação pública (autorizadas pelo órgão gestor da unidade, estando em terras públicas, e pelo proprietário, em terras particulares, observando a legislação específicas) e deve ser gerenciada por um Conselho Deliberativo (BRASIL, LEI Nº 9.985, Art. 15, §§ 1º ao 5º, 2000). De acordo com o SNUC/2000, as APA são assim descritas:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, LEI Nº 9.985, Art. 15, 2000).

As APA fazem parte do grupo de UC de uso sustentável, por isso, a lei permite a ocupação humana e conseqüentemente suas atividades socioeconômicas, desde que não sejam predatórias para a biodiversidade existente no seu interior. Atualmente as 386 unidades estão ambientadas em todo o território nacional, estão presentes em todos os biomas brasileiros e sob administração das três esferas de governo.

Entretanto, a maioria desta categoria de unidade estão sob gestão dos Estados, com 202 áreas. Segundo Leite (2015) as APA consistem em um modelo inspirado nas leis portuguesas e francesas, os *Parcs Naturels Régionaux*², trazido para o Brasil pelo idealizador da Lei nº 6.902/1981 (lei que dispõe sobre a criação de APA no Brasil), Paulo Nogueira Neto, à época Secretário Especial do Meio Ambiente.

A APA da Fazendinha, objeto deste estudo, é uma UC urbana, com alta potencialidade ecoturística (recreação e lazer), científicas e educação ambiental. Porém, por não disponibilizar de planejamento quanto a gestão e o manejo da área, não utiliza nenhuma dessas atividades de modo regular. O que ocorre, em geral, são ações pontuais, como visita de estudantes, campanhas de coletas de lixo e ações de conscientização com os usuários dos rios que limitam ou recortam a área, o que acarreta diversos problemas e conflitos socioambientais na área.

Com relação a teorização dos conflitos socioambientais, segundo Little (2001), é o processo de uso e apropriação dos recursos naturais, bem como os atores envolvidos nesta dinâmica, os impactos gerados e as relações em torno destes recursos. Dessa forma, ao observar essas atividades na APA da Fazendinha, principalmente as econômicas, observou-se o desenvolvimento dessa tipologia de conflitos na área.

² Tradução livre: Parques Naturais Regionais.

1.4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS CATEGORIAS GEOGRÁFICAS

As UC são áreas especialmente protegidas com objetivo de proteção, conservação e preservação da natureza. Estas áreas são regulamentadas pelo SNUC, instituído com a publicação da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para organizar a gestão e o manejo destes espaços protegidos no Brasil. As unidades são aparelhadas em categorias, de acordo com o modo de uso dos recursos naturais presentes nestes espaços, podem pertencer ao grupo de proteção integral ou de uso sustentável (Quadro 5).

As unidades que pertencem ao grupo de uso sustentável, as dinâmicas socioambientais existentes perpassam pelo uso público, logo, três categorias de análise geográficas devem ser discutidas para melhor compreensão da relação da gestão ambiental com a ciência geográfica, são elas: Território, com discussões sobre territorialidade, multiterritorialidade, desterritorialização e os conflitos socioambientais existentes nessas áreas protegidas, Paisagem, observando as questões transtemporais e lugar, evidenciando o sentimento de pertencimento da população com aquela área protegida.

O conceito de território é plural, podendo ser entendido e pensado de diversas maneiras, de acordo com a ciência que o têm como uma categoria de análise. Haesbaert (2004) em uma de suas concepções, o classifica como um “território natural”, utilizando o materialismo para explicar a separação de espaços naturais e espaços humanos, onde o próprio conceito de natureza precisou ser adequado às temáticas ambientais.

Para (LEFEBVRE 1978, p. 259) “O espaço é anterior ao território, pois o ator “territorializa” o espaço”, por sua vez, (RAFFESTIN 1993, p.143) assinala que, “território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível”. Elger (1995), afirma que o conceito de território está arraigado as relações de poder existentes, em contraponto, com uma visão mais agregadora. Haesbaert (2007) defende que o conceito de território não está embasado somente no poder político tradicional e nas relações de poder, mas sim, no poder simbólico da afetiva apropriação, da identidade, das marcas do vivido e das relações identitárias.

Esta dinâmica, concebida na temática das UC traz os conceitos territorialidade e multiterritorialidade para explicar como as questões territoriais se manifestam nesses espaços. Sack (1986) entende que a territorialidade é como uma estratégia de um indivíduo ou grupo que afeta ou influencia pessoas, fenômenos e relações por meio da delimitação e do controle sobre uma determinada área. Enquanto Hasbaert (2007) entende que os dois últimos seriam etapas do processo de construção de múltiplos territórios, dinâmicos e sobrepostos, vivenciando uma multiterritorialidade.

Neste sentido, é possível considerar que em uma UC, a territorialidade é vista com maior destaque, justamente pelo seu caráter regulador, onde o cumprimento e estabelecimento de regras é essencial para melhor controle social e de proteção da natureza, características indispensáveis, quando se pensa as dinâmicas presentes nesses espaços protegidos. Se faz necessário ainda, destacar que um território não pode existir sem uma territorialidade, mesmo que uma territorialidade não possua um território concreto, logo, a territorialidade é a condição essencial para a existência de um território (HASBAERT 2007). Quanto ao uso do território, segundo Gottmann (2012) este pode ser usado como abrigo ou como recurso.

Assim, nas UC, essa dinâmica de uso do território, se aplica a modalidade de uso como recurso, pois, não se pretende expandir a área, haja vista que são espaços delimitados e com objetivos específicos, mas, pretende-se manter relações externas, justamente para que os objetivos sejam alcançados, o que não seria possível no uso como abrigo, onde se prima por isolamento.

Portanto, o que se percebe é que o processo de criação de uma UC, não se observa a pluralidade das questões territoriais, por exemplo, a multiterritorialidade presente nessas áreas, o que se torna um grande desafio para a gestão e manejo dessas áreas. Se faz necessário, um processo de criação que contemple as várias territorialidades existentes nesses espaços, inclusive avaliando sua viabilidade.

Quanto a categoria de análise Paisagem, diversas correntes do pensamento geográfico, discutem este conceito e sua função no meio científico. Para Milton Santos (1998) paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível,

aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc” (SANTOS, 1998, p. 61).

Desse modo, o estudo da paisagem, se baseia na observação e nos conceitos pré-existentes de tudo o que está inserido no espaço geográfico, inclusive do homem que, também, faz parte desta dinâmica. A esse respeito, Maximiniano (2004), explica como é pensado e construído o conceito de paisagem em sua concepção.

A noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito. A ideia embrionária já existia baseada na observação do meio. As expressões desta memória e da observação podem ser encontradas nas artes e nas ciências das diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particulares como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou um rio (MAXIMINIANO, 2004, p. 84).

Do mesmo modo, de acordo com o autor, a paisagem faz parte da memória do homem e é uma ideia embrionária que surge a partir das observações e do convívio com o ambiente. Partindo desta premissa, de que paisagem é anterior ao seu próprio conceito, Ab`Saber (2003) enfatiza que a paisagem trata de uma herança, onde,

Todos que iniciam no conhecimento das ciências da natureza, mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro, atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança dos processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AZIZ AB`SABER, 2003, p.9).

Assim, entende-se que a paisagem como herança é um dado, constituído anteriormente a nós e que nesse sentido, agora está disponível. Do ponto de vista processual, tudo está em movimento, ou seja, o trabalho humano nesta dinâmica, agiu como agente modificador da estrutura primária que Ab`Saber (2003) chamou de processos fisiográficos e biológicos, o que resulta em uma paisagem em constante mutação.

Na ótica de uma UC, as paisagens são o resultado desta interação entre homem e natureza com passar do tempo, antes mesmo da institucionalização de um território protegido e independente do tipo de gestão adotada. Neste sentido, suas paisagens obedecem a este processo, de constante construção, porém, com

o objetivo de frear sua degradação e utiliza-las para, por exemplo, o uso contemplativo de seus elementos naturais e sensibilização quanto as questões ambientais, tomando cuidado para que esta não se torne mais um produto no sistema capitalista, como critica Aziz Ab`Saber, se referindo a estudiosos que não contemplam a história, a dinâmica e as mudanças na paisagem brasileira, “São observadores alienígenas, habituados as fortes diferenças de paisagens existentes [...]” (AB`SABER, 2003, pag.11).

Neste sentido, a gestão das UC, por meio de planos de uso público, utiliza a paisagem como um instrumento para sensibilizar o visitante quanto a preservação e ou conservação dos recursos naturais presentes nessas áreas, bem como do meio ambiente como um todo, pois, acredita-se que a criação de vínculos e identificação entre sociedade e natureza, seja o principal agente de proteção para as paisagens.

Ademais, com a implementação de áreas protegidas, a ideia de “conhecer para conservar” altamente difundida, é praticada de forma rápida e efetiva. A exemplo do sistema de parques americano, em que a população apoia fortemente a criação de áreas protegidas, pois as áreas contribuíram para a construção de uma identidade nacional, que se orgulha de suas belezas naturais e que as tem como um patrimônio coletivo (ARAÚJO, 2012).

Portanto, a interpretação ambiental é a ferramenta que proporciona a melhor experiência para os visitantes nas unidades, por meio dela, a ‘linguagem científica/ambiental’ se torna mais fácil de ser assimilada, proporcionando relação de proximidade e de pertencimento, entre o visitante e a área protegida. Para Tilden (1977), a interpretação ambiental é uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, pela experiência direta e por meios ilustrativos e, não simplesmente comunicar a informação atual.

O sentimento de pertencimento discutido nesta eventualidade, está diretamente ligado ao conceito de Lugar, próxima categoria de análise geográfica a ser discutida nesta pesquisa. O sentimento de pertencimento, nesse sentido, diz respeito ao processo específico realizado em uma porção do espaço e em um determinado tempo. O que se faz e como se comportar neste processo, será a condição para a definição de um lugar.

De tal modo, o lugar na geografia, não é possível de ser identificado geometricamente, mas sim, no significado dos processos realizados. O lugar tem conotação de constante movimento, pois ele é “produto das relações humanas entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano vivido” (CARLOS, 1999, p. 28). Neste sentido, o lugar, abarca particularidades, relações humanas intensas, afeto e percepção. Carlos (1999) descreve esta categoria como:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1999, p. 17).

A perspectiva do lugar nas dinâmicas de UC, tem basicamente duas vertentes, a primeira, diz respeito aos moradores de uma área protegida, em que suas relações com a natureza, são específicas. O segundo, diz respeito aos visitantes dessas áreas, que a partir de uma experiência interpretativa, ressignificam o ambiente e se percebem como parte desse lugar. Considerando estes aspectos Yázigi (2001) defende que

O homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar [...]. O próprio planejamento que não reconhece essas dimensões todas (naquilo que é o seu campo) torna-se cúmplice da estetização dos lugares, isto é, da mesmice que vaga pelo território sem cara nem alma (YÁZIGI, 2001, p. 45).

Portanto, de acordo o pensamento do autor, percebe-se a importância do trabalho de planejamento, gestão e manejo de uma UC, pois, é a partir das experiências promovidas por essa organização espacial, que o visitante se tornará sensível as questões ambientais. Ademais, “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, passa a ser lugar” (TUAN, 1983, p. 83).

Contribuindo para a discussão conceitual de Lugar, Tuan (1983) considera que espaço e lugar são conceitos indissociáveis, pois em sua concepção, o lugar é o resultado da experiência do indivíduo com o espaço. O autor, com sua grande contribuição para a geografia humanista, utiliza a expressão “topofilia”, para

denominar a relação afetiva entre homem e meio ambiente, o que se torna um marco nos debates sobre o lugar.

Assim, “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto com experiência pessoal” (TUAN, 2012, p. 19), etimologicamente topofilia consiste em topo: lugar e filia: sentimento positivo em relação a uma determinada porção do espaço. Dessa forma, a gestão de UC, em especial as de uso sustentável, deve utilizar as áreas destinadas ao uso público, para fomentar o sentimento de pertencimento dos visitantes àquela paisagem, de modo que o objetivo principal de criação de uma UC seja atingido. Para isso, as dinâmicas socioambientais e socioculturais presentes nesses espaços precisam ser conhecidas, principalmente pela ótica das mudanças nas suas paisagens.

Ademais, a percepção dos atores sociais envolvidos nesses processos, devem ser priorizadas, sejam eles moradores ou visitantes, haja vista que estes são os principais modificadores da paisagem. Nesta perspectiva, a interpretação ambiental é uma ferramenta importante, para alinhar as relações humanas dentro da UC. Pagani et al. (1998) explica que

A interpretação ambiental é uma técnica didática, flexível e moldável às mais diversas situações, que busca esclarecer os fenômenos da natureza para determinado público-alvo, em linguagem adequada e acessível, utilizando os mais variados meios auxiliares para tal. A interpretação procura promover neste público o sentimento de pertinência à natureza, através da sua transformação íntima em relação aos recursos naturais, da sua compreensão e de seu entendimento, na esperança de gerar seu interesse, sua consideração e seu respeito pela natureza e, conseqüentemente, pela vida (PAGANI, 1998, P. 151).

É importante enfatizar, que o planejamento de atividades de interpretação ambiental, ou mesmo de outras atividades de uso público, como: educação ambiental, recreação e lazer devem ser baseadas nas especificidades locais, justamente para imprimir identidade ao lugar. Carlos (1999) enfatiza que algumas formas de organização de espaços, constroem lugares turísticos que não consideram a simbologia original do local, sendo considerado sinônimo de não lugar. O que reforça, ainda mais, a necessidade de utilizar ferramentas de planejamento e gestão do uso público que organizem a visitação e envolvam a população local (NELSON, 2012).

Assim, na perspectiva de gestão e planejamento, se faz necessário a construção de objetivos claros e assertivos para o uso público das UC, além da elaboração de estudos sobre os impactos oriundos dos modos de uso e ocupação da área. Diante disso, a geografia precisa exercer seu papel de ciência integradora, pois o tema demanda trabalhos interdisciplinares que permitam diagnósticos completos de potencialidades e limitações, bem como do monitoramento das atividades, beneficiando todos os atores envolvidos e a conservação da biodiversidade local (COSTA, 2008)

No caso da APA da Fazendinha, as categorias de análise geográficas, e suas indicações para a gestão, devem ser utilizadas na criação do plano de manejo para a unidade, tendo em vista que são conceitos norteadores para o planejamento eficaz dessa UC. Uma vez que preconiza a utilização de ferramentas como a interpretação ambiental para estabelecer uma relação de lugar sustentável entre sociedade e natureza, principalmente em práticas de educação ambiental.

2 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

É de entendimento geral, que a proteção de áreas está profundamente ligada a conservação da biodiversidade no Brasil, com milhões de hectares resguardados para a manutenção da riqueza biológica e dos serviços ambientais. A solidificação dessas áreas é uma das maneiras de conservar este patrimônio e de manter os serviços ecossistêmicos aproveitados pelo entorno das unidades de conservação, pelas cidades, pelo planeta.

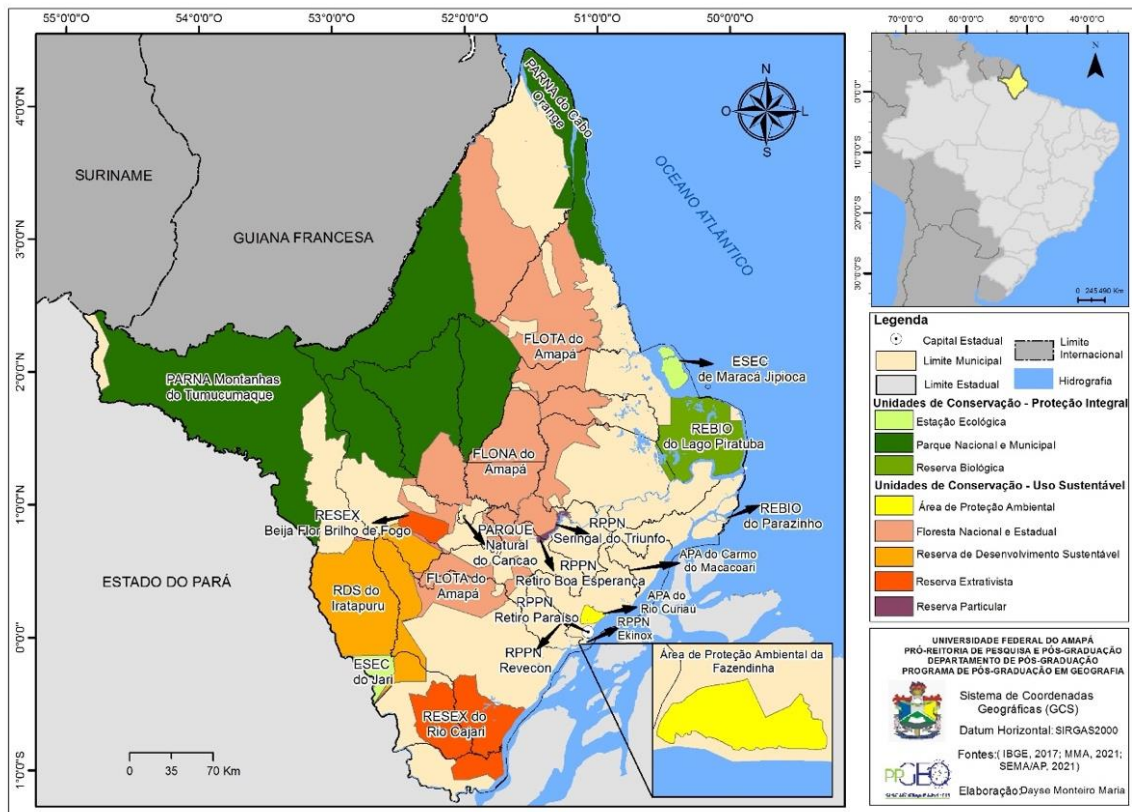
2.1 A PROTEÇÃO LEGAL DE ÁREA NO AMAPÁ

O Amapá, considerado o estado mais protegido do Brasil, é contemplado com vinte UC (Figura 3), dos dois grupos de unidades, dentre estas, três APA, são elas: a do Rio Curiaú (1998), a da Fazendinha (2004), objeto de estudos desta pesquisa, e a do Carmo do Macacoari (2021), as duas primeiras localizadas no município de Macapá, capital do estado, e a última no município de Itaubal.

A APA do Rio Curiaú, criada em 15 de setembro de 1998, por meio do Lei estadual nº 0431/1998, está localizada na porção norte da zona urbana da cidade de Macapá, com área de 21.676 hectares (DRUMMOND *et al* 2008), em seu território se encontra o Território Remanescente de Comunidade Quilombola (TRCQ) do Curiaú, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Retiro Paraíso e parte de duas Comunidades Remanescente de Quilombo (CRQ) São José do Mata Fome e do Rosa, demonstrando que diferentes tipologias e categorias de áreas protegidas podem coexistir dentro de um mesmo espaço/território, principalmente quando se analisa a categoria APA.

A APA do Carmo do Macacoari, instituída em 05 de maio de 2021, foi a última UC criada no território amapaense, possui área de 0,60 hectares, é a menor unidade ambientada no estado e foi estabelecida com a publicação do Decreto Municipal nº 109/2021, expedida pelo município de Itaubal (ITAUBAL, DECRETO MUNICIPAL nº 109/2021).

Figura 3 - Unidades de conservação no Amapá



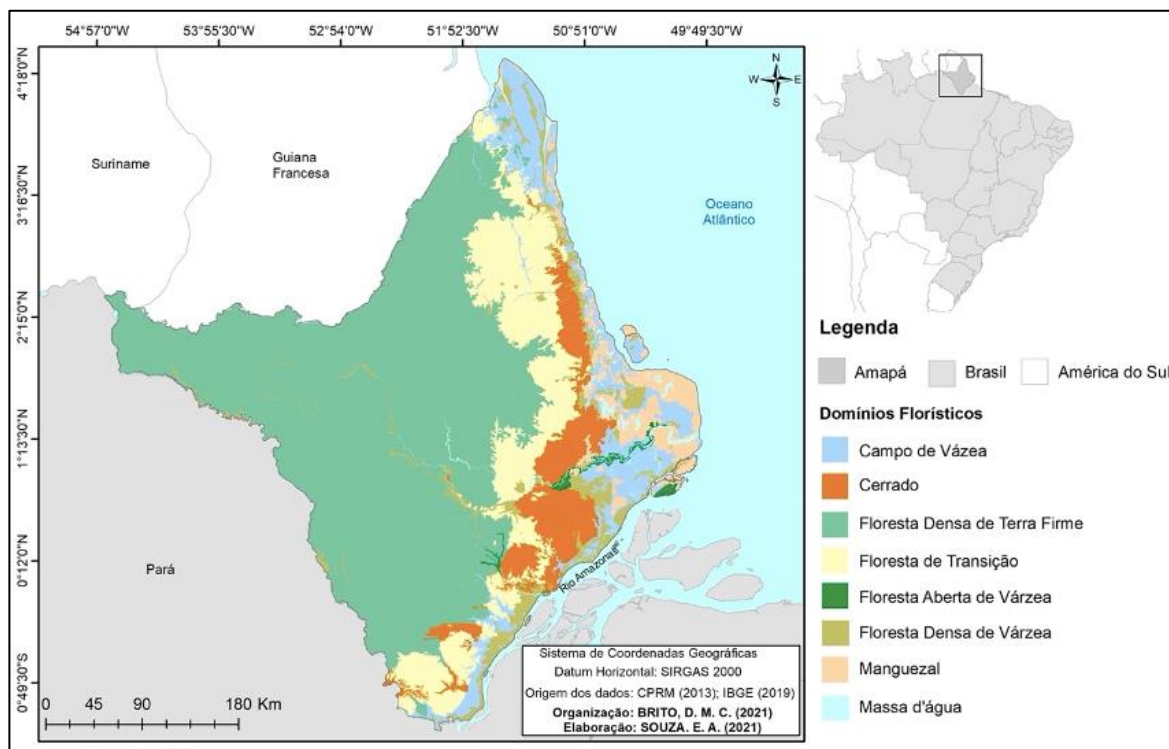
Fonte: Organizado e elaborado pela autora (2022)

Desse modo, segundo a SEMA/AP (2021), aproximadamente 73% do território amapaense é ocupado por áreas protegidas, com 9,3 milhões de hectares destinados às UC e 1,1 milhão de hectares para Terras Indígenas (TI). Lembrando que existem outras tipologias de áreas, como as áreas de Preservação Permanente (APP) e as Reservas Legais (RL) e áreas que estão em processo de estudos e ou regularização como os territórios de CRQ, ou seja, se forem contabilizadas todas as áreas que são protegidas legalmente essa porcentagem de proteção tende a aumentar.

Outro dado importante com relação as áreas legalmente protegidas no Amapá é que estão distribuídas em todo o seu território e estão presentes em todos os ecossistemas do estado, lembrando que o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA, 2008) elenca como principais tipos de vegetação no estado: campo de várzea, cerrado (savanas), floresta densa de terra

firme, floresta de transição, floresta aberta de várzea, floresta densa de várzea e manguezal (Figura 4).

Figura 4 - Tipos de vegetações no Amapá



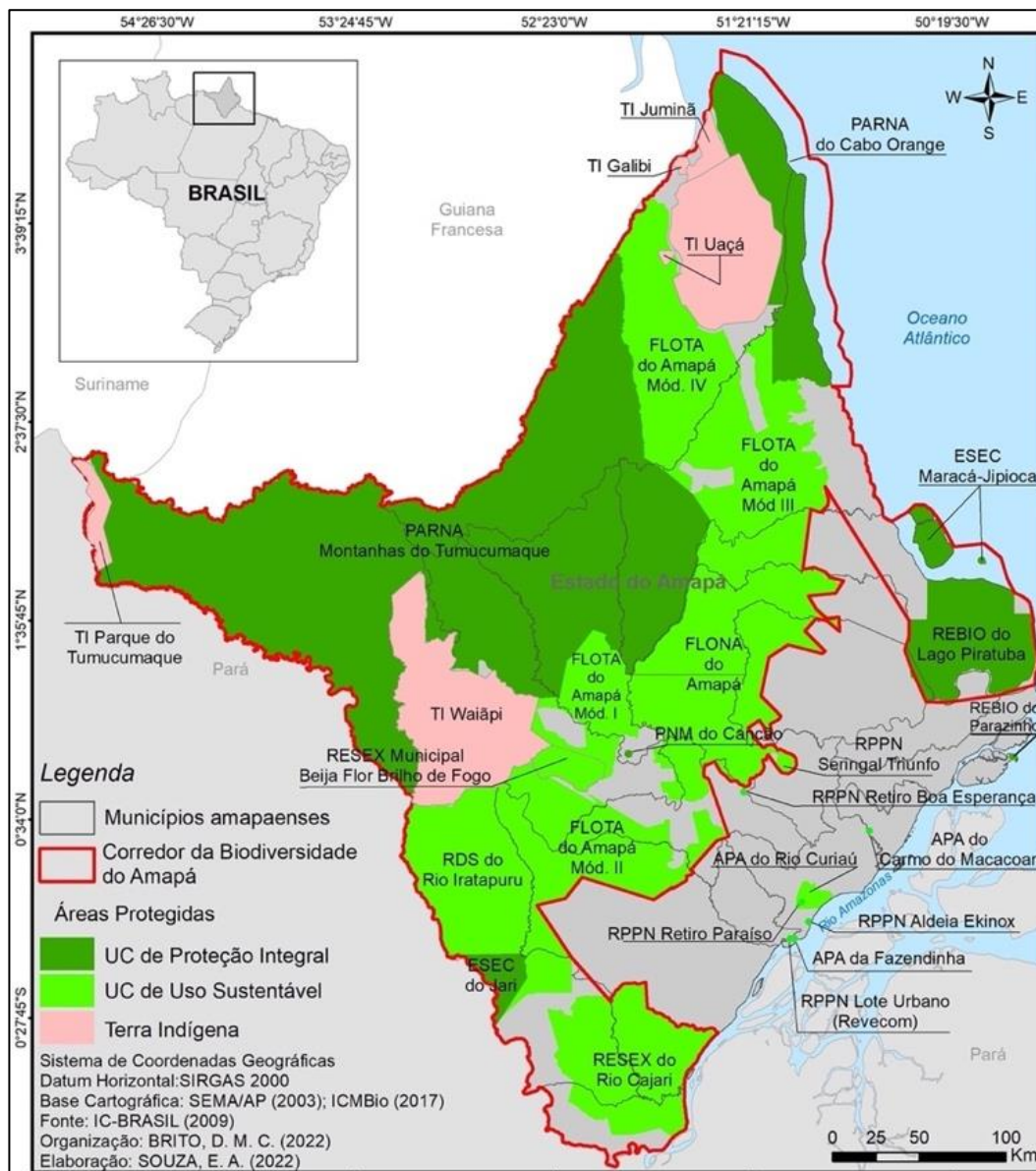
Fonte: Organizado por Brito e elaborado por Souza (2021)

Observando o mapa da Figura 4 é possível perceber que o Amapá apresenta significativa diversidade florística. Entretanto, parte da biodiversidade ainda não é conhecida pela comunidade científica, assim, é necessário manter este potencial livre da degradação e da destruição e, proteger legalmente áreas é uma das medidas mais importantes para a conservação e preservação do ambiente e que é intensamente utilizada no estado.

Sem considerar as outras tipologias de áreas protegidas, como por exemplo: APP, RL e TRCQ, a Figura 5, a seguir, expõe o mapa com as principais áreas protegidas no Amapá, em termos de representatividade territorial (UC e TI), e é possível visualizar além das áreas sob jurisdição legal especial existentes no estado, suas extensões, entre elas a APA da Fazendinha, que embora seja uma das menores em tamanho territorial, é de extrema importância para a conservação

a biodiversidade local e em sua área de entorno, principalmente no que diz respeito ao microclima das cidades de Macapá e Santana/AP.

Figura 5 - Áreas protegidas do Amapá



Fonte: Brito e Drummond (2022)

É notável, observando as Figuras 3 e 5, que as UC não estão homogeneamente distribuídas pelo território estadual, sendo que a maior concentração de áreas legalmente protegidas está ambientada no ecossistema de floresta de terra firme e tendo como menores índices de proteção, as florestas de

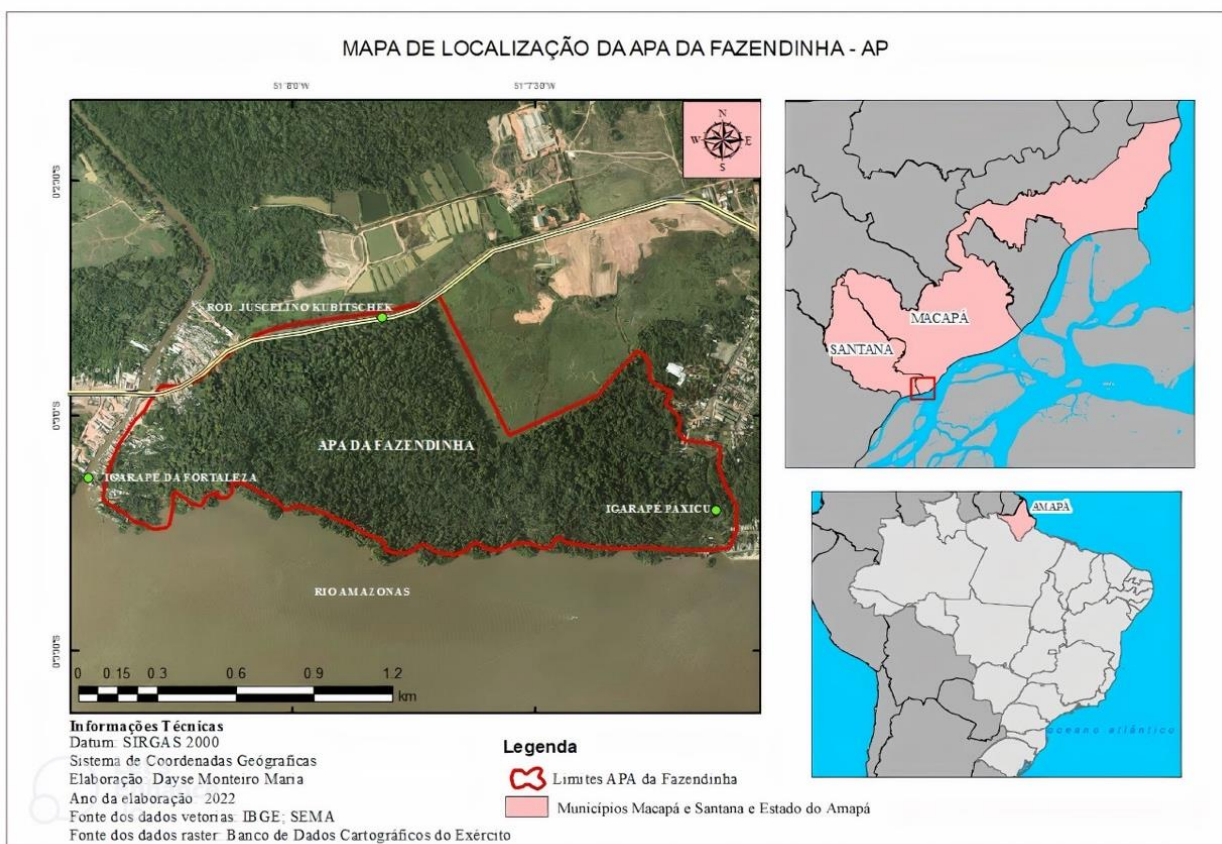
transição e o cerrado (savanas). A este respeito Brito e Drummond (2022) explicam que,

[...] observa-se que os tipos florísticos com os menores índices de representatividade de UC e de áreas protegidas de modo geral são a floresta de transição e o cerrado, e o que tem maior adensamento de áreas protegidas é o de floresta densa de terra firme. Entretanto, existem UC em todos os tipos florestais (BRITO E DRUMMOND, 2022, p. 6).

Assim, a APA da Fazendinha é uma UC que compõe um conjunto de pequenas áreas protegidas que estão ambientadas a sudeste do estado. Porém, com grande importância para preservação e conservação de fragmentos da floresta de várzea e que tem grande potencial biológico, com representatividade da flora e da fauna, (terrestre e aquática) além de ambientar uma comunidade que muitas vezes dependem dos recursos naturais para sobreviver.

A APA da Fazendinha (Figura 6) instituída em 31 de dezembro de 2004, está localizada na porção periurbana sul da cidade de Macapá, a cerca de 15 km do centro da cidade, na divisa (Igarapé da Fortaleza) com o município de Santana. Sua área é de 136,59 hectares e seus limites são: ao norte com a Rodovia Salvador Diniz, ao sul com o rio Amazonas, a oeste com o Igarapé da Fortaleza e a Leste com o Igarapé Paxicu e condomínio Roma (AMAPÁ, LEI COMPLEMENTAR nº 0873/2004).

Figura 6 - Localização da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Como pode ser observado na Figura 6, a APA da Fazendinha, tem maior concentração populacional na parte oeste, as margens do Igarapé da Fortaleza (divisor natural dos municípios de Macapá e Santana) e na porção norte, as margens da rodovia Salvador Diniz. Nestas áreas, o comércio e a prestação de serviços são incidentes, bem como os conflitos socioambientais que estão evidentes na relação do uso e ocupação da área e na preservação ou conservação da área.

Por sua localização, dentro da área de expansão urbana de Macapá, a APA da Fazendinha experimenta grande pressão antrópica. A área em que a unidade está localizada é exatamente na divisa entre os dois municípios mais influentes e populosos do estado, Macapá e Santana, por esse motivo a especulação imobiliária na região é cada vez mais acirrada, exemplo disso, são os condomínios construídos no entorno da unidade.

Assim, é o processo que mais ameaça à integridade e a conservação da UC, tendo em vista que o órgão gestor da unidade não proporciona os meios necessários para a gestão adequada da área, como o zoneamento e o plano de manejo. Ou seja, embora seja uma área protegida por lei, a APA, efetivamente, não dispõe de proteção.

É necessário esclarecer que existem várias outras áreas protegidas legalmente no Brasil, além da UC, APP, RL, TI, TRCQ, que serão elencadas a no próximo tópico. Entretanto, neste estudo serão consideradas as que tem maior evidência no Amapá, sem esquecer que o conjunto total dessas áreas são importantes para a conservação e preservação do ambiente natural no país e no Amapá.

2.2 TIPOLOGIAS DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS NO AMAPÁ

As áreas protegidas são classificadas de acordo com suas características físicas e função socioambiental, são espaços territoriais legalmente estabelecidos pelo poder público, mesmo as que são reservas particulares, e possuem a importante atribuição de proteger os elementos naturais presentes nessas áreas, conservando-os ou preservando-os. Além de proporcionar recreação, lazer (belezas cênicas), educação ambiental e pesquisas científicas para a sociedade em geral. A seguir, estão elencadas algumas dessas tipologias.

a) Área de preservação permanente

As APP são porções de vegetação natural protegidas com o intuito de resguardar rios, lagos, lagoas, nascentes ou qualquer curso d'água, além de áreas elevadas como serras, morros, montes e montanhas. Atuam também como: fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues. Nas APP não é permitido fazer uso de seus recursos naturais, nem remover a vegetação. A alteração das condições naturais das APP ocorrerá somente com autorização em casos de utilidade pública ou interesse social (SNIF 2019). As APP no Brasil estão respaldadas pela Lei Federal nº 12.651/2012.

O Amapá é um estado que tem rica rede hidrológica, é permeado por rios, igarapés, furos, logos e lagoas, portanto, com esta condição, possui grande

percentual de áreas que são APP. Essas áreas existem, também, na capital Macapá e no município de Santana, que além do rio Amazonas que margeia os municípios, são representados pelas denominadas áreas de ressacas que estão extremamente degradadas, com uso e ocupação irregular, mesmo com a existência da Legislação Federal, Estadual (AMAPÁ, Lei Nº 30/2004) e municipal (MACAPÁ, Lei Complementar Nº 30/2004).

b) Reserva legal

As RL são instrumentos necessários à conservação da biodiversidade em propriedades rurais privadas ou públicas. A extensão das porções de terra com flora nativa destinadas para este fim, varia de acordo com o bioma em que ela está inserida e com o tamanho da propriedade. Na Amazônia Legal são destinados 80% da propriedade quando localizada em áreas de florestas e 35% quando situada em área de cerrado (savanas amazônicas). São espaços destinados a manutenção das dinâmicas ambientais existentes nas propriedades. As RL, são, também, reguladas pela Lei Federal nº 12.651/2012.

No estado do Amapá, a maior porcentagem de propriedade privada está concentrada nos ecossistemas de florestas de transição e o cerrado (savanas), ao longo da BR-156 onde a incidência de áreas protegidas é menor e, é a região onde, atualmente, se concentra a produção agrícola do estado, a exemplo da monocultura da soja e as atividades da Amapá Florestal e Celulose S.A (ANCEL), com o plantio de *Eucalyptus* spp.

c) Terras indígenas

As TI brasileiras são regidas pela Lei Federal nº 6001/1973, que deu origem ao Estatuto do Índio e, explicitamente, na CRFB, promulgada em 1988, que recepcionou a lei nº 6001/1973. Nesta Constituição e na lei específica é determinado que os povos indígenas têm direito a terra e ao uso dos recursos naturais que forem necessários para garantir sua sobrevivência e manutenção de seus costumes.

O art. 231 da CRFB/1988 dispõe sobre a responsabilidade do estado quanto aos povos indígenas, atestando que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários

sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, CRFB, Art. 231, 1988). A Lei nº 6001/1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio determina em seu Art. 1º, Parágrafo único que:

Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei” (BRASIL, LEI nº 6001, Art. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, 1973).

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) existem atualmente no Brasil 1.296 TI, sendo: 401 demarcadas; 306 em processo de demarcação; 595 em processo de estudo/identificação para iniciar a demarcação. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), indica que existem 567 TI, sendo: 43 delimitadas; 74 declaradas, 9 homologadas e 441 regularizadas. Na territorialidade amapaense existem cinco TI, todas regularizadas (as Áreas Indígenas Juminã, Galibi, Uaçá e Waiãpi e parte do Parque Indígena do Tumucumaque).

d) Territórios remanescentes de comunidades de quilombos

Os TRCQ são áreas legalmente protegidas e é uma conquista dos afrodescendentes brasileiros que adveio com a promulgação da CRFB/1988, após muitas lutas e resistência, suas terras puderam ser reconhecidas e demarcadas, assegurando seu direito de uso e ocupação do lugar no qual reconhecem sua cultura, sua história e sua ancestralidade, podendo assim realizar suas atividades culturais e socioeconômicas.

O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CRFB/1988 assegura aos remanescentes quilombolas a titulação de suas terras, determinando que “Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, CRFB-ADCT, 1988, Art. 68).

A certificação de uma CRQ é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares (FCP), que realiza o processo de cadastramento de novas áreas reunindo documentos comprobatórios de associações, reuniões, recolhimento de assinaturas e relato por escrito descrevendo como a comunidade foi ganhando

forma, quais suas principais atividades culturais, econômicas e religiosas, além dos principais troncos familiares existentes na comunidade.

Após a certificação a fase seguinte é a titulação da terra, a qual passa por novo processo comprobatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No Amapá, atualmente somente quatro TRCQ estão tituladas (Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira, São Raimundo do Piravita e Curiaú). Porém, 37 CRQ estão em processo de regularização, com o título de certificação emitido.

e) Unidades de conservação

No Brasil o maior percentual de áreas legalmente protegidas, tanto em número, quanto em área territorial são as UC, situação análoga ao estado do Amapá. O cenário nacional foi influenciado pela política ambiental norte americana, principalmente após a instituição do primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional (PARNA) de Yellowstone, em 1872.

A partir desse evento, várias foram as propostas para a criação de parques no Brasil, porém, somente em 1937 foi criado o PARNA de Itatiaia, no Rio de Janeiro, com a publicação do Decreto nº 1.713/1937. Com a aprovação da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC, ficou definido que estas áreas são

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, LEI nº 9.985, Art. 2º, Inciso I, 2000).

Parte do SNUC foi regulamentado, em 2002, por meio do Decreto nº 4.340/2002. Em geral, a regulamentação relaciona os métodos e critérios de estudo para a criação, gestão (conselhos consultivos e deliberativos) e manejo (zoneamento e plano de manejo) de cada UC, regula também, os mosaicos de UC e as reservas da biosfera no Brasil.

A APA da fazendinha, objeto deste estudo, está inserida nesta tipologia de área legalmente protegida e faz parte do grupo de UC de uso sustentável. Analisando a lei que estabeleceu o SNUC em 2000 é possível perceber que a categoria APA é a menos restritiva de todas as categorias previstas pelo SNUC.

Essa condição lhes permite o usufruto direto dos elementos da natureza presentes na área.

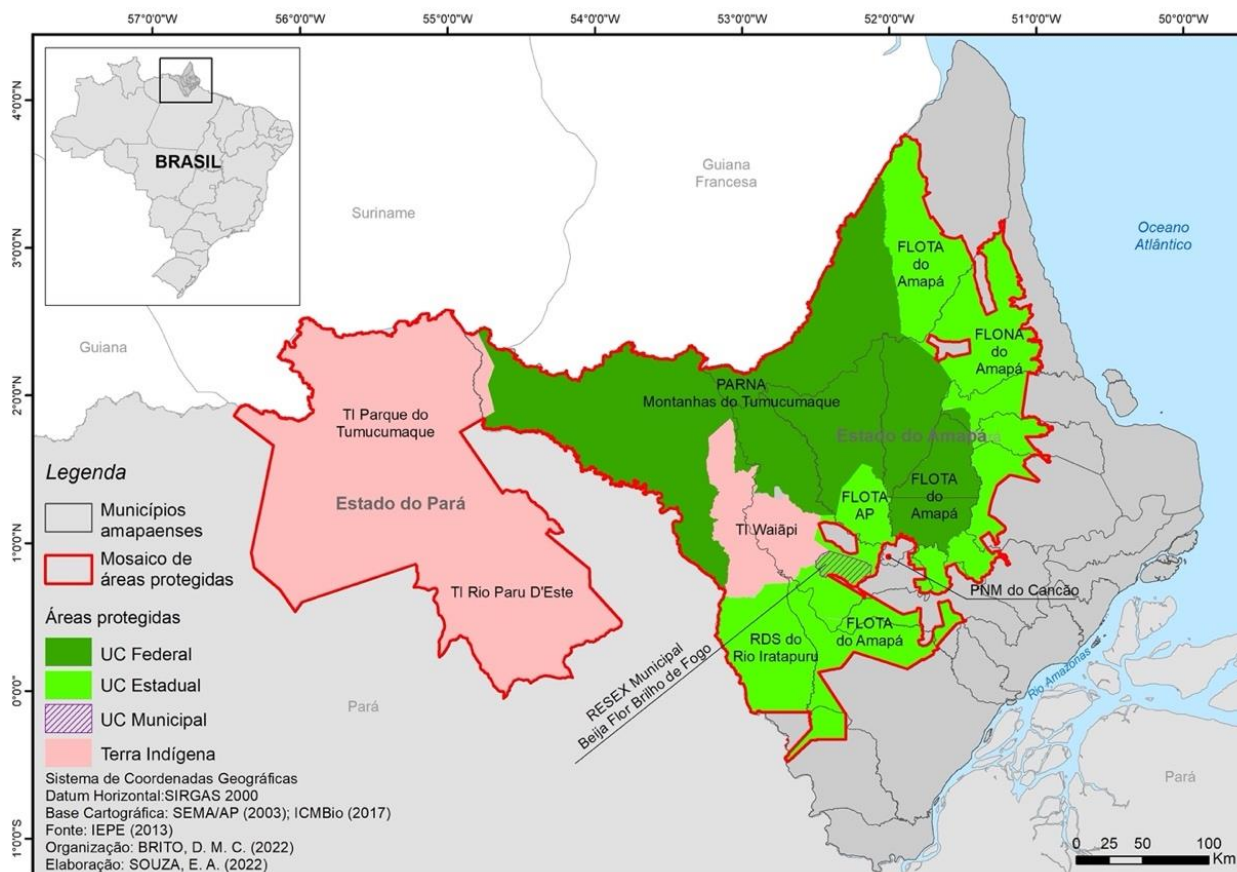
f) Outros tipos de áreas protegidas

Além das categorias de áreas legalmente protegidas indicadas até aqui, existem outras igualmente importantes para a conservação da natureza, como: Reservas da Biosfera, Sítios Ramsar, Sítios do Patrimônio Natural, Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos, Bioparques, Hortos Florestais, Estações Florestais Experimentais, Estações de Pesquisa, Florestas Protetoras, Parques Ecológicos, Viveiros, Herbários, Estradas-Parque, Criadouros de Fauna, Reservas Ecológicas, Estâncias Hidrominerais, Bancos de Germoplasma, Corredores Ecológicos Mosaico de áreas protegidas.

No Amapá, além das vinte UC, cinco TI, quatro TRCQ e de percentuais significativos de APP e RL, o estado detém em seu território um Corredor da Biodiversidade, que envolve 11 UC – os PARNA Cabo Orange e Montanhas do Tumucumaque, as Estações Ecológicas (ESEC) do Jari e Maracá-Jipioca, a Floresta Estadual (FLOTA) do Amapá, a Floresta Nacional (FLONA) do Amapá, a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Cajari e Beija-Flor Brilho de Fogo, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru, a Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Seringal Triunfo e o Parque Natural Municipal (PNM) do Cancão –, além de cinco TI – e parte do Parque Indígena Tumucumaque, Waiãpi, Uaçá, Galibi e Juminã.

Outras áreas legalmente protegidas no Amapá são: um Sítio Ramsar que se sobrepõe ao Parque Nacional (PARNA) do Cabo Orange e é gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente; Um Bioparque, localizado no município de Macapá, próximo a APA da Fazendinha, administrado pelo executivo municipal. É aberto ao público para as atividades de recreação, lazer, educação ambiental e pesquisas científicas. Há, também, instituindo no território amapaense parte de um mosaico de áreas protegidas, o Mosaico de áreas protegidas do oeste do Amapá e norte do Pará (Figura 6), onde são envolvidas as UC amapaenses – PARNA Montanhas do Tumucumaque, FLONA Amapá, FLOTA Amapá e a RDS do Rio Iratapuru, – além das TI Parque Indígena Tumucumaque e Waiãpi, esta última totalmente ambientada no Amapá.

Figura 7 - Mosaico de áreas protegidas do oeste do Amapá e norte do Pará



Fonte: Brito e Drummond (2022)

Analisando o rol de áreas protegidas no Amapá é possível inferir que é um estado rico nesta tipologia de áreas protegidas, com alto percentual de seu território envolvido por estas áreas. O que não significa que estas áreas estão realmente protegidas, na essência do termo. É de conhecimento público que várias UC, como por exemplo, a REBIO do Lago Piratuba, que é altamente restritiva quanto ao seu uso, é constantemente degradada, por ação sobretudo, da bubalino cultura, pesca e caça irregular, além de queimadas e incêndios florestais. Considerando, também, que a própria área deste estudo sofre com invasões, deposição inadequada de lixo, caça e retirada de madeira, entre outros fatores que degradam a unidade, como será avaliado a seguir.

2.3 ASPECTOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

Os aspectos ambientais da APA da Fazendinha se caracterizam pela presença de mata de várzea amazônica, pois está localizada próximo a foz do rio Amazonas, ou seja, nas várzeas estuarinas do rio Amazonas (Figura 4). Deste modo, a área da APA detém aspectos de solo, relevo, hidrografia, vegetação e clima compatíveis a este ecossistema.

Com relação ao tipo de solo da APA da Fazendinha, como a área em que se encontra ambientada está localizada na região costeira estuarina do Amapá, portanto, na planície de inundação, apresenta solo heteromórfico do Gley pouco úmido (FREITAS, 2018). Enquanto o relevo, como em toda a área costeira estuarina do estado do Amapá, a APA da Fazendinha é caracterizada por ser uma planície de inundação, que sofre influência direta do rio Amazonas, também é constituída por um terreno com rochas sedimentares dos períodos Terciário e Quaternário (FERREIRA, 2016).

Quanto a hidrografia, a APA apresenta uma rede hidrográfica com uma grande variedade de recursos hídricos, tais como o próprio rio Amazonas, que é um dos limites da área, igarapés (Fortaleza e Paxicu) e furos (Aturiá e Jacanduba) que recortam e limitam a área. A esse respeito Drummond et al (2008), afirmam que

A hidrografia é presença marcante na APA, pois a maior parte dos limites da unidade é banhada por rios, como o rio Amazonas, o igarapé da Fortaleza e o igarapé do Praxicu [...]. Há, ainda, igarapés menores como Piriá, Pescada, Aturiazinho, Aturiá Grande, furo do Aturiá, Mato Grosso, da Ponta e Jaranduba, que entrecortam toda a UC (DRUMMOND et al, 2008, p. 97).

A partir do trecho em destaque é possível inferir que a APA da Fazendinha é recortada e banhada por águas e que essa característica compõe a rica diversidade biológica e com esse potencial hidrológico há a ocorrência de várias espécies de peixes e crustáceos, que muitas vezes compõe a dieta alimentar dos moradores da área.

A respeito da vegetação da APA da Fazendinha é formada por uma densa floresta de várzea, como pode ser inferido observando a Figura 4, na qual, dispõe de espécies variadas como o açazeiro (*Euterpe oleracea*), pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), seringueira, (*Hevea brasiliensis*) e andiroba (*Carapa*

guianensis), destacam-se pela quantidade encontrada ou pelo tamanho das árvores (Figura 8).

Figura 8 - Plantação de açaí encontrada na APA da Fazendinha



Fonte: Acervo da autora (2021)

Na porção central da área, ainda, encontra-se remanescentes de floresta de terra firme em bom estado de conservação. De acordo com observações *in lócus* foi possível perceber que devido ao bom estado de conservação da floresta, a fauna, também, se faz presente, principalmente os primatas, mas, se observa, também, várias espécies de pássaros e pequenos roedores, além das expressivas variedades de peixes.

Segundo a classificação climática indicada por Ribeiro (2016) o clima da APA da Fazendinha é equatorial, além de ter um: “clima úmido com precipitação

em todos os meses do ano, bem como estações do ano definidas somente como seca ou chuvosa” (RIBEIRO, 2016, p. 58). A temperatura média ao longo do ano varia de 24°C a 33°C, raramente é inferior 23°C ou superior a 35°C. Porém na APA, a temperatura média anual é de 28°C (DRUMMOND et al, 2008).

Assim, pode-se deduzir que as características ambientais da APA da Fazendinha correspondem ao ecossistema amazônico, com solos vinculados as planícies de inundações, relevo constituído por rochas sedimentares dos períodos Terciário e Quaternário, hidrografia, vegetação e espécies animais abundantes e clima tropical, como de todo o município de Macapá que é cortado pela linha do equador. É relevante destacar que as espécies de vegetais e animais ainda são totalmente conhecidas cientificamente, carecendo de pesquisas mais aprofundadas.

2.4 HISTÓRIA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

A atual APA da Fazendinha foi inicialmente constituída como Parque Florestal de Macapá, criada por meio do Decreto Territorial (Território Federal do Amapá) nº 030, de 24 de outubro de 1974, com uma área de aproximadamente 2.187 hectares. A primeira UC criada no atual estado do Amapá objetivava a promoção do turismo, lazer e pesquisas sobre a fauna e flora da Amazônia (RIBEIRO, 2016). A área destinada ao parque somente foi representada por referências de imediações, como mostra o art. 2º do decreto que a instituiu.

A área destinada ao Parque fica situada entre Macapá e Santana, nas imediações do Igarapé da Fortaleza, com as seguintes indicações: Faz frente (norte) para Rodovia Salvador Diniz, fundos (sul) com o Rio Amazonas, a esquerda (oeste) com Igarapé da Fortaleza e a direita (leste) com terras pertencentes ao Posto Agropecuário de Macapá (AMAPÁ, DECRETO Nº 030, 1974, ART. 2º).

Pela descrição do decreto é perceptível que os limites do Parque não eram precisos, o que, provavelmente, contribuiu para o desrespeito a sua integridade, sobretudo, com invasões, o que ocasionou a ocupação e conseqüente degradação da área. Outros fatores que colaboraram para a descaracterização da unidade foram o desconhecimento da população, em relação a área protegida, e

preponderantemente, a ausência do poder público, ou seja, a carência de políticas públicas para o gerenciamento da unidade.

Este último, é confirmado quando se analisa o período de vigência do decreto que instituiu a UC (1974 a 1984) e não se constata a existência de planejamento de implementação da unidade, pelo órgão responsável, que segundo o Decreto nº 030/1974 era da Secretaria de Agricultura. Não houve planejamento que priorizasse a gestão da área, como programas, projetos e ações voltados para a sua proteção, conservação e preservação.

Considerando o processo de ocupação das áreas limítrofes do parque, na década de 1980, a unidade teve sua categoria e limites alterados. As modificações ocorreram por meio do Decreto Territorial nº 020, de 14 de dezembro de 1984, passando para a categoria de Reserva Biológica (REBIO) da Fazendinha. A alteração foi realizada “visando a preservação e proteção integral e permanente do ecossistema e recursos naturais da área, especialmente no que tange a genética da flora e fauna para fins de estudos científicos, educacionais e culturais” (AMAPÁ, DECRETO Nº 020, 1984, ART. 1º).

A REBIO é uma UC pertencente ao grupo de UC de proteção integral, ou seja, não permite o uso direto dos elementos naturais existentes na área. Quando a REBIO da Fazendinha foi instituída, além da alteração da categoria para uma mais restritiva, como uma tentativa de restringir o uso e ocupação da área, foi alterado, também, os seus limites. A REBIO foi constituída com área de 193,53 hectares, perdendo cerca de 91,16% do tamanho original do Parque Florestal criado em 1974.

Mesmo sendo uma UC de proteção integral, a área sofreu forte processo de antropização desde sua criação, muito pela ausência de políticas públicas voltadas para gestão da área, o que acabou alterando seu *status* de uso indireto para direto, mesmo com legislação estabelecida. Assim, após vários conflitos pelo direito ao uso da terra e ocupação de parte da área, a categoria da unidade foi readequada para atender as necessidades da população que ocupa a área. Ou seja, vinte anos depois, já com a vigência da CRFB/1988 e do SNUC/2000, a categoria da UC foi novamente alterada, o que ocorreu com a publicação da Lei Complementa nº 0873/2004 (como determina a CRFB/1988). Assim, a APA da Fazendinha foi instituída.

A instituição da categoria APA foi a solução encontrada pelo poder público para diminuir os entraves relacionados a conservação e preservação da biodiversidade local, além de adequar o uso socioeconômico do território. Ou seja, permitir que a população residente na área pudesse permanecer e utilizar os elementos da natureza nos seu cotidiano. Dessa forma, o objetivo de sua criação “é de conciliar a permanência da população local com a proteção ambiental, por meio do uso racional dos recursos naturais e da busca de alternativas econômicas sustentáveis para a comunidade residente” (AMAPÁ, LEI COMPLEMENTAR Nº 0873, ART. 1º 2004).

Assim, após perdas importantes de área e da biodiversidade, a APA da Fazendinha foi finalmente instituída com limites estabelecidos e objetivos claros. Porém, a ausência de políticas públicas voltadas para a unidade continua e propicia uma série de conflitos socioambientais, em especial, pelo uso do território no decorrer dos anos e, atualmente há uma série de problemas relacionados a degradação do Ambiente.

2.5 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - SOCIOECONOMIA

Com o objetivo de diagnosticar as condições socioeconômicas da APA da Fazendinha foi realizado um levantamento, pela SEMA/AP, em 2015, e a partir da coleta de dados foi elaborado um relatório que é disponibilizado pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC) da Secretaria. Neste relatório é possível identificar vários aspectos das atividades econômicas e das condições sociais da população que mora na APA.

Segundo o Relatório Socioeconômico elaborado e disponibilizado pela SEMA/AP, a APA da Fazendinha tinha, em 2015, um total de moradores de 1.120 pessoas, dos quais 212 eram chefes de família e 908 dependentes, sendo 566 do gênero feminino o que representa 51% do total dos moradores e 554 são do gênero masculino, representando 49% do total (E-SIC, SEMA/AP, 2021).

Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição responsável pela contagem da população no Brasil indicou que a estimativa da população de Macapá, em 2015, consistia em 456.171 habitantes e em 2021 era de 522.357 pessoas (IBGE, 2015 e 2021). Ou seja, um aumento de

aproximadamente 14,5%. Neste sentido, é possível que a população da APA, em 2021 fosse de 1.283 moradores.

O levantamento apurou, ainda, que a idade média dos moradores da APA da Fazendinha é de 23 anos, idade média relativamente baixa, indicando uma população elevada de jovens. Esse resultado é reflexo da quantidade de crianças e adolescentes residentes na área, 536 até a realização daquele censo.

O relatório, também, aponta que a escolaridade da população residente na área é a seguinte: 23% dos moradores não são alfabetizados, 47% dos residentes possuem ensino fundamental incompleto; 6% possuem ensino fundamental completo, 9% ensino médio incompleto; 11% ensino médio completo, 2% graduação incompleta e 2% ensino superior completo. Ressaltando que 15,39% dentre os 23% de pessoas analfabetas estão as crianças de 0 a 4 anos que ainda não estão em idade de serem alfabetizadas (E-SIC, SEMA/AP, 2021).

Quanto a naturalidade dos moradores, as informações da SEMA/AP (2015) demonstram que 66% dos residentes são oriundos do estado do Pará, 32,5% do estado do Amapá e 1,5% do estado do Maranhão. Entretanto, quando se observa de quais municípios do Pará (a maior porcentagem) os moradores migraram para a APA, é possível verificar que a maioria veio dos municípios da Ilha do Marajó, com destaque para Afuá, com 10,4% e Gurupá, com 5,7%. Enquanto os municípios amapaenses que mais colaboram com a população da APA são: Amapá, com 17,9% e o próprio município de Macapá, com 13,7% (E-SIC, SEMA/AP, 2021).

Com relação as atividades econômicas desenvolvidas pelos residentes da APA da Fazendinha, o recenseamento da SEMA/AP (2015) constatou que os moradores desempenham suas atividades econômicas dentro dos limites da APA e no entorno da área. Sendo 59% exercendo suas atividades laborais dentro dos limites da APA e 29% desempenham suas atividades funcionais fora e 12% não responderam essa pergunta.

Com relação as profissões dos habitantes da APA, os dados demonstraram que as principais funções exercidas são: pescador(a), extrativistas, comerciantes, trabalhadores de serviços gerais, carpinteiro, empregadas domésticas, açougueiro, estivador, professor(a), vigilante, batedor de açai, cozinheira, agricultor, marítimo, motorista, operador de caixa e padeiro. Além destas profissões, alguns moradores

se autoindicaram autônomo, que são trabalhadores que não tem atividade funcional definida.

No que diz respeito aos imóveis encontrados na APA, foi possível constatar, no relatório da SEMA/AP (2015), que 42,5% dos moradores não possui nenhum documento sobre a propriedade, 29,2% apresentaram recibo de compra, ou seja, realizaram a compra do imóvel de terceiros; 16% apresentaram documento fornecido pelo extinto Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), uma espécie de cadastro; 9,5% relataram que receberam como herança familiar, seu avô já morava na área, que passou para seu pai e o pai para o atual morador e 2,8% não souberam ou não quiseram responder (E-SIC, SEMA/AP, 2021).

Destaca-se que os habitantes da APA não podem obter o título de propriedade do terreno em que moram, pois as áreas localizadas as margens de rios que sofrem influência de marés são consideradas áreas de marinha, que são bens da União. Como um dos limites da APA da Fazendinha é o próprio rio Amazonas e é fortemente influenciado pelo regime de marés, aos moradores não são permitido o título.

Tendo em vista que este diagnóstico foi realizado em 2015, os números apresentados podem não ser os mesmos atualmente, como por exemplo o aumento populacional do município de Macapá, a estimativa é que alguns destes dados, como o total de moradores, tenha aumentado, observando que a ocupação irregular é crescente na unidade. Também é crescente, o número de desempregados na APA, uma das maiores queixas dos moradores, principalmente no contexto de altos índices de desempregado em Macapá.

Com relação a expectativa de melhoria dos níveis de escolaridade da população da APA, antes da Pandemia do Covid 19, era iminente, em especial com o aumento do ensino a distância, nas modalidades de graduação e pós-graduação. Entretanto, é possível que tal expectativa não tenha ocorrido. Há também, a probabilidade, sem comprovação, das crianças que não tinha idade escolar em 2015 já estejam em processo de alfabetização, considerando que muitas já entraram em idade escolar. Mas é perceptível, também, o crescimento na taxa de natalidade, pois nas pesquisas em campo foi possível perceber um número alto de crianças pertencentes a primeira infância.

3 O USO DO TERRITÓRIO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

Com o propósito de evidenciar a realidade da APA da Fazendinha, com todos os seus problemas e conflitos socioambientais, advindos da gestão ineficiente de seus recursos, esta seção apresenta os instrumentos de gestão e ordenamento territorial que deveriam estar sendo utilizados na unidade, relacionados aos dados e informações obtidos *in lócus* e com a teoria, sugerindo boas práticas e melhorias para o futuro sustentável na UC.

3.1 O PLANEJAMENTO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Os principais instrumentos utilizados para a gestão das UC brasileiras são: o zoneamento ambiental, o plano de manejo e no caso das APA, o roteiro metodológico para a gestão de Áreas de Proteção Ambiental. Estes instrumentos, auxiliam no planejamento de caminhos que levarão ao atingimento dos objetivos propostos na criação da unidade de conservação, que se desdobram na gestão e manejo adequado da área.

3.1.1 Zoneamento ambiental em unidades de conservação

A lei nº 9.985/2000, que estabeleceu o SNUC, em suas disposições preliminares, destaca que o Zoneamento e o Plano de Manejo, entre outras ferramentas de administração são instrumentos de gestão e de planejamento ambiental imprescindíveis para as UC alcançarem os objetivos de conservação e preservação do ambiente protegido. Estes instrumentos, quando utilizados de forma satisfatória, possibilitam que os recursos naturais existentes em uma determinada unidade sejam utilizados de forma sustentável primando pela conservação e preservação da área. Com relação ao zoneamento o SNUC determina que são

Setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (BRASIL, LEI Nº 9.985/2000, Art. Nº 2º, Inciso XVI).

Dessa forma, o zoneamento de uma UC, diz respeito a uma medida de gestão com dois fundamentos principais, a repartição do solo em zonas e a posterior designação de seus usos. Seu objetivo é a proteção do meio ambiente, de modo que a organização territorial dentro da UC observe suas características e potenciais de manejo, visando os diferentes usos na mesma unidade. É um procedimento que está incluso nas fases do plano de manejo.

Desse modo, observando as características e potencialidades de uma UC, as zonas são estabelecidas e a elas são associados normas e objetivos, para então determinar as atividades que serão permitidas naquele espaço. Essas normas e atividades, são pensadas para serem realizadas a curto, médio e longo prazos, e assim, garantir o manejo adequado com o passar dos anos. Portanto, é um planejamento duradouro que pode ser revisto em casos muito específicos (ICMbio, 2018, p. 30).

O zoneamento pode ser realizado em todas as categorias de UC, porém, no ordenamento territorial, deve-se considerar os objetivos de cada unidade, ou seja, algumas UC não terão todas as zonas propostas. De acordo com o ICMbio (2018), foram estabelecidas 14 zonas, organizadas em quatro grupos, baseados no grau de intervenção ou no modo de uso em cada área, como pode ser observada na Figura 9, a seguir.

Figura 9 - Grupos de Zoneamento Ambiental em unidade de conservação

Fonte: ICMBio (2018)

Observando a Figura 9 é possível perceber que em cada um dos grupos de zoneamento em UC, proposto pelo ICMBio, em 2018, são dispostas zonas com diferentes objetivos e características, demonstrando uma gradação de intervenção, desde a mais restrita (preservação, mantendo os processos ecológicos) a mais aberta (área produtiva, com uso dos recursos). O Quadro 6 demonstra essa organização, com os quatro grupos, suas 14 zonas e suas principais características de uso pela população humana.

Quadro 6 - Zoneamento de Unidades de Conservação

GRUPOS	ZONAS	CARACTERÍSTICAS
Sem e com baixa intervenção	De preservação	Pesquisa; proteção; monitoramento e recuperação.
	De conservação	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação e visitação de baixa intervenção.
	De uso restrito	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação; visitação de baixa intervenção; moradias isoladas e subsistência.
Com média intervenção	De uso moderado	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação; visitação de média intervenção; moradias isoladas e subsistência.
	De uso comunitário	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação; visitação de média intervenção; moradias isoladas e subsistência e uso direto moderado dos recursos naturais.
	De manejo florestal	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação; visitação de média intervenção

		e manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, incluindo tratamentos silviculturais.
Alta intervenção	De infraestrutura	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação; administração da UC; visitação de alta intervenção e suporte a produção.
	Populacional	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação; visitação de alta intervenção e uso direto dos recursos naturais.
	De produção	Pesquisa; proteção; monitoramento; recuperação; visitação de alta intervenção; uso direto dos recursos; moradias; pesca; caça; agricultura; silvicultura; pecuária; comércio e indústrias de pequeno porte.
	Urbano-industrial	Ordenamento territorial para minimizar impactos negativos; mineração; urbanização e recuperação.
Com usos diferenciados	De sobreposição territorial	Harmonizar relações entre as partes envolvidas.
	De diferentes interesses públicos	Compatibilizar interesses públicos que sejam divergentes aos objetivos da UC.
	De adequação ambiental	Deter a degradação dos recursos naturais; recuperação e zona provisória.
	De uso divergente	Usos acordados em instrumento jurídico firmado entre os ocupantes e o órgão gestor, incluindo visitação.

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do ICMbio (2018)

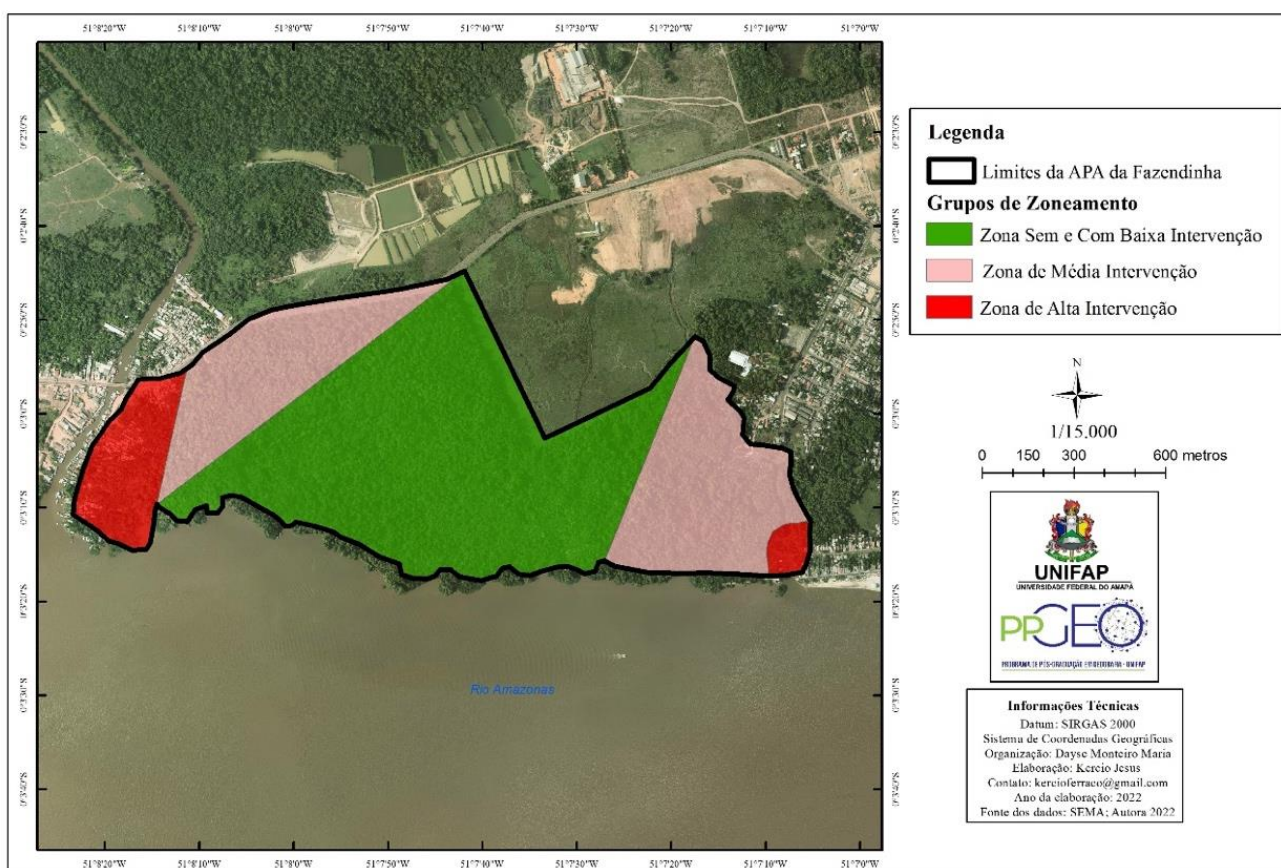
Analisando a Figura 9 e o Quadro 6 é possível observar que no primeiro grupo constam as zonas com baixa intervenção, ou seja, são áreas de uso restrito, sendo priorizado a preservação dos elementos da natureza; no segundo grupo fazem parte as zonas de média intervenção, sendo que os usuários da área podem realizar atividades de manejo, com moderada intervenção ao ambiente; no terceiro grupo estão dispostas as zonas que permitem intervenções mais severas, consideradas zonas de alta intervenção, onde as atividades produtivas podem ocorrer normalmente e; no último grupo estão inseridos as zonas com usos diferenciados, onde podem ocorrer diferentes usos do território, inclusive estabelecendo uma zona provisória.

A partir do ordenamento territorial realizado em uma determinada UC, quando se estabelecem as zonas, é possível planejar as atividades que podem ser realizadas em cada uma das parcelas. Este ordenamento é de suma importância para regulamentar, por exemplo, as atividades de uso público dentro da unidade,

como: a visitação para fins turísticos, a educação ambiental ou, mesmo, as atividades científicas. De modo contrário, os objetivos estabelecidos para criação da unidade podem não se cumprir totalmente ou plenamente.

Diversos tipos de zonas podem ser implementados nas UC, de acordo com a sua categoria, algumas com mais, outras com menos; algumas mais restritas, outras mais abertas, porém, são indispensáveis para gestão e manejo de uma unidade. No caso das APA, objeto de estudo desta investigação, com exceção das Zonas com Usos Diferenciados, todas as outras são aplicáveis, porém, o zoneamento na APA da Fazendinha, ainda, não foi executado, por ausência de políticas públicas que priorize a gestão e o manejo adequado da área. Na figura a seguir, observa-se a sugestão de zoneamento desta pesquisa para a UC.

Figura 10 - Proposta de zoneamento para a APA da Fazendinha



Fonte: Organizado pela autora e elaborado por Nascimento (2022)

De acordo com a figura 10, o zoneamento proposto para a APA da Fazendinha compreende três categorias de zona, as sem ou com baixa intervenção, as de média intervenção e as de alta intervenção. As áreas que se encontram antropizadas ficam agrupadas na categoria de alta intervenção, como as comunidades do Igarapé da Fortaleza, Igarapé Paxicú e a área da feira no limite norte na unidade.

As áreas destinadas para as zonas de média intervenção, conforme quadro 6, são para cultivo de subsistência, manejo florestal, poucas moradias (já presentes nesses espaços), pesquisas científicas, atividades sustentáveis voltadas para o ecoturismo, como as trilhas interpretativas ou mesmo para as atividades comerciais locais.

As zonas sem ou com baixa intervenção, estão voltadas para a preservação dos ecossistemas presentes nessa área, recuperação de algum ponto degradado, pesquisas científicas, e monitoramento. Essa zona diz respeito a um espaço com pouca visitação, sem manejo florestal, apenas atividades de subsistência.

3.1.2 Plano de Manejo para unidades de conservação

Outra ferramenta de gestão imprescindível para alcançar os objetivos propostos para instituição e execução de UC no Brasil é o Plano de Manejo, que é o documento técnico, que direciona, delimita e propõem programas, projetos e atividades a serem realizadas ou proibidas nas unidades. A ausência do plano de manejo em UC ocasiona vários problemas ambientais, por muitas vezes provocando conflitos entre a gestão da unidade e os usuários da área (conflitos socioambientais). Esses conflitos entre proteção e utilização se sobressai, principalmente, quando a unidades é de uso direto, como é o caso da APA da Fazendinha, pois não há um direcionamento claro das práticas que devem ser desenvolvidas ou proibidas na área.

Como pressuposto para a elaboração do plano de manejo de uma UC, deve-se realizar previamente o zoneamento ambiental da área. Assim, para conseguir construir um planejamento exequível para a unidade é necessário que seja embasado nas características das zonas que foram elencadas no zoneamento

ambiental da UC. Na legislação brasileira o plano de manejo é determinado como fundamental, a Lei nº 9.985/2000 determina que,

É um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, LEI Nº 9.985/2000, ART. 2º, INCISO XVII).

O plano de manejo é a principal ferramenta que normatiza as atividades a serem executadas na unidade. Ou seja, é a regulamentação e o planejamento que uma UC deve possuir. Por meio deste instrumento, todo o processo de implementação de uma unidade é realizado, tudo o que ela precisará para atingir seus objetivos é planejado e desenvolvido por meio deste planejamento. Com o plano de manejo construído é possível atingir as finalidades socioambientais da área.

É importante destacar que o plano de manejo é o ponto de partida para um processo contínuo de gestão adequada dos elementos da natureza e seus usos. Ou seja, a partir dele, outros planos, programas, projeto, ações e estudos devem ser realizados, podendo ser alterado, atualizado e ajustado de acordo com a necessidade da unidade. Portanto, é o documento que rege todas as ações que serão desenvolvidas nos limites da UC, assim como, em seu entorno. O Quadro 7 demonstra as fases que estruturam um plano de manejo, de acordo com a lei nº 9.985/2000.

Quadro 7 - Fases do plano de manejo

Fases	Elementos
Componentes fundamentais	Propósito; Declaração de significância; Recursos e valores fundamentais.
Componentes dinâmicos	Necessidade de dados e planejamentos; Subsídios para interpretação ambiental; Mapeamento e banco de dados geoespaciais.
Zoneamento e normas	Atos legais e administrativos; Normas gerais; Zoneamento.
Planos e estudos específicos	Plano específicos; Estudos específicos.

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do ICMbio (2018)

Observando o Quadro 7 é possível perceber que, no processo de elaboração do plano de manejo de uma UC, existem quatro fases que devem ser seguidas para a construção deste planejamento. Inicialmente, deve-se levantar quais as finalidades da unidade, seu grupo e sua categoria (o que legalmente é permitido e proibido naquela categoria de UC). Em seguida, deve-se elencar os documentos legais pertinente a unidade (lei ou decreto que criou a área, o conselho gestor e outras legislações). Após esses levantamentos é importante que haja um planejamento econômico (quem financiará? quanto custará? entre outros recursos).

Na fase vinculada aos componentes fundamentais é elaborada uma declaração de propósito, em que é explicado o porquê de uma determinada UC ter sido instituída e, a resposta a esta questão deve ser elaborada de forma clara e acessível ao público em geral, para que todos os atores envolvidos com a área tenham conhecimento das finalidades de proteger, preservar e conservar a área.

A declaração de significância está diretamente ligada ao propósito da área, descreve o que a UC tem de especial e suas especificidades, o que o visitante vai experimentar em sua visita. Além de apontar quais recursos e valores se destacam na unidade e o que as diferenciam em meio as outras, nos mais diversos níveis e categorias.

Quanto aos recursos e valores fundamentais, trata-se dos aspectos paisagísticos, históricos, socioambientais, socioculturais, geologia, entre outras características, que em conjunto, representam aquela determinada UC que está sendo planejada. Os recursos e valores, são fundamentais para manter a significância da unidade e para atingir seu propósito de criação. Dessa forma, os componentes fundamentais funcionam como a base do conteúdo do plano de manejo, o qual irá subsidiar todas as outras ações e elementos do plano.

Na segunda fase do plano é necessário realizar todos os levantamentos, alguns já podem existir, outros devem ser levantados na própria UC e nos órgãos que são relacionados com a unidade, estes são os componentes dinâmicos. Assim, é necessário fazer diagnósticos, planejar ações, realizar interpretação ambiental, elaborar mapas e organizar banco de dados referente a unidade e seu entorno,

além de outras atividades que devem ser realizadas para compor as informações sociais, econômicas e ambientais da unidade.

Os componentes dinâmicos são os que mudam com mais frequência, com o menor intervalo de tempo, conforme melhoramento de análises, surgimento de novos dados e informações, de acordo com o contexto da UC. A necessidade de dados e planejamento, nessa perspectiva, em primeiro momento, busca identificar a condição atual dos recursos naturais existentes na unidade, seu estado de conservação, e as tendências de impactos e ou ameaças a esses recursos.

Após a realização desse inventário de recursos existentes na unidade, é realizado o mapeamento desses recursos, e transformados em dados para o Sistema de Informações Geográficas (SIG). Para finalizar, são planejadas as ações institucionais voltadas para a conservação, manutenção, ou reversão de uma tendência ruim dos recursos. Ou seja, são ações que ajudarão a manejar e proteger os recursos e valores fundamentais da UC.

O próximo elemento dos componentes dinâmicos, são os subsídios para a interpretação ambiental, esta que é uma ferramenta de suma importância para o engajamento da sociedade quanto a temática ambiental. Os projetos que visam a interpretação ambiental referem-se aos principais atributos tangíveis e intangíveis, histórias, lendas e significados da UC, e que por meio dela, possibilite conexões sensíveis com os visitantes.

O mapeamento e a formação do banco de dados geoespaciais, diz respeito a necessidade de informação espacial dos territórios, justamente para subsidiar o trabalho de gestão, controle, fiscalização e monitoramento da UC. Ou seja, funciona como uma ferramenta de trabalho dos gestores, facilitando o processo de gerenciamento da área.

A terceira fase é pertinente ao zoneamento e as normas da unidade. A construção do zoneamento já foi avaliada na seção anterior, é um documento que permite a intervenção socioeconômica e ambiental na área considerando as características de cada parcela da UC, trata do ordenamento territorial das normas e zonas da UC. Com relação as normas é a emissão de atos legais e administrativos pertinentes a unidade. São as normas específicas, com a finalidade de propiciar os meios e as condições para que todos os objetivos e finalidades, com

relação a gestão e o manejo da UC possam ser conseguidos de forma harmônica e eficaz.

Dentre os componentes ditos normativos, temos os atos legais, administrativos e as normas gerais, que são um conjunto de diretrizes, sejam elas portarias, instruções normativas, decretos, entre outros, mas que são específicos da gestão de cada UC. São exemplos de atos administrativos os termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios e outros. Quanto as normas gerais, são os princípios e regras que norteiam o uso e o manejo dos recursos da área.

A quarta fase do plano de manejo está relacionada aos planos e estudos específicos, momento em que são definidos os programas, projetos e ações, como, por exemplo, os relacionados a educação ambiental, atividades turísticas, fiscalização, monitoramento e controle, além de todos os programas, projetos e ações que são necessários ao gerenciamento e manejo da área, com a finalidade de preservação e conservação da unidade. Os planos e estudos específicos, são etapas posteriores, que tem a função de compor o plano de manejo, apontando melhorias e soluções.

A partir de todas essas fases, é esperado que o plano de manejo seja criado e entre em vigência, auxiliando a gestão das UC, de todas as categorias. A categoria APA, objeto de estudo desta pesquisa, possui um roteiro para orientar sua gestão, instrumento este, que será avaliado a seguir.

3.1.3 Roteiro para a gestão da Área de Proteção Ambiental

O roteiro metodológico para a gestão de APA, é mais uma ferramenta disponível para auxiliar os gestores desta categoria de UC, no trabalho de planejar, gerir e monitorar essas áreas. Este roteiro, baseia-se na gestão ambiental, que pressupõe a condução de procedimentos sistêmicos, processuais e participativos entre sociedade e natureza, de acordo com os objetivos de preservação, conservação e desenvolvimento almejado. Neste sentido, o IBAMA, em 2001 elaborou um roteiro que indicava as Metodologias para gestão de APA e defendia que

Para se alcançar o ideal, o principal desafio dos interessados na APA será desenvolver e manter uma cultura organizacional que promova trabalhos em equipe com a comunidade, objetivando a capacitação dos atores, a produção de bens e serviços, de modo a minimizar os impactos dessa produção sobre os recursos naturais, o cumprimento dos objetivos conservacionistas, por meio da missão institucional do IBAMA e a satisfação das necessidades dos atores da APA (IBAMA, 2001, p. 27).

Esta premissa, parte da concepção de que a responsabilidade pela conservação e ou preservação dos recursos naturais, é de toda a sociedade, onde todos tem um papel a desempenhar, principalmente no que concerne ao almejado desenvolvimento sustentável, modelo de desenvolvimento preocupado com a natureza, capaz de suprir as necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações.

O roteiro metodológico para APA, foi elaborado pelo IBAMA, é um documento aberto para aprimoramentos, mas que até então, não foi atualizado. Embora, o atual responsável, em nível federal, pelas UC seja o ICMBio. Pela ausência de roteiros atualizados, relacionados a esta questão, nesta análise, serão abordados os conceitos fundamentais e o processo de planejamento e gestão proposto pelo roteiro do IBAMA/2001.

Neste roteiro, estão previstas três fases de ações de planejamento, que objetivam a criação de um plano de gestão, instrumento pelo qual se apresentam as diretrizes e as atividades básicas para a consolidação da APA. A seguir, o detalhamento dessas fases, para melhor visualização do processo.

Quadro 8 - Fases do plano de manejo da área de proteção ambiental

1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE
Sistematizar o conhecimento sobre a APA	Aprimorar o conhecimento e as ações de proteção da biodiversidade para toda a APA	Aprofundar o conhecimento e pesquisa, e as ações de proteção a biodiversidade
Definir as áreas estratégicas e homogêneas no território e estabelecer as normas	Ampliar as ações prioritárias para toda a APA	Promover o aperfeiçoamento do zoneamento e das normas ambientais
Implementar o sistema de gestão	Definir o zoneamento da APA e as normas ambientais	O plano de gestão se consolida para a proteção da biodiversidade e o

		desenvolvimento sustentável com alcance regional
Iniciar as ações prioritárias de gestão da APA	Estabelecer programas de ação para a gestão	Ampliar a descentralização e autonomia do processo de gestão
Priorizar as ações em caráter piloto nas áreas estratégicas	Aperfeiçoar o sistema de gestão	Promover o avanço institucional e criar mecanismos de geração de recursos econômicos
Estruturar o sistema de gestão	Promover a capacitação dos agentes	

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBAMA (2001)

Dessa forma, a primeira fase visa a formulação de planejamento a partir de dados secundários sobre a APA; a segunda etapa é realizada por meio dos dados gerados na primeira fase e, finalmente a terceira, dispõe de estudos específicos que permitirão atuar sobre os problemas mais complexos da APA. Cada fase tem um período de planejamento e um de implantação.

Segundo o roteiro metodológico, no processo de planejamento e gestão de APA, são empregadas diversas técnicas de diferentes metodologias, com o intuito de adequar a gestão às peculiaridades de cada APA, e assim criar um instrumento adequado às suas necessidades. Deste modo, o roteiro recomenda as seguintes técnicas:

a) Planejamento Estratégico

Essa técnica, no contexto de uma APA, está relacionada às estratégias e ao processo pelo qual serão definidos os melhores caminhos para enfrentar os problemas encontrados e consolidar a missão da APA (Quadro 9, a seguir). Esta missão, revela o objetivo específico da UC, os meios para alcançar este objetivo e a contribuição deste para a preservação e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável da unidade (IBAMA, 2001, p. 35).

Quadro 9 - A Missão das APA

Elementos	Características
Missão	Revela a contribuição da APA com a preservação e conservação da biodiversidade e com o desenvolvimento

	sustentável da região - Finalidade ou Objetivo Superior - a sua razão de existir, ou seja, o seu Objetivo, e os meios para alcançar os objetivos - ou seja, os Resultados Programáticos.
Finalidade/Objetivo Superior	Relacionado aos objetivos do SNUC, expressa a contribuição da APA com a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região ou país.
Objetivo da APA	Expressa seu propósito fundamental, significância ou razão de existir e deve refletir a política de atuação e as finalidades da APA.
Resultados Programáticos	Relacionados à gestão da APA, expressam os objetivos específicos dos Programas de Ação.

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBAMA (2001).

A partir da delimitação da missão da APA, é possível prever os riscos e as oportunidades em um determinado espaço de tempo, de acordo com as três fases vistas anteriormente no quadro 8. Desse modo, é esperado que a missão, objetivos e significância da UC, sejam alcançados, por exemplo, se a unidade pretende ser referência em um determinado quesito, no âmbito das UC de determinado estado ou região.

b) Planejamento participativo

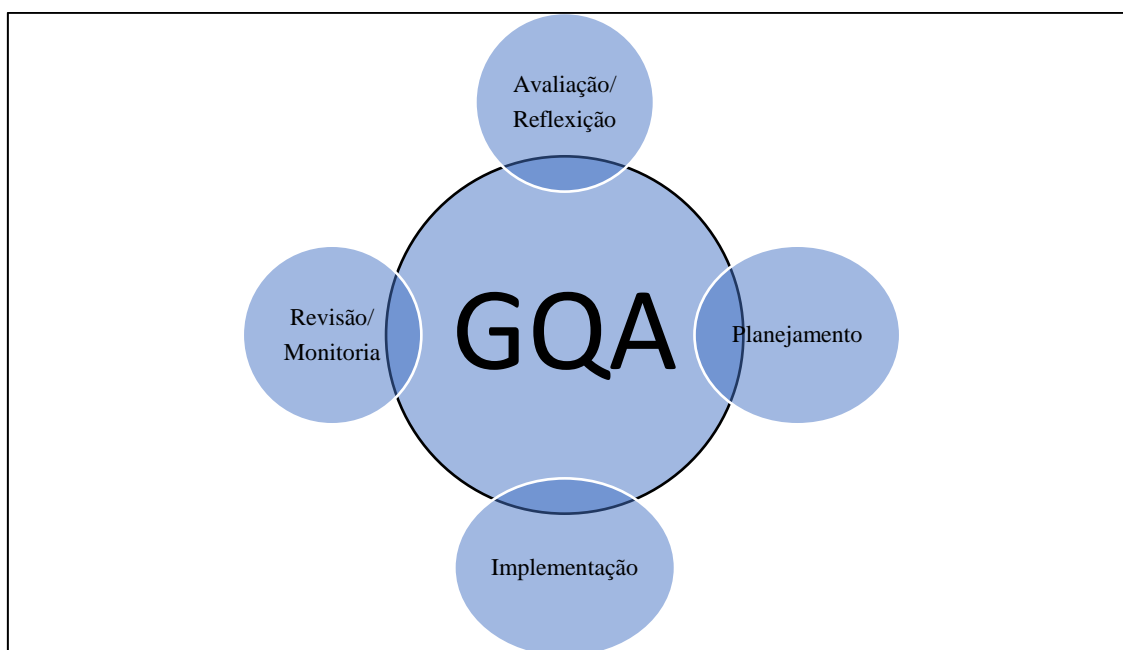
De acordo com o roteiro metodológico, os objetivos de criação de uma APA, estarão mais sólidos, se observados os preceitos de um planejamento participativo, pois é a partir da participação social que o planejamento é embasado. Ou seja, leva em consideração as expectativas e as aspirações, de quem vive e produz na unidade, ao mesmo tempo que é informado sobre as dinâmicas socioambientais de uma APA.

É previsto ainda, nesta técnica, que o zoneamento da área, seja realizado de forma participativa, pois é o momento de ordenar o uso e ocupação do território, em defesa do manejo adequado, da conservação e preservação dos recursos ambientais existentes na APA. Nesse caso, é justo que os moradores da área, externem suas necessidades com relação aos aspectos socioambientais e socioeconômicos naquele território.

c) Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental

A Gestão da Qualidade Ambiental (GQA), também conhecida como melhoria contínua da qualidade ambiental, é uma técnica que se caracteriza pela análise, medição e promoção de melhorias ambientais contínuas, mediante à gestão da qualidade. Ou seja, nesta perspectiva, o planejamento deve utilizar processos sequenciais de avaliação, que são: Planejamento, Implementação, Monitoramento e Revisão, conforme esquema demonstrado na Figura 11.

Figura 11 - Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental



Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBAMA (2001)

Analisando a figura 11 é possível verificar que se trata de um sistema com ciclos distintos que se correlacionam a partir da intenção de projetar e implementar estratégias de gestão em uma APA. Neste sentido, os resultados desse processo ocorrem da seguinte forma:

- a) Processo de avaliação: Diz respeito a análise realizada interna e externamente à UC do quadro socioambiental da área, ou seja, 'análises do meio biótico, abiótico, socioeconômico e dos aspectos políticos e institucionais, no âmbito do território interno e macro-regional da APA' (IBAMA, 2001, p. 44)

- b) Processo de Planejamento: Ocorre na elaboração do zoneamento, das normas ambientais, dos programas de ação com seus objetivos e resultados e do sistema institucional de gestão;
- c) Processo de Implementação: Está relacionado a execução dos programas de ação, implantação do sistema de gestão, articulações e ajustes de compromissos, entre outros;
- d) Processo de Revisão: Avalia as estratégias adotadas e executadas no encerramento da fase de planejamento. Neste processo também está o monitoramento constante dos resultados.

Assim, a gestão da APA, na forma anteriormente descrita, exige um conjunto de instrumentos que são elaborados no processo de planejamento da unidade, vindo a constituir o Plano de Manejo, que pode ser denominado, também, de Plano de Gestão. 'Desta forma, o plano de manejo é o produto do processo de planejamento e gestão, que engloba os instrumentos que objetivam consolidar a missão da APA' (IBAMA, 2001, p.43).

Dessa forma, levando em consideração tudo o que foi exposto sobre os instrumentos de gestão, conclui-se que todos levam e ou contribuem para a elaboração do plano de manejo, que é a principal ferramenta gestora de unidades de conservação. A APA da Fazendinha, que não possui nenhuma das ferramentas expostas nessa eventualidade, acumula prejuízos socioambientais e socioeconômicos, por esse motivo.

O que se sugere, considerando o zoneamento proposto da figura 10, é que o plano de manejo para a APA da Fazendinha seja construído de forma que o potencial ecológico da área seja aproveitado para projetos ecoturísticos e de educação ambiental, de modo que o desenvolvimento sustentável da unidade comece a ser praticado.

3.2 O PLANEJAMENTO E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

Nesta seção, se encontram os principais resultados das pesquisas *in lócus* realizadas na APA da Fazendinha, com o objetivo de identificar os variados

problemas advindos da ausência de plano de manejo na unidade e apontar boas práticas. Diante deste cenário, realizaram-se trabalhos de campo com observações não participantes e entrevistas, sendo possível assim, estabelecer um panorama da situação atual em que a APA da Fazendinha se encontra.

3.2.1 Impactos socioambientais e possibilidades sustentáveis

As paisagens da APA da Fazendinha, como existem hoje, são consequência de uma herança de processos fisiográficos e biológicos, além da territorialização do espaço antes intocado (AZIZ AB'SABER, 2003). Enquanto, a relação das análises históricas demonstra que as comunidades, como as que se formaram no território da atual APA da Fazendinha, adotaram identidade fortemente influenciada pela cultura indígena. Como explica Margarit (2019) ao afirmar que

Atendo-se ao caso do estado do Amapá, sua população resulta da combinação clássica da população brasileira: indígenas, negros e europeus, entretanto, com um componente indígena muito mais intenso do que em outras regiões do país, seja pela presença ainda expressiva de povos autointitulados indígenas, e/ou pela tardia dinamização econômica que proporcionou a chegada de imigrantes de outras regiões (MARGARIT 2019, p. 124).

Dessa forma, os processos realizados por esses indivíduos, com o passar dos anos, estavam diretamente ligados às dinâmicas da natureza, ou seja, em equilíbrio. Baseado na figura do caboclo ribeirinho, este morador estabelece suas relações de posse e uso da terra de acordo com suas necessidades, tanto no sentido econômico, quanto afetivo, Margarit (2019) explica como essa relação foi introduzida no modo de vida do amazônida.

A caça, a pesca, a produção de farinha e o extrativismo vegetal foram elementos fundamentais no modo de vida dos povos originários e continuam sendo a base do modo de vida destes povos até hoje. Portanto, a multiplicidade de identidades possíveis: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores, extrativistas, pescadores, açazeiros, mateiros, entre outros, fragmenta uma categoria que se apresenta unida por relações estabelecidas por um modo de vida em comum (MARGARIT, 2019, p.129).

Assim, este modo de vida, com as atividades citadas por Margarit (2019), perdurou por décadas no cotidiano dos moradores da Amazônia e no Amapá não

foi diferente, porém, com o aumento da população, urbanização, influências externas, mazelas do sistema capitalista, instituição da área protegida, prática da caça, pesca, agricultura, entre outros, atualmente, não é o principal meio de subsistência dos moradores desta região.

Assim, o setor informal é a principal fonte de renda da população residente na APA da Fazendinha (de acordo com o diagnóstico realizado pela SEMA/AP, em 2015, corroborado com as informações obtidas com o trabalho em capo), com diversos exemplos deste tipo de trabalho. Com maior ocorrência observa-se os comerciantes e feirantes, principalmente na porção norte e oeste da unidade, onde encontra-se um porto e uma rodovia (Figura 12) com tráfego intenso, e por esse motivo, possui intensa atividade comercial.

Figura 12 - Área Portuária do Igarapé da Fortaleza: (A) Porto; (B) Rodovia



Fonte: Acervo da autora (2021)

O porto (figura 12-A) conhecido por populares, como Duca Lobato, está situado no igarapé da Fortaleza, próximo a sua foz. este igarapé é um pequeno afluente do rio Amazonas que limita a APA da Fazendinha a oeste, na margem relativa à cidade de Macapá. O igarapé da Fortaleza, também, limita os municípios

de Macapá e Santana e influencia diretamente a dinâmica socioeconômica e socioambiental da unidade, pois possui intensa atividade comercial com o recebimento de embarcações que trazem principalmente o pescado e o açaí, comercializados na localidade, mas também, nos centros comerciais de dois municípios banhados pelo igarapé.

Este importante corpo hídrico é o principal curso d'água da microbacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza, que é composto por uma complexa rede de drenagem que alimenta a planície de inundação, influenciando diretamente o ambiente onde está localizada a APA da Fazendinha. Ambiente que tem sido atingido negativamente pela ocupação humana, consequência da expansão urbana desorganizada dos municípios de Macapá e Santana.

No caso da APA da Fazendinha essa ocupação é ilegal, pois de acordo com a legislação (nacional - SNUC/2000 e Decreto Federal nº 4.340/2002, além da Lei Complementar nº 0873/2004 - ato de criação da APA), o órgão responsável pelo gerenciamento da área deve disciplinar o processo de ocupação, assegurando a sustentabilidade de uso dos seus recursos naturais. Mas, com a ausência do plano de manejo e consequente zoneamento, a APA não dispõe de mecanismos para regulamentar e impedir a ocupação desordenada do seu ambiente.

As consequências da ocupação desordenada no território da APA da Fazendinha, devido à ausência de instrumentos que são imprescindíveis para sua gestão adequada, é um processo acelerado de desmatamento (que afeta diretamente o potencial da fauna e da flora) e a deposição inadequada de resíduos poluentes (como esgotamento sanitário sem tratamento despejado diretamente no rio ou na sua área de influência), além do despejo em área imprópria, do lixo, principalmente o doméstico, mas são registrados, também, os resíduos sólidos advindos das embarcações que aportam na área. Todo esse processo degradante, causa desequilíbrio ao meio ambiente, afetando diretamente o solo, a flora e a fauna da UC.

Somados aos problemas de degradação da fauna, flora e recursos hídricos, a unidades tem, ainda, um severo processo de erosão (Figura 13), que é uma dinâmica natural dos rios amazônicos, contudo, se torna mais problemático com o desmatamento da mata ciliar. Para Freitas (2018) é um agravante para a APA, devido às atividades realizadas nos igarapés, situação que se intensifica como

consequências das ondas geradas pelo forte tráfego de embarcações que transitam pelos igarapés.

Figura 13 - Processos erosivos na área de proteção ambiental da Fazendinha



Fonte: Acervo da autora (2022)

Nas imagens A, B e C, é possível observar o processo de erosão fluvial, facilmente visualizada nas margens do igarapé da Fortaleza. O processo ocorre pela remoção da vegetação e consequente remoção de porções do solo, provocando deslizamentos de terra, o que já tem afetado as habitações presentes nessa área. Como medida de contenção, os moradores tentam construir barreiras, utilizando materiais como pneus, o que a médio prazo, não surte efeito, nesse caso, a tendência é a expansão da erosão, caso medidas eficazes não sejam adotadas o quanto antes.

Avaliando a porção oeste da unidade, observa-se um micro centro comercial, com a presença de variadas lojas, restaurantes, bares e outros empreendimentos (Figura 14). Essa prestação de serviço atende, prioritariamente, a comunidade local, que consome os produtos, sem sair da APA.

É importante observar que as atividades desenvolvidas na APA da Fazendinha, não foram planejadas antecipadamente, refletem a necessidade do morador da unidade de sustentar-se e de também de consumir, sem que precise se deslocar para a área de entorno.

Outra questão importante, é que essas atividades, não visam a conservação ambiental local e ou seu desenvolvimento sustentável, pelo contrário, a maior parte, contribui para os impactos ambientais recorrentes na área, como a degradação do solo por descarte irregular de lixo e a poluição dos corpos hídricos pelo despejo de água servida.

Figura 14 - Atividades econômicas: (A) Material de Construção; (B) Lojas de roupas; (C) Bar/restaurante e (D) Estaleiro



Fonte: Acervo da autora (2022)

As imagens da figura 12 demonstram lojas de materiais de construção e de confecções (A e B), respectivamente, a imagem C corresponde a um bar, que também, fornece alimentação e a imagem D é de um pequeno estaleiro, que oferece serviços de construção e reparos em embarcações. Essa dinâmica comercial é interna a APA, mas também, reflete o entorno da unidade, que oferece esses tipos de serviços para a população moradora da área e as que, de alguma forma, utiliza a unidade.

Na outra extremidade da APA da Fazendinha, porção norte, às margens da rodovia Juscelino Kubitschek (figura 12-B), encontra-se uma pequena feira de produtos naturais (Figura 15), onde é comercializado principalmente o camarão e o açaí. Produtos estes que não são oriundos da unidade, mas sim, trazidos de comunidades ribeirinhas da ilha do Marajó (Pará) e dos municípios de Macapá/AP (principalmente do distrito do Bailique) e Santana/ AP, e que são desembarcadas no porto Duca Lobato.

Figura 15 - Feira da área de proteção ambiental da Fazendinha

Fonte: Acervo da autora (2022)

A pequena feira da APA da Fazendinha é bastante popular na localidade, composta por feirantes e comerciantes que moram na unidade ou que alugam o ponto comercial de algum morador. É uma excelente opção para aquecer a economia local, porém, assim como as outras, não foi planejada para atender os objetivos de criação da UC.

A área é um ponto comercial estratégico, que fornece produtos para os bairros próximos, e para as cidades vizinhas, pois se encontra na via de acesso entre as cidades de Macapá e Santana/AP, com alto fluxo de veículos. Comercializa principalmente o açaí, pescados e o camarão (Figura 15-B). Porém, os resíduos produzidos por essa atividade comercial são descartados de forma irregular diretamente no solo da unidade, como os caroços do açaí produzido na localidade (Figura 16), pois não existe um serviço adequado para a coleta desse material.

Figura 16 - Descarte irregular de caroços de açaí na área da APA da Fazendinha



Fonte: Acervo da autora (2022)

Alguns comerciantes, que se dizem preocupados com o meio ambiente e que possuem condições financeiras favoráveis, contratam carros particulares para transportar e descartar os caroços no aterro municipal. Outros, sem condições, acabam descartando o material de forma inadequada dentro e no entorno da UC. A deposição inadequada do lixo traz graves problemas a integridade biológica da APA, com o aumento de animais que afetam a saúde dos moradores da área. Essa situação ocorre pela absoluta ausência de políticas públicas relativas ao gerenciamento da unidade. Não existe, por exemplo, um programa ou projeto de educação ambiental sendo desenvolvido, ou mesmo programas de fiscalização, controle e monitoramento.

O que se pretende analisar com esses dados, é que para uma UC, com alto potencial geoturístico (próximo dos maiores centros populacionais do estado), as atividades desenvolvidas na APA, não refletem os ideais sustentáveis de sua criação, ou seja, os serviços oferecidos na área poderiam ter sido direcionados para o desenvolvimento sustentável das comunidades da unidade, caso houvesse

instrumentos de planejamento ambiental na UC. Assim, é perceptível a ausência de instrumentos de gestão adequados.

Todas as atividades que são realizadas na unidade, pela falta de planejamento, são ilegais e, muitas inadequadas, a UC. Entretanto, tem grande importância socioeconômica para a sobrevivência dos moradores da APA. Assim, é necessário e urgente que o plano de manejo da área seja elaborado, aprovado e executado, antes que os elementos naturais sejam extintos. Contudo, é possível que com o planejamento adequado, novas atividades comerciais comecem a ser realizadas na APA, modalidades essas que possibilitam o desenvolvimento sustentável da unidade e que beneficie o morador com melhor qualidade de vida.

Atualmente, muitas dessas atividades poderiam estar sendo praticadas sustentavelmente, mesmo sem um plano de manejo ou mesmo zoneamento vigente, toda via, o morador da unidade não tem informações sobre seu direito de uso da natureza. De acordo com a pesquisa em campo, a maioria dos moradores acredita que não pode usufruir dos elementos naturais existentes na unidade, principalmente se for para fins comerciais.

De acordo com a legislação vigente, a população residente em UC de uso sustentável, pode utilizar os recursos naturais de modo sustentável, ou seja, é permitido “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, Lei nº 9.985/2000. Art. 7º, § 2º). Ou seja, é consentido o uso para consumo próprio e para possíveis empreendimentos locais. No caso da APA da Fazendinha, de acordo com as pesquisas em campo, tem-se registro de pelo menos duas atividades que visam o uso sustentável dos elementos da natureza: a extração de óleos de espécies da flora e as atividades turísticas.

A primeira, trata-se da extração do óleo de Andiroba (*Carapa guianensis*) e de pracaxi (*Pentaclethra*) de forma artesanal, projeto realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)-Amapá que visa a conservação dessas espécies e a geração de renda para os extrativistas, já que esse produto é muito procurado para fins terapêuticos, medicinais e para a indústria de cosméticos. O óleo é extraído das sementes das árvores, que são coletadas após sua dispersão, não causando qualquer dano para a integridade da espécie. A

Figura 17 mostra uma extrativista da APA da Fazendinha iniciando o processo artesanal de extração do óleo da andiroba.

Figura 17 - Extração artesanal do óleo de andiroba



Fonte: Acervo Mariane Nardi (2015), disponível em: <http://embrapa.br>.

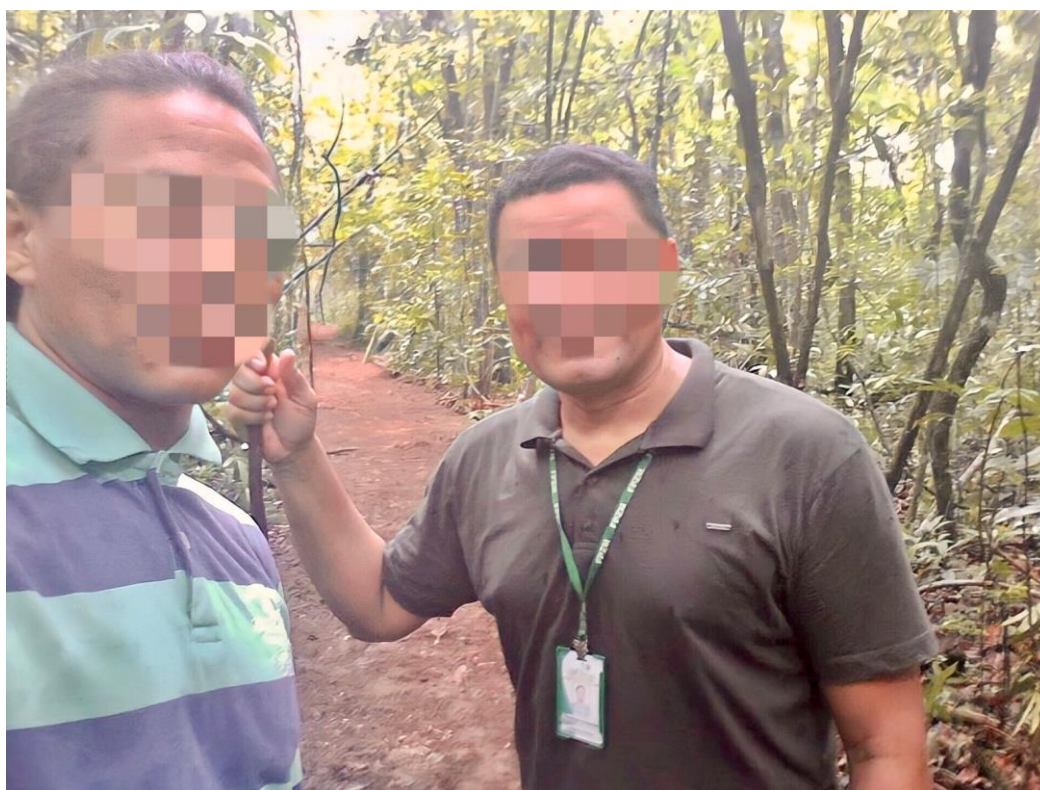
Como pode ser observado na Figura 17, a moradora não possui estrutura adequada para a realização de suas atividades, o que torna a produção demorada em demasia e dessa forma, pouco rentável. O estímulo a essa prática, na unidade, deveria ocorrer de forma mais eficiente, toda via, não é o que se observa. Assim, é necessário que o planejamento da unidade seja elaborado e implementado para que atividades como esta faça parte de um projeto que priorize o uso dos elementos da natureza com sustentabilidade e que seja rentável para as comunidades.

A outra atividade, diz respeito ao turismo nas dependências da APA da Fazendinha. Esta é uma atividade que ocorre de forma tímida e pontual, tendo em vista que a unidade não possui nenhum programa que estimule essa prática. As atividades turísticas em uma APA são importantes para a preservação e conservação dos elementos naturais presentes da área, assim como, para a captação de recursos, o que melhora, em muito, a qualidade de vida dos moradores

da área. As visitas na APA da Fazendinha são realizadas por intermédio de um morador da unidade, que também, é o presidente da associação de moradores da UC, entretanto é uma ação não coordenada pelo órgão gestor da unidade, sendo uma atividade individual.

O morador é um guarda parque capacitado e tem vasto conhecimento da área. O residente leva os interessados em conhecer a área ao interior na APA, onde é possível vislumbrar grandes belezas cênicas, como belas paisagens de vegetação primária, igarapés e animais característicos da UC, tudo isso é realizado por meio de trilhas (figura 18) abertas por ele mesmo em parceria com outros moradores. Com relação a abertura de trilhas o morador teve autorização da SEMA/AP.

Figura 18 - Trilha interpretativa aberta por moradores da APA da Fazendinha



Fonte: Acervo Nerivan da Silva (2018)

Com relação ao turismo ecológico é possível deduzir que preconiza a contemplação da natureza de forma sustentável, sem alterações significativas dos ecossistemas, assegurando, portanto, a conservação e preservação dos elementos

naturais, por meio da interpretação do ambiente natural e da coleta de imagens. Esta modalidade turística apresenta alto índice de rentabilidade e sustentabilidade, quando realizada de forma correta e responsável. Para que as atividades turísticas ocorram na APA da Fazendinha é necessário que o plano de manejo preveja programas e projetos relacionados a esta atividade.

As UC de uso sustentável, como é o caso da APA da Fazendinha, devem dispor de plano de manejo e realizar gestão participativa, com isso devem elaborar e aprovar projetos que priorizam o ecoturismo dentre as suas atividades econômicas, envolvendo os comunitários nestas práticas. Assim, os gestores dessas áreas têm maiores possibilidades de tornar a UC sustentável. Desta forma, as atividades turísticas são experiências que melhor se adequam aos objetivos propostos na criação de uma APA.

Um exemplo bem-sucedido desta prática pode ser encontrado na FLONA do Tapajós, uma UC de uso sustentável localizada no estado do Pará. Na Flona Tapajós, 29 comunidades convivem harmonicamente com o ambiente da unidade, uma delas, a comunidade de Jamaraguá, têm todas as suas atividades econômicas voltadas para a prática do ecoturismo. Com a disponibilização de hospedagem, loja, guias, e elementos interpretativos como trilhas, mirantes, fábrica de mantas de látex (Figura 19), entre outros.

Figura 19 - Fabricação de Couro Ecológico



Fonte: Acervo da autora (2019)

A Figura 19 (A e B), retrata o processo de fabricação do chamado couro ecológico produzido na unidade. O látex utilizado nesta produção de mantas e é extraído das seringueiras (*Hevea brasiliensis*) presentes na área. No processo de produção é possível colorir as mantas, de acordo com a finalidade de cada uma.

Na FLONA do Tapajós outros produtos são advindos da natureza, como as sementes de espécies vegetais que são matéria-prima para a confecção de artesanatos, como biojoias que são comercializadas na lojinha da comunidade (Figura 20). Essas atividades causam reduzidos impactos a biodiversidade da área e grandes benefícios para a economia local. Ou seja, são ações que ajudam na proteção da unidade e na melhoria da qualidade de vida dos moradores da área, que passam a se comprometerem com a preservação da UC.

Figura 20 - Loja de produtos artesanais da Flona Tapajós



Fonte: Acervo da autora (2019)

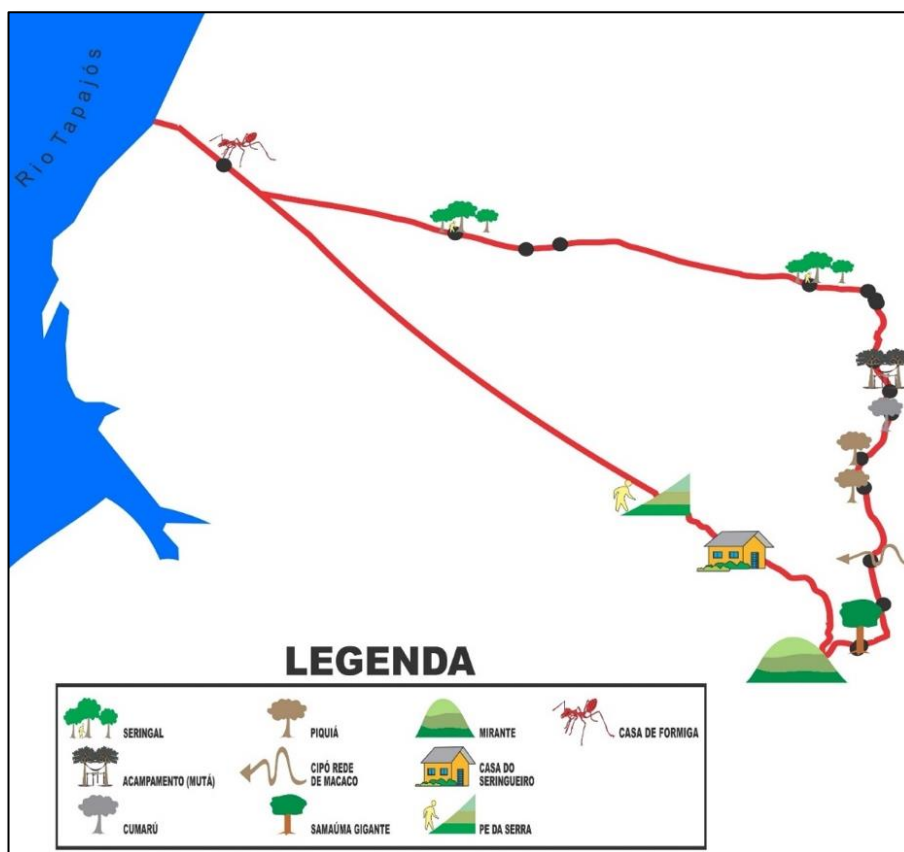
As Figuras 19 e 20 mostram produtos que são advindos da floresta, sem que, necessariamente, causem degradação ao ambiente e são ações que promovem um fluxo de visitantes à unidade, o ano todo. Lembrando, que não somente os turistas que visitam a UC, mas também, a comunidade científica, que realiza estudos em todas as áreas do conhecimento, não somente relativas ao ambiente natural.

Para que esse processo ocorresse foi necessário quem houve um processo de planejamento, em que foram estudadas as potencialidades do lugar e a partir

desse diagnóstico houve a capacitação dos moradores, para serem anfitriões, guias, comerciantes e produtores, tudo isso utilizando os recursos naturais existentes na unidade. A esse respeito, a interpretação ambiental faz total diferença na experiência do visitante.

Na FLONA do Tapajós os instrumentos de sinalização interpretativa estão espalhados pela unidade, com informações claras e objetivas sobre os elementos interpretativos presentes na localidade, na Figura 21 é demonstrado um croqui, onde é possível visualizar um exemplo dessa sinalização.

Figura 21 - Trilha do Piquiá na floresta nacional do Tapajós



Fonte: <https://jamaragua.wordpress.com/>

A Figura 21 retrata umas das trilhas interpretativas existentes na unidade, esta representação se encontra em uma placa de tamanho grande no início da trilha. Como pode ser observado, todos os elementos interpretativos encontrados no decorrer da trilha, estão representados de forma didática, o que facilita o entendimento e a melhor visualização do visitante. A APA da Fazendinha tem

potencial cênico e de biodiversidade que pode ser contemplada com ações similares, depende de um planejamento que o órgão responsável não executa, facilitado a degradação e a miséria da população que depende do ambiente para sobreviver.

Essas experiências interpretativas, encontradas na comunidade de Jamaraquá, na FLONA do Tapajós, tem como objetivo segundo a literatura, sensibilizar o visitante quanto as questões ambientais, e a partir disso, seu respeito pela natureza. Alguns moradores desta FLONA, assim como os da APA da Fazendinha, possuem empregos regulares fora da UC, porém, são uma pequena porcentagem, a maioria vive dos projetos turísticos desenvolvidos na unidade, contribuindo com a preservação e conservação da área.

Outro exemplo relativo ao uso sustentável do ambiente por meio da atividade turística em UC é empreendimento Flor de Samaúma. O empreendimento está localizado na APA do Rio Curiaú, em Macapá/AP. Ou seja, no mesmo município em que a APA da Fazendinha está localizada. Este empreendimento, assim como o da FLONA do Tapajós, utiliza a interpretação ambiental para realizar atividades de ecoturismo, que envolvam o visitante, a partir de trilhas interpretativas, passeio de catamarã (Figura 22) e degustação de produtos naturais locais. No desenvolvimento da atividade, o visitante, também, aprende sobre as atividades de bioeconomia amazônica, desenvolvidas na unidade, como a meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) e a produção do vinho do açaí, altamente consumido na região.

Figura 22 - Catamarã Flor de Samaúma

Fonte: Acervo Alcilene Cavaltante (2022), disponível em: <https://www.alcilenecavalcante.com.br/>

O empreendimento que entrou em funcionamento em fevereiro de 2022, é considerado um jovem projeto, porém, com grande potencial para crescer e desenvolver sustentavelmente a UC, além de oferecer entretenimento para a comunidade geral, que é carente deste tipo de atividade no estado. Logo, o projeto ecoturístico Flor da Samaúma, é benéfico para todas as faces da sustentabilidade e serve como exemplo para futuros projetos semelhantes em outras UC, como é o caso da APA da Fazendinha, que é banhada por rica rede hidrográfica, inclusive pelo canal norte do rio Amazonas.

Assim, após analisar as atividades econômicas desenvolvidas na APA da Fazendinha e comparar com as atividades desenvolvidas em outras UC com a Flona Tapajós e APA do Rio Curiaú, é possível inferir que estas não refletem os ideais de criação da unidade de uso sustentável, mas que são de extrema importância para os moradores da área, podendo ser melhor assistidas e aperfeiçoadas pelo órgão gestor, para que não prejudiquem o processo de conservação e preservação dos recursos naturais presentes na unidade e aumente as possibilidades de melhorar a qualidade de vida da população local.

Além disso, é urgente que atividades voltadas para o ecoturismo sejam incentivadas na APA da Fazendinha, pois é a modalidade de empreendimento que melhor se adequa ao contexto de uma UC de uso sustentável com o potencial cênico que existe na área. Ou seja, o planejamento da unidade deve aliar rentabilidade socioeconômica com consciência e sustentabilidade ambiental. Um dos primeiros passos para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, é urgente que o poder público por meio dos gestores da área priorize a elaboração do plano de manejo e determine os programas, projetos e ações a serem executados.

3.2.2 Uso e ocupação do solo na área de proteção ambiental da Fazendinha

No que diz respeito a questão ambiental, a relação dos moradores da APA da Fazendinha com o poder público responsável pela gestão ambiental da área não é pacífica. Assim, como ocorre em várias comunidades ribeirinhas ou tradicionais na Amazônia. De modo geral, os moradores dessas comunidades não têm familiaridade com as legislações e normas relativas à proteção, conservação e preservação do ambiente. Diante deste cenário, percebe-se a importância da educação ambiental nestes ambientes, para sensibilizá-los quanto a importância de manter a área protegida, conservada e zonas específicas preservadas, como as áreas que detêm amostras nativas da vegetação.

O diálogo com as populações que, de alguma forma utilizam o ambiente de uma UC (moradores, produtores, prestadores de serviços, pescadores, extrativistas e outro usuários) é de extrema importância e deve ser ampliado. Costa (2017) defende que o debate sobre as questões ambientais somente entre países não é suficiente para a compreensão das populações tradicionais quanto aos problemas ambientais, muito menos para traçar estratégias de mitigação, controle, adaptação e prevenção de áreas. Ou seja, o debate deve ser realizado de forma acessível, para todos os públicos, assim priorizando a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades.

As áreas da APA da Fazendinha que apresentam maior nível de antropização, também apresentam número elevado de conflitos socioambientais, justamente motivados pela interação da população residente com a natureza em regime normativo. Ou seja, os conflitos existentes nessas áreas perpassam pelas

atividades desenvolvidas nesse ambiente e que prejudicam de alguma forma o processo de conservação e preservação dos elementos naturais, isto é, a proteção não é efetiva.

Assim, os ambientes naturais da APA da Fazendinha destacados neste estudo, serão os igarapés da Fortaleza e do Paxicu, onde existem comunidade fixas e que utilizam os elementos da natureza para suprir parte de suas necessidades diárias, além do solo, da fauna e da flora da unidade, em meio a tantos outros. De acordo com as pesquisas em campo, estes ambientes, aparentemente, tem sido os mais afetados diretamente pela ausência do estado na gestão da área.

O descarte irregular de lixo, por exemplo, é um dos fatores mais preocupantes percebidos na APA da Fazendinha, tanto dentro dos limites quanto no seu entorno. Esta deposição inadequada segue causando graves danos ao ambiente da área, principalmente à rede hídrica, rio Amazonas e igarapés da Fortaleza e do Paxicu, pois o lixo doméstico é descartado diretamente no solo da várzea que sofre diariamente a influência da maré, e por esse motivo, acaba transportando os resíduos diretamente para os corpos hídricos. Na figura 23 é possível constatar essa informação.

Figura 23 - Descarte de lixo na área de proteção ambiental da Fazendinha



Fonte: Acervo da autora (2022)

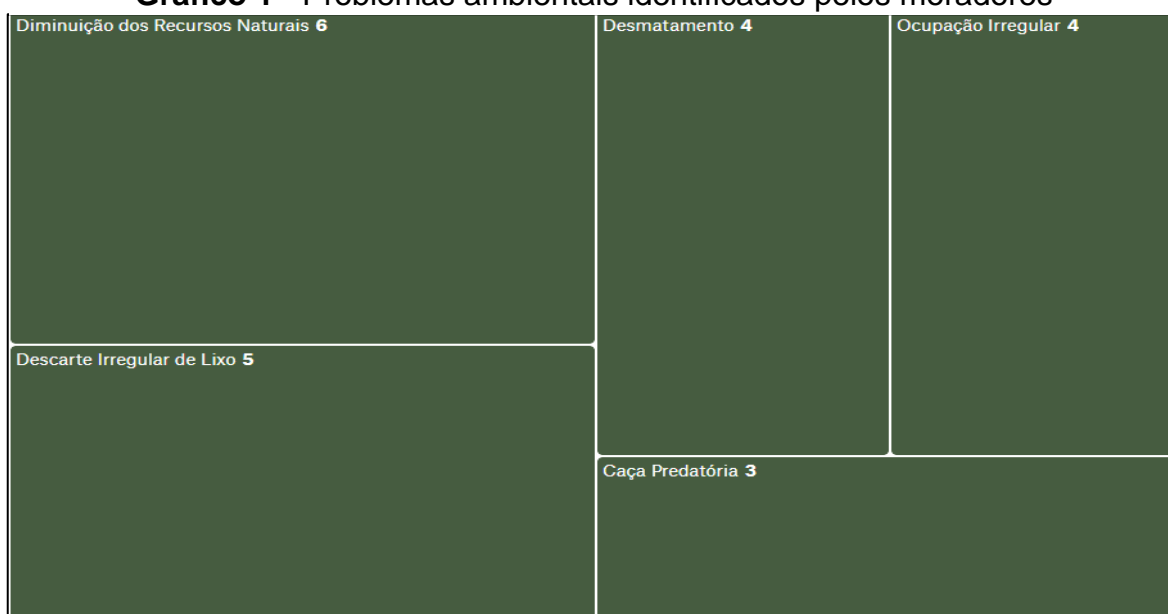
A questão do descarte irregular de lixo na unidade, foi um dos principais apontamentos dos moradores entrevistados, que afirmam ter seu lixo coletado regularmente em suas passarelas, porém, relatam que esse lixo é levado até um ponto central, às margens do igarapé da Fortaleza, onde o caminhão pode recolher

o que foi coletado nas passarelas. Toda via, como pode-se perceber na Figura 23, e nos trabalhos de campo, esse acúmulo de lixo causa um terrível mau cheiro, atraindo animais que destroem as embalagens plásticas e espalham o material no solo e parte significativa do lixo é levado pelas águas dos igarapés e pelo próprio rio Amazonas, nos seus movimentos de marés.

Com relação a deposição de lixo visualizada em outros ambientes da unidade, os entrevistados culpam a própria população residente pelo lixo descartado irregularmente. Entretanto, é possível inferir que esse comportamento é baseado na falta de um programa de educação ambiental e de informações ambientais para a área. Em geral, é possível concluir que a deposição inadequada dos resíduos sólidos é um problema global, porém, agravada em locais onde a população não recebe qualquer informação a respeito.

O contato direto com os moradores, a partir do trabalho de campo, permitiu que os residentes apontassem os problemas ambientais que eles observam no seu cotidiano, como a questão do lixo, bem como sua percepção sobre a economia local, dificuldades enfrentadas, potencialidades percebidas e apontaram melhorias para a comunidade. Com relação aos problemas ambientais, os apontamentos foram os expostos no gráfico 1 que são exibidos de acordo com a frequência em que foram citados:

Gráfico 1 - Problemas ambientais identificados pelos moradores



Fonte: Produzido pela autora no software Atlas Ti (2022)

O esquema em árvore do gráfico 1, demonstra o ponto de vista dos moradores da APA quanto aos problemas ambientais observados. De acordo com o que entendem sobre a temática, destacam a diminuição dos elementos naturais antes abundantes na localidade, como o desaparecimento de algumas espécies de animais. Para eles, essa diminuição está relacionada ao descarte irregular de lixo, muito frequente na APA, à ocupação desordenada, que inevitavelmente impacta negativamente o ambiente, principalmente com o desmatamento. A caça predatória também foi citada, os residentes denunciam que essa prática vem crescendo na unidade, por vezes, cometida por não moradores.

Como mencionado anteriormente, o solo da unidade sofre influência direta do rio Amazonas, que inunda parte da APA de acordo com o movimento das marés, por esse motivo as residências são no estilo palafita, ou seja, casas construídas sob estacas de madeira, justamente para ficar acima do nível da água na subida da maré (Figura 24-A). É possível verificar, também, na Figura 24 (A, B e C) o tipo de estrutura que os comunitários se locomovem, as denominadas localmente como passarelas. Como pode ser percebido, na Figura 24, algumas passarelas, encontram-se em estado crítico de conservação, podendo provocar acidentes aos transeuntes.

Figura 24 - Infraestrutura das moradias e passarelas



Fonte: Acervo da autora (2022)

O tipo de habitação presente na APA, implica em uma série de processos danosos ao meio ambiente, principalmente ao solo e ao corpo hídrico que alimenta essa área. Os danos ambientais, ocorrem sobretudo, a partir do despejo de água

servida, tanto pelas residências quanto pelos estabelecimentos comerciais. Na APA da Fazendinha as casas utilizam fossas negras, o que causa grandes danos ao ambiente de toda a área; há, também, o despejo de caroços de açaí, despejo de óleo diesel no igarapé da Fortaleza e o próprio descarte de lixo, são alguns dos impactos ambientais visualizados na unidade.

Os processos citados acima, contaminam o solo, o canal de drenagem e o lençol freático, principalmente com coliformes fecais. A desinformação e as dificuldades financeiras enfrentadas pelos moradores da unidade, os impedem de procurar alternativas menos danosas ou nem sabem que a prática adotada por eles é prejudicial ao ambiente.

Com relação ao estado crítico de conservação de algumas passarelas da APA da Fazendinha (Figura 24-C), destaca-se principalmente a insegurança no trânsito dos residentes. Há perigo de fraturas, quedas, afogamentos quando a maré está alta, entre outros exemplos. A passarela destacada na figura 24-C, na presente data, encontra-se reformada, porém, há outras que necessitam do mesmo reparo.

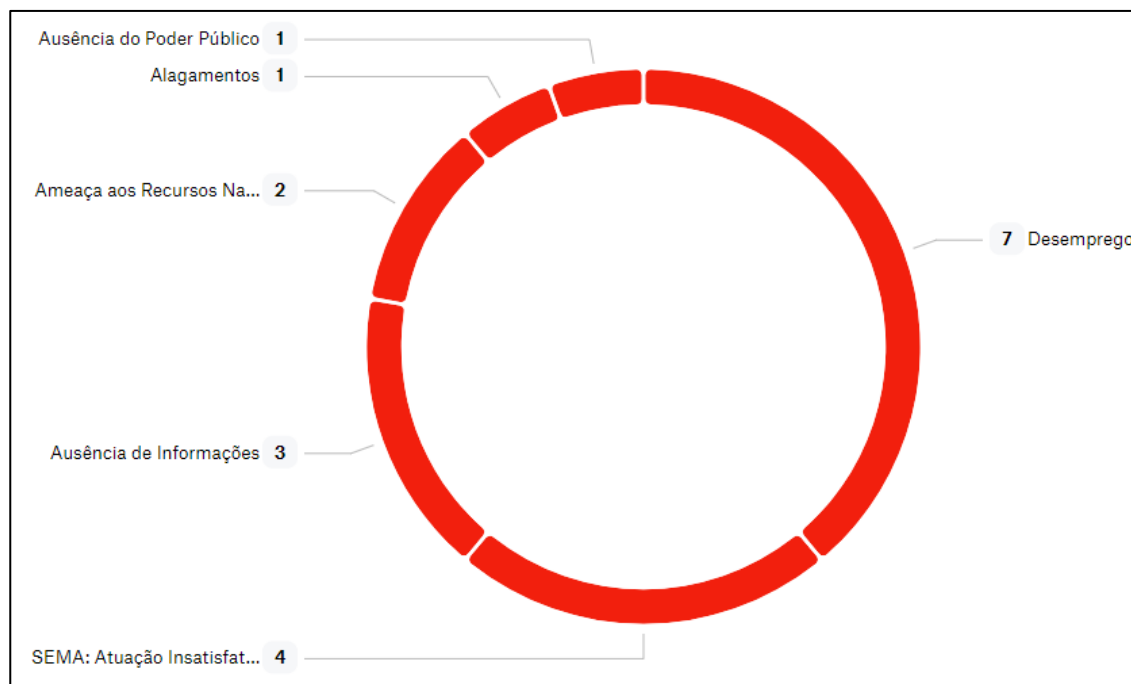
Continuando a análise dos dados obtidos *in lócus*, a respeito da economia local e das dificuldades enfrentadas pelos moradores, se destaca o alto índice de desemprego, que é uma realidade do país inteiro, mas que nesta unidade, tem grande relevância para os moradores, que em sua maioria realiza trabalhos autônomos. Este fator, socioeconômico, gera uma série de adversidades na vida do indivíduo, como por exemplo, a dificuldade de comprar alimentos, o que pode estar causando o aumento da caça dentro da APA, visto no gráfico 1.

Dessa forma, para obter as informações pertinentes a essa questão, foi perguntado aos moradores, durante as entrevistas, quais eram os pontos negativos de morar na APA da Fazendinha, com o intuito de averiguar justamente o panorama socioeconômico da unidade.

Apesar do alto índice de desemprego (Gráfico 2) a violência não foi pontuada, conferindo um lugar relativamente seguro para viver. Porém, o desemprego foi citado pela maioria dos entrevistados. A atuação da SEMA/AP (entidade gestora da unidade) se mostra ineficiente, na visão do morador, principalmente no sentido de prestar assistência as famílias e mantê-los informados sobre as dinâmicas da área protegida. Essa situação ocorre, justamente pela ausência de instrumentos reguladores como o plano de manejo, que facilmente

nortearia as atividades dentro e no entorno da UC, principalmente as econômicas, para que o residente detivesse mais opções de garantir renda para sua sobrevivência.

Gráfico 2 - Pontos Negativos



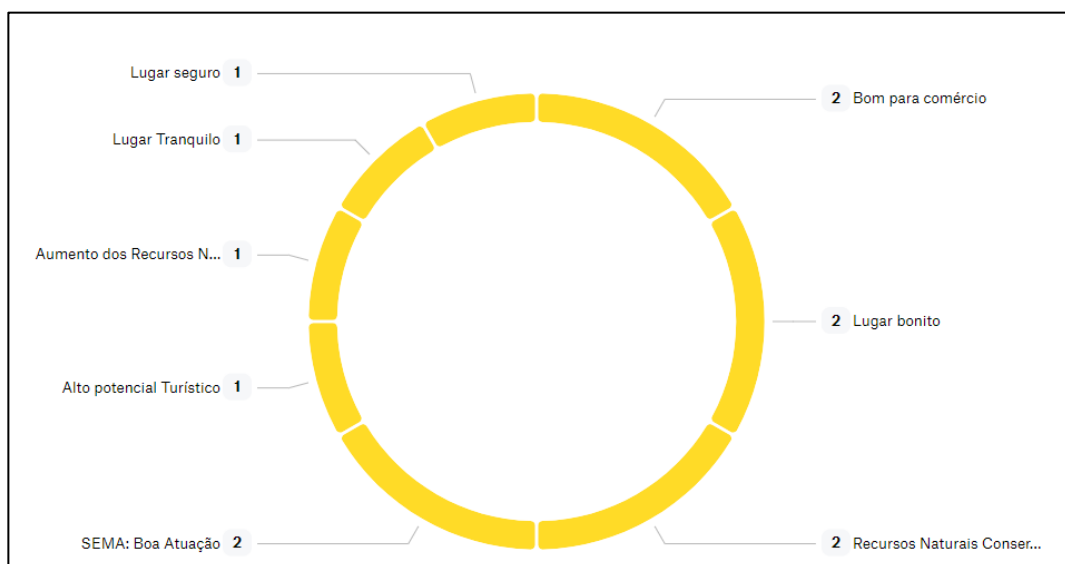
Fonte: Produzido pela autora no software Atlas Ti (2022)

De acordo com pesquisa realizada em campo foi possível inferir que o morador da unidade possui baixa renda, apresentando dificuldades para residir em outros locais que não a APA. Ou seja, tendo em vista a especulação imobiliária e os altos custos dos imóveis ou lotes de terra, os mesmos residem na área imprópria por não terem condições financeiras de acessar um bairro adequado às necessidades básicas de cada indivíduo.

A permanência da população nessa área, diante a essa perspectiva, também, está relacionada ao não pagamento de impostos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do fornecimento de energia elétrica e de água, entre outros serviços necessários aos moradores. Por outro lado, há quem goste de morar nesta área, principalmente os moradores mais antigos, que valorizam a beleza cênica, a tranquilidade e a segurança do lugar. Há também quem se

beneficie da localização privilegiada da unidade, que confere um bom ponto comercial, particularidades visualizadas no gráfico 3.

Gráfico 3 - Pontos Positivos



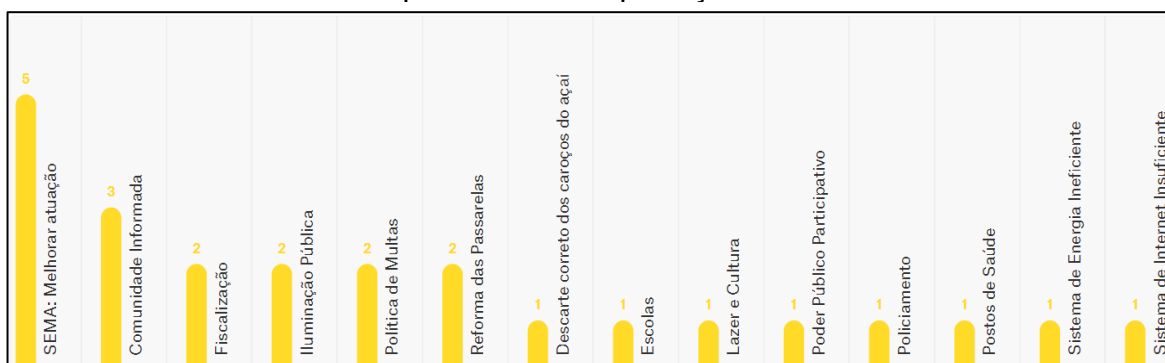
Fonte: Produzido pela autora no software Atlas Ti (2022)

Em referência aos pontos considerados positivos apresentados no gráfico 3, pode-se inferir, que são poucos, considerando o contexto em que a comunidade se sustenta. Mesmo nessa pequena amostra de satisfação, tendo em vista que é uma comunidade que enfrenta muitos desafios, é possível perceber o sentimento de pertencimento a esta porção espacial, o que a geografia chama de Lugar.

Na APA da Fazendinha, a interação homem-natureza é vivenciada diariamente pelos moradores, por alguns, desde que nasceram. Ou seja, se percebem como parte desse lugar. Como defende Carlos (1999), o Lugar é um produto que está em constante movimento/construção, justamente pela relação entre homem e natureza, e que este dito Lugar, exprime identidade própria a partir dessa relação. Em contrapartida, há quem não goste de residir na unidade, muito em função da infraestrutura inadequada em que as residências se encontram, o que acaba se tornando perigoso em algumas situações, ou seja, independente do contexto, todos tem familiaridade com a APA da Fazendinha, o que para Tuan (2012) é a definição de Lugar.

Entre pontos positivos e negativos, muitas foram as reivindicações e sugestões para que segundo eles, a vivência na UC fosse mais digna, no gráfico 4 são demonstradas algumas sugestões dos moradores para a melhoria na gestão da APA da Fazendinha.

Gráfico 4 - Melhorias para a área de proteção ambiental da Fazendinha



Fonte: Produzido pela autora no software Atlas Ti (2022)

Entre as sugestões mais citadas está a de melhor atuação da SEMA, pois a população residente se sente abandonada pelo poder público, acredita que a fiscalização da biodiversidade e dos novos moradores na localidade, não é realizada de forma satisfatória. Se faz necessário, então, que políticas públicas sejam criadas para garantir que os moradores da APA da Fazendinha tenham alternativas fundamentadas na sustentabilidade para a prática de suas atividades, como a lei estabelece, propiciando conservação e preservação dos elementos da natureza e dignidade para seus moradores. Isso é possível por meio do zoneamento e do plano de Manejo, do planejamento ambiental da área.

Através desta pesquisa, é possível perceber que a APA da Fazendinha necessita urgentemente que a lei 9.985/2004 (SNUC) seja cumprida e o plano de manejo para a unidade seja posto em prática, para que os impactos ambientais demonstrados sejam amenizados e que outros futuros sejam evitados. Além de proporcionar que o morador da APA desenvolva atividades sustentáveis e viva com mais dignidade. Ademais, possibilitar que a sociedade geral usufrua deste espaço de forma ecologicamente correta, é nada mais que o objetivo de criação desta unidade de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os argumentos apresentados nesta pesquisa, entende-se que a problemática encontrada na APA da Fazendinha, relacionada a ausência de plano de manejo na gestão da unidade, impede que os objetivos de criação da UC sejam alcançados, pois, os recursos naturais presentes são inevitavelmente prejudicados, por uma série de processos degradantes que são contínuos.

A hipótese levantada, se confirma então a partir dos dados e exemplos expostos, de que a promoção da sustentabilidade em UC se dá, principalmente por meio de gestão e planejamento eficientes. Utilizando o plano de manejo, que devem conter plano de uso público, zoneamento ambiental e demais diretrizes desenvolvidas pelos órgãos competentes para assegurar bons resultados na APA da Fazendinha.

A estruturação desta pesquisa, proporcionou uma visão holística das dinâmicas de uma UC, que começa com a caracterização da área de estudos, posteriormente com a conceituação de áreas protegidas aliadas as categorias de análise geográficas, perpassando pelos instrumentos de gestão ambiental e planejamento territorial, terminando com a singularidade da APA da Fazendinha, seus problemas socioambientais e socioeconômicos advindos da inexistência de instrumentos reguladores.

No segundo capítulo então, foi realizada a conceituação dos temas centrais deste estudo, como áreas protegidas, UC, SNUC, entre outras nomenclaturas importantes. Nesta seção, ainda foram trabalhadas as categorias geográficas Território, Paisagem e Lugar, que deram embasamento para toda a pesquisa.

Dessa forma, apresentando todo o arcabouço legal e teórico da temática trabalhada, foi possível inserir a categoria APA na discussão, que é o objeto de estudo desta investigação, de modo que o contexto geral fosse compreendido. Da mesma forma, as categorias geográficas foram trazidas na conjuntura ambiental, de modo que pudessem contribuir com a confirmação da hipótese.

No terceiro capítulo, a apresentação dos instrumentos de gestão ambiental e planejamento territorial, viabiliza o entendimento do leitor quanto ao processo de criação, implantação e importância destes instrumentos para as UC. A partir disso, é possível visualizar também, como deveria ser o funcionamento da APA da

Fazendinha se pudesse contar com estes recursos em sua gestão. Por fim, é possível visualizar que os impactos socioambientais recorrentes na área de estudos, ocorrem principalmente pela ausência de plano de manejo, já que nenhum estudo prévio foi realizado para planejar as atividades que seriam desenvolvidas na unidade e suas implicações para a sustentabilidade da APA.

Ademais, a contribuição dos moradores da área de estudos, nessa pesquisa, aponta insatisfação com a ausência de políticas públicas na unidade, principalmente com relação à atuação da SEMA/AP. É imprescindível que o morador da APA da Fazendinha tenha suas contribuições levadas em consideração na tomada de decisão, pois é quem vivencia a realidade e quem mais precisa de assistência para desenvolver a UC de forma sustentável. Dessa forma, a continuidade de pesquisas na APA da Fazendinha torna-se fundamental, para que os processos degradantes sejam detalhados e analisados, afim de que ocorram avanços no desenvolvimento sustentável da unidade por meio de um plano de manejo que atenda aos anseios da sociedade em geral e proteja, de fato a área.

Indica-se estudos específicos sobre o ecoturismo, turismo de aventura, turismo de natureza, turismo de esportes e turismo de sol e praia, para oferecer opções de negócios sustentáveis ao morador da APA. Além de estudos que viabilizem a recuperação da área degradada pela erosão, no igarapé da Fortaleza, entre outros apontados nesta pesquisa, com o intuito de abrandar os efeitos da problemática analisada.

Observar os aspectos trabalhados nesta pesquisa, será fundamental para que mecanismos como o plano de manejo, sejam criados, na intenção de promover a prática de atividades socioeconômicas sustentáveis na APA da Fazendinha, contribuindo assim, para amenizar os impactos socioambientais que limitam o aproveitamento do espaço, justamente pela inexistência de atividades que visem o futuro sustentável da unidade.

REFERÊNCIAS

AB`Saber, Aziz. **Os Domínios da Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AHRENS, Sérgio. **O “Novo” Código Florestal Brasileiro: Conceitos Jurídicos Fundamentais**. Trabalho voluntário apresentado no VIII Congresso Florestal Brasileiro. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2003. 15p.

AMAPÁ. **Decreto (E) 030, de 24 de outubro de 1974**. Dispõe sobre a criação do Parque Florestal de Macapá. Macapá, 1974.

_____. **Decreto nº 020, de 14 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica da Fazendinha no município de Macapá. Macapá, 1984.

_____. **Lei nº 0873 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no município de Macapá. Macapá, 2004.

_____. **Lei nº 0835, de 27 de maio de 2004**. Dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea localizadas no Estado do Amapá e dá outras providencias. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=19074. Acesso em: 25 jul. 2022.

ARAUJO, M. A. A. (2012) **Unidades de Conservação: importância e história no mundo**. In: NEXUS (org.). **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados**. 1. ed. São Paulo: Rima Editora, cap. 1, p. 25-50.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Constituição/1934, de 16 de julho de 1934**. Promulga a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 05 de março de 2021.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, DF, 2000.

_____. **Decreto nº 23.672/1934, de 02 de janeiro de 1934**. Aprova o caça e pesca. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23672>. Acesso em: 05 de março de 2021.

_____. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o código florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em: 12/03/2021.

_____. **Decreto nº 24.643/1934, de 10 de julho de 1934**. Decreta o código de águas. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643compilado.htm>. Acesso em: 05 de março de 2021.

_____. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm. Acesso em: 07 de março de 2021.

_____. **Decreto-Lei nº 1.035/1939, de 10 de janeiro de 1939**. Dispõe sobre a criação do Parque Nacional do Iguaçu e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/1/1939.

_____. **Decreto-Lei nº 1.822/1939, de 30 de novembro de 1939**. Dispõe sobre a criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1822-30-novembro-1939-411745-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 de março de 2021.

_____. **Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm>. Acesso em: 07 de março de 2021.

_____. **Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967**. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm>. Acesso em: 07 de março de 2021.

_____. **Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967**. Cria o instituto brasileiro de desenvolvimento florestal e dá outras providências. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/norma/523216>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF, 2012.

_____. **Lei nº 6.902, de abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm. Acesso em: 10 de março de 2021.

_____. **Lei nº 6001/1973, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 07 de março de 2021.

_____. **Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937**. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1937/D01713.html. Acesso em: 25 jul. 2022.

_____. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 225.

BRITO, Daguinete Maria Chaves. **Áreas legalmente protegidas no Brasil:** instrumento de gestão ambiental. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas Macapá, n. 2, p. 37-57, 2010.

BRITO, Maria Cecília W. **Unidades de Conservação:** interações e resultados. São Paulo: FAPESP, 2000.

BRITO, D. M. C.; DRUMMOND, J. A. L. **Reflexões sobre a gestão ambiental das Unidades de Conservação no estado do Amapá,** Confins [Online], 55 | 2022, posto online no dia 25 setembro 2020, consultado o 27 agosto 2021. URL: <http://journals.openedition.org/confins/32156>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.32156>

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo:** da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 6, n. 2, p. 179–191, 2013.

CARLOS, A. F. (1999) **O turismo e a produção do não lugar.** In: YÁZIGI, E.; CRUZ, R. de C.; FERREIRA, L. **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** 2. ed. São Paulo: Ucitec, p. 25-37.

CNUC. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - MMA.** Disponível em < <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 03 de março de 2021.

COLCHESTER, Marcus. **Saving Nature – indigenous people, protected areas and biodiversity conservation,** Discussion Paper, Switzerland: UNSRID/WWF/World Rainforest Movement, 1994.

COSTA, N. M. C. (2008) **Ecoturismo:** abordagens e perspectivas geográficas. In: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. (orgs.). **Pelas trilhas do ecoturismo.** São Carlos: Editora Rima, p. 17-32.

COSTA, Jodival Maurício. **Serviços Ecológicos e Políticas de Alterações Climáticas na Amazônia.** In: CASES, Costa. **Amazônia: Olhares sobre o território e a região.** 1 ed. Rio de Janeiro; Autografia; Amapá, AP: UNIFAP, 2017.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DRUMMOND, José Augusto, DIAS, Teresa Cristina Albuquerque de Castro e BRITO, Daguinete Maria Chaves. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MP-AP, MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

DUDLEY, N. (Editor) (2008). **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suiza: UICN. x + 96pp.

EGLER, C. A. G. (1995) **Questão regional e gestão do território no Brasil**. In: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L. (orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-238.

E-SIC - SEMA. **Relatório Socioeconômico da APA da Fazendinha 2015**.

Dispõe sobre o levantamento de informações socioeconômicas dos moradores da APAFAZ. Fornecido pela SEMA por meio do E-SIC, Disponível em < <http://esic.ap.gov.br/login>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2021.

FCP. **Fundação Cultural Palmares**. Certificação Quilombola. Disponível em < http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em 01 de março de 2021.

FERREIRA, G. S. C. P. **Relações Socioambientais: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**. Dissertação de mestrado MDR-UNIFAP. Macapá, 2011.

Freitas, A. P; Brito. D. M. C. **Análise dos Conflitos Socioambientais da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha – amapá**. XIX Encontro Nacional de Geógrafos, Anais. João Pessoa, 2018.

FUNAI. **Fundação Nacional do Índio**. Demarcação de Terras Indígenas. Disponível em < <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoed/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em 01 de março de 2021.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Texto originalmente intitulado “The evolution of the concept of territory”, traduzido de versão publicada no periódico Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n.3, 2012.

HAESBAERT, R. (2004) **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 395 p.

_____. (2007) **Território e multiterritorialidade: um debate**. Geographia. Ano IX, n. 17, p. 19-46.

IBAMA. **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental, APA** / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. - Brasília: Ed. IBAMA, 2001.

IBGE. **Sidra, Bando de tabelas estatísticas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 26/06/2022.

ICMBIO. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais** (2018: Brasília, DF) / Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 5. Ed. – 2. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

LEFEBVRE, Henri. De l'État 4. **Les contradictions de l'État moderne**. Paris, UGE, 1978. p. 259.

LEITE, Olavo. **A recepção do modelo de Áreas de Proteção Ambiental (APA) no direito brasileiro**. (The Reception of the Concept of Environmental Protection Areas (APA) in Brazilian Law). Rochester, NY: Social Science Research Network. 1 de dezembro de 2015.

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política**. In: Burzryn, M. A difícil sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MACAPÁ, **Lei Complementar nº 30, de 24 de junho de 2004**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ap/m/macapa/lei-complementar/2004/3/30/lei-complementar-n-30-2004-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-urbano-do-municipio-de-macapá-e-da-outras-providencias?q=ressaca>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MARGARIT, Eduardo. **O modo de vida do povo amapaense. Integração territorial competitiva do amapá**: o programa de aceleração do crescimento e os grandes projetos de desenvolvimento. Goiânia – GO, 2019. P. 123-140.

MAXIMINIANO, Liz A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. Curitiba: Editora UFPR. 2004.

MILANO, Miguel. **Um Olhar para além da Amazônia Brasileira**: conceitos, histórico, políticas e forma de gestão. In: Fundo Vale. Áreas Protegidas: série integração, transformação, desenvolvimento. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012. p. 16-28.

NELSON, S. P. (2012) **Uso público nas Unidades de Conservação**. In: WWF BRASIL; IPE – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. *Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. 1. ed. Brasília: WWF/Brasil, p. 215-237

PAGANI, F. et al. (1996) **As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo**. In: VASCONCELOS, F. P. (org.). *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: Funece, p. 151-163.

RAFFESTIN, C. 1993 — O que é território. In: Raffestin, C., **Por uma Geografia do Poder**, Cap. São Paulo: Ed. Ática., p. 143 — 163

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RAMOS, Adriana. **As Unidades de Conservação no contexto das políticas públicas**. In: CASES, Maria. *Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. Brasília: WWF-Brasil; Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, 2012. p. 43-54.

RIBEIRO, Francisco Michael de Brito. **Educação Ambiental e Gestão Participativa em unidades de conservação: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Macapá-AP**. Belém - PA, 2016. P. 56-59.

SACK, R. (1986) *Human Territoriality, its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. 272 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.ab

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. P. 139.

SNIF. **Sistema Nacional de Informações Florestais**. Disponível em < <https://snif.florestal.gov.br/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021.

TILDEN, F. (1977) *Interpreting our heritage*. University of North Carolina Press. 3. ed. 191 p.

TUAN, Y. (2012) **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel. 342 p.

_____, Y. (1983) **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel. 250 p.

WWF. **World Wildlife Fund**. Disponível em < <https://www.li.org.br/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021.

YÁZIGI, E. (2001) **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto. P. 301.

ANEXO

Anexo I

LEI Nº 873, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA, NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ.

Autor: Poder Executivo

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha - APA da Fazendinha, situada no Município de Macapá, Estado do Amapá, com o objetivo de conciliar a permanência da população local com a proteção ambiental, através do uso racional dos recursos naturais e da busca de alternativas econômicas sustentáveis para a comunidade residente.

Art. 2º A APA da Fazendinha possui a seguinte delimitação geográfica, com base nas informações obtidas através de GPS (Posicionamento Geográfico por Satélite), inicia o perímetro da área no marco M-01RB localizado a margem esquerda da Rodovia Juscelino Kubitschek (Macapá/Santana) no limite comum com o lote do Senhor Amiraldo Favacho, definido pela coordenada geográfica de Latitude 00°02'44,8"S e Longitude 51°07'420,0"Wgr., elipsóide SAD-69 e pela coordenada Plana U.T.M. N= 9.994.941,290m e E=485.720,457m, referida ao Meridiano Central 51°Wgr.; deste, com o azimute de 154°22'14" e distância de 609,34 metros chega-se ao marco M-02RB, de coordenadas geográficas latitude 00°03'02,7"S e Longitude 51°07'33,4"Wgr., localizado no limite do lote do senhor Amiraldo Favacho; deste, com azimute de 66°10'06" e distância de 496,20 metros, chega-se ao marco M-03RB, de coordenadas geográficas Latitude 00°02'56,1"S e Longitude 52°07'18,8"Wgr., localizado a margem direita do Igarapé Paxicu; deste, segue-se pela referida margem no sentido jusante (baixando), com uma distância de 657,74 metros até encontrar o marco M-04RB, de coordenadas geográficas latitude 00°03'04,2"S e Longitude 51°07'08,5"Wgr., localizado também na margem direita do Igarapé Paxicu; deste, segue-se ainda pela referida margem, também no sentido jusante (baixando) com uma distância de 759,22 metros até encontrar o marco M-05RB, de coordenadas geográficas Latitude 00°03'16,4"S e Longitude 51°07'07,6"Wgr., localizado na foz do Igarapé Paxicu, confluência com a margem esquerda do rio Amazonas; deste, segue-se pela referida margem do rio Amazonas no sentido montante (subindo) com uma distância de 1.597,28 metro até encontrar o marco M-06RB, de coordenadas geográficas Latitude 00°03'10,4"S e Longitude 51°07'56,0"Wgr., localizado também na margem esquerda do rio Amazonas no sentido montante (subindo) com uma distância de 909,22 metros até encontrar o marco M-07RB, de coordenadas geográficas latitude 00°03'10,1"S e Longitude 51°08'22,8"Wgr., localizado na margem esquerda do rio Amazonas na foz do Igarapé da Fortaleza em sua margem esquerda; deste, segue-se pela referida margem do Igarapé da Fortaleza no sentido montante (subindo) com uma distância

de 467,18 metros até encontrar o marco M-08RB de coordenadas geográficas Latitude 00°02'56,9"S e Longitude 51°08'16,9"Wgr., localizado na margem esquerda do Igarapé da Fortaleza, confluência com a margem esquerda da Rodovia Juscelino Kubitschek; deste, segue-se pela referida margem no sentido Santana/Fazendinha com uma distância de 1.162,26 metros até encontrar o marco M-01RB ponto inicial da descrição, totalizando uma área de 136,5924 hectares e um perímetro de 6.658,63 metros.

Art. 3º Na implementação, manejo e gerenciamento da APA da Fazendinha serão adotados entre outros, os seguintes instrumentos e medidas:

I - o Zoneamento Ambiental definido o uso de cada zona, bem como as atividades que deverão ser restringidas ou proibidas na unidade;

II - o Plano de manejo elaborado em consonância com o Zoneamento Ambiental, com a participação da comunidade local e outros seguimentos da sociedade interessados e regulamentados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA;

III - o Licenciamento Ambiental;

IV - o Cadastro dos moradores;

V - o Monitoramento Ambiental;

VI - a Fiscalização Ambiental;

VII - a Educação Ambiental.

Parágrafo único - Compete ao Órgão Estadual do Meio Ambiente a execução das medidas acima discriminadas.

Art. 4º Na APA da Fazendinha ficam proibidas:

I - Atividades potencialmente poluidoras capazes de afetar mananciais de água;

II - Derrame ou depósito inadequado de resíduos ou rejeitos, "in natura", de qualquer natureza;

III - Atividades que impliquem em dano à biodiversidade;

IV - Outras atividades em desacordo com o Zoneamento Ambiental e Plano de Manejo da unidade;

Parágrafo único - A utilização dos recursos naturais da APA da Fazendinha fica reservada, exclusivamente, aos moradores devidamente cadastrados pelo órgão responsável pela sua gestão, respeitando o Zoneamento Ambiental e Plano de Manejo da unidade.

Art. 5º A APA da Fazendinha será gerenciada por um Conselho, presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, a ser instituído com o apoio do Órgão Estadual do Meio Ambiente, conforme dispuser no instrumento próprio a ser emanado pelo Poder Executivo Estadual.

Art. 6º A APA da Fazendinha será administrada pelo Órgão Estadual do meio Ambiente, com a colaboração de instituições estaduais, federais e municipais afins, de organizações da sociedade civil locais e da população residente.

Parágrafo único - A administração e o gerenciamento da APA da Fazendinha deverão obedecer aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) planejamento participativo e integrado;
- b) promoção da qualidade de vida e bem estar da população residente;
- c) proteção da diversidade biológica;
- d) sustentabilidade dos recursos naturais;

Art. 7º Visando alcançar os objetivos da presente Lei, o Governo do Estado do Amapá poderá firmar convênios, contratos e acordos com órgãos e entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, sem prejuízo de suas competências.

Art. 8º A implantação de atividades que envolvam infraestrutura física no interior da APA da Fazendinha, além do cumprimento das normas estaduais e municipais cabíveis, dependerá de licenciamento prévio do Órgão Estadual do Meio Ambiente, que somente poderá concedê-lo após ouvido o Conselho.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto (N) nº 020, de 14 de dezembro de 1984.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Macapá-AP, 29 de dezembro de 2004.

ANTONIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador

APÊNDICE

Apêndice I

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS

Metadados e orientações

Nome do
entrevistado: _____

Nome dos pesquisadores
presentes: _____

Data da
entrevista: / /

Local da
entrevista: _____

Contato inicial:

- Agradecer pela disponibilidade em receber o (s) pesquisador (es).
- Apresentar, de forma breve, os objetivos da pesquisa.
- Explicar as informações contidas no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)
- Solicitar a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)
- Entregar uma via assinada pelo pesquisador para o entrevistado.

Procedimentos iniciais:

- Preparar o gravador.
- Iniciar a gravação.

Questões para entrevista

1. Quais eram as suas expectativas em relação a criação da APA da Fazendinha?
Positivas, negativas, quais?
2. Essas expectativas foram atendidas após a implementação da APA?
3. Na sua opinião, que poderia ser feito para melhorar a vida dos moradores a partir da criação da APA?
4. Os recursos naturais diminuíram ou aumentaram após a implantação da APA? Cite.
5. Os recursos naturais da área encontram-se: Conservados, maior parte já foi destruída ou estão ameaçados por algum processo de destruição?
6. Você consegue identificar algum problema ambiental existente da APA da Fazendinha? Qual (is)?
7. Na sua opinião, quais os principais problemas econômicos que ocorrem na APA da Fazendinha?
8. Quais os principais impactos que morar em uma unidade de conservação traz para sua vida?
9. Quais os pontos positivos de morar da APA da Fazendinha?
10. Quais os pontos negativos percebidos na APA da Fazendinha?

OBS: Perguntar se o colaborador tem algo que gostaria de acrescentar à entrevista

Características socioeconômicas dos entrevistados:

- Idade?
 - Onde nasceu?
 - Quantas pessoas residem no domicílio?
 - Tempo de residência na APA da Fazendinha?
 - Nível de educação?
 - Ocupação atual?
 - Estado relacional?
 - Possui filhos?
-

Considerações finais:

- Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.
 - Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.
-

Finalização e agradecimento:

- Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.
- Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição dele e, se tiver interesse, deverá entrar em contato com o pesquisador.